EMPRESA DE ELETRICIDADE E ÁGUA, SA



RELATÓRIO E CONTAS 2018

ENERGIA e ÁGUA com Qualidade e Preços mais Baixos

Combate a Perdas, um Desafio Nacional.

Índice

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE	5
2. ELECTRA EM NÚMEROS	7
3. ESTRUTURA ACIONISTA E ÓRGÃOS SOCIAIS	8
3.1. ESTRUTURA ACIONISTA	8
3.2. ÓRGÃOS SOCIAIS	9
4. ENQUADRAMENTO GERAL	13
5. AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2018	17
6. ATIVIDADE OPERACIONAL	19
6.1. PRODUÇÃO DE ELETRICIDADE	19
6.2. DISTRIBUIÇÃO DE ELECTRICIDADE	26
6.3. PRODUÇÃO DE ÁGUA	32
6.4. DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	36
7. ATIVIDADE COMERCIAL	37
8. INVESTIMENTOS	46
9. AMBIENTE QUALIDADE, SEGURANÇA E COMPETITIVIDADE	49
10. RECURSOS HUMANOS	51
11. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	56
12. PERSPETIVAS	63
12.1. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES	63
12.2. AÇÕES MAIS SIGNIFICATIVAS PREVISTAS PARA 2019	63
13. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	66
14. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	67
15. ANEXO	72
16. RELATÓRIOS DO AUDITOR E DO FICAL ÚNICO	121

LISTA DE ACRÓNIMOS

ADP- Águas de Portugal
AEB- Água e Eletricidade de Boa Vista
ARE- Agencia de Regulação Económica
BAI- Banco Angolano de Investimentos
BAICV- Banco Africano de Investimentos de Cabo Verde
BCA- Banco Comercial do Atlântico
BM- Banco Mundial
BO- Boletim Oficial
BT- Baixa Tensão
BTE- Baixa Tensão Especial
CAPEX (Capital Expenditure) - Despesas de capital ou investimento em bens de capital
CIP- Contribuição para Iluminação Pública
DDA- Departamento de Distribuição de Água
DMS- *Distribution Management System*
DRCU- Departamento de Regulação e Comprador Único
DTDE- Direção de Transporte e Distribuição de Energia
EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*)- Resultados antes de juros, impostos, depreciação e amortização
EDP- Energias de Portugal
EMS- Energy Management System
EURIBOR (*European Interbank Offered Rate*) - Taxa interbancária oferecida na zona Euro
GAS- Gabinete de Assessoria
GCV- Governo de Cabo Verde
IAS (*International Accounting Standards*) - Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade
ICO- Instituto de Crédito Oficial de Espanha
IFRIC (*Internacional Financial Reporting Interpretations Commitiee*) – Comité de Interpretação de Normas Internacionais de Relato Financeiro
IFRS (International Financial Reporting Standards) - Normas Internacionais de Relatório Financeiro
INPS- Instituto Nacional de Previdência Social
IUR- Imposto Único sobre Rendimento
IVA- Imposto sobre o valor acrescentado
JICA- Agencia Japonesa de Cooperação Internacional
KWh- *Quilowatt* hora
MEP- Método de Equivalência Patrimonial
MT- Media Tensão
MW- Megawatt
NRF- Normas de Relatos Financeiros
ORET- Agencia Holandesa de Cooperação Internacional
PIB- Produto Interno Bruto
PT- Posto de Transformação
PWC- *PricewaterhouseCoopers*
RABT- Rede Aérea Baixa Tensão
RAMT- Rede Aérea Media Tensão
RSBT- Rede Subterrânea Baixa Tensão
RSMT- Rede Subterrânea Media Tensão
RTC- Radio Televisão de Cabo Verde
SAIFI – *System Average Interrruption Frequency Index*
SAIDI – *System Avarege Interrruption Duration Index*
SCADA- Supervisory Control and Date Acquisition
SGA - Sistema Gestão de Ativos
SGCC- Sistema de Gestão e Controle de Combustíveis e Lubrificantes
SIGR - Sistema Integrado Gestão de Redes
SNCRF- Sistema de Normalização Contabilística de Relatos Financeiros
SNCRF- Sistema de Normalização Contabilística e Relato Financeiro)
SS- Subestação
TBA- Taxa base anual

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

Caros Acionistas,

O ano de 2018 ficou marcado pela aceleração da dinâmica da atividade económica nacional e pelos consideráveis aumentos de preços internacionais do petróleo. O mercado petrolífero caracterizou-se, ao longo de 2018, por uma contínua volatilidade dos preços. A cotação média do barril do *brent* a nível mundial fixou-se em 58,2 dólares em dezembro, valor inferior ao registado em dezembro de 2017 em cerca de 4,4 dólares. Neste período, o Produto Interno Bruto real de Cabo Verde cresceu 5,5% e a inflação anual fixou-se em 1,3%.

A gestão da Empresa foi caraterizada essencialmente pela sequência, nas suas grandes linhas, ao *Business Plan 2018-2020*, abrangendo os domínios da gestão comercial, da expansão e manutenção de redes, do reforço das capacidades de produção de eletricidade e água, tudo isto em conjugação com o esforço centrado na redução das perdas e melhoria da qualidade dos serviços prestados.

A energia total produzida, no final de 2018, foi de 429,6 GWh, representando um aumento de 4,8 GWh (1,1%) em relação ao período homólogo. A penetração total de energias renováveis foi, em 2018, de 20,8%, um crescimento de 2,3% em relação à penetração do ano de 2017 (18,5%). No cômputo da produção de energias renováveis registou-se, em relação ao ano anterior, uma variação de 17% (11,9 GWh) na produção eólica e de 38% (2,5 GWh) na produção de energia solar, representando uma evolução positiva da contribuição das energias limpas na satisfação das demandas energéticas do País. Os níveis de perdas e dívidas de clientes continuam a constituir os principais constrangimentos da Empresa que, deste modo, se vê privada de importantes recursos. As perdas globais de eletricidade, técnicas e não técnicas, atingiram em torno de 110 GWh, o que representa 25,5% da produção, ou seja, uma redução global de 0,8% comparativamente ao ano anterior. Contudo, as perdas na ilha de Santiago continuam em patamares muito elevados, situando-se em 36% da produção.

A produção de água, no final de 2018, foi de 8 milhões de metros cúbicos. As perdas no segmento de água continuam também elevadas, situando-se, nos mercados de São Vicente e Sal, na ordem de 30%, representando uma redução em 2,5 pontos percentuais relativamente ao ano anterior (32,5%). As perdas, até o ponto de entrega em alta à distribuidora da ilha de Santiago, situaram-se, no ano de 2018, em 2,9% da produção.

Dinamizaram-se, em 2018, várias ações de combate a perdas e recuperação de dívidas. Neste âmbito, foram realizadas várias intervenções de combate ao furto e fraude de eletricidade e água, com ênfase na Cidade da Praia e nas ilhas de São Vicente e Sal.

Em termos de qualidade de serviço, medido pelo tempo e interrupção do fornecimento, verificou-se uma melhoria nos principais centros urbanos do País. No entanto, estes parâmetros continuam elevados nos centros de menor dimensão, devendo constituir uma preocupação permanente da Empresa.

Em termos económico-financeiros, não obstante os Resultados Líquidos positivos da ELECTRA Norte (229 mil contos), após aplicação do método de equivalência patrimonial no perímetro do Grupo, registou-se no ano de 2018 um Resultado Líquido de 866 mil contos negativos, próximo do verificado em 2017. Os Resultados do Grupo continuam sendo fortemente impactados pela performance negativa da ELECTRA Sul, com realce para os níveis de perdas comerciais e pelo incremento das imparidades para

fazer face às dívidas de clientes. Por outro lado, há a referir os sucessivos aumentos dos preços dos combustíveis ocorridos ao longo do ano, sem compensação tempestiva nas tarifas de eletricidade e água.

Algumas medidas de fundo tiveram forte impulso no exercício de 2018 e outros terão continuidade nos anos seguintes, nomeadamente: (i) entrada em exploração de duas novas Centrais Dessalinizadoras de 10.000 m3/dia nas ilhas do Sal e de São Vicente; (ii) continuação da execução do projeto da nova Central Elétrica da ilha do Sal; (iii) Projeto de "Melhoria da Eficiência, Reforço e Extensão da Iluminação Pública", com início nas Cidades da Praia e de Santa Maria, consubstanciado na substituição do sistema tradicional de Iluminação Pública por lâmpadas *LED*, com redução de consumos de energia, estimada, em 55%; (iv) segunda componente do Programa de Redução de Perdas e Melhoria da Qualidade de Energia (*Revenue Protection*), com a instalação de contadores inteligentes nas ilhas de Santiago, São Vicente e Sal e (v) implementação, no segundo semestre de 2018, do novo Sistema de Gestão Comercial.

Convêm sublinhar que, no decorrer de 2018, fez-se a migração, em Santiago e em Santo Antão, para combustíveis mais económicos, reduzindo assim o impacto da tendência altista do *Diesel* na nossa estrutura de custos de produção. Neste sentido, no último trimestre de 2018, passamos a laborar com o *Fuel* 380 na Central do Palmarejo e com *Marine Diesel* na Central de Porto Novo.

Apesar dos ganhos de eficiência obtidos, alguns com impactos não imediatos na aferição da performance, os desafios que temos pela frente continuam enormes, nomeadamente no que se refere a consolidação dos mesmos, visando o processo de desenvolvimento sustentável da Empresa.

Por último, o Conselho de Administração deseja realçar a colaboração de todos e reconhecer o profissionalismo dos colaboradores no alinhamento com os vários desafios que se colocam à empresa, impostos por um setor particularmente sensível e de importância estratégica para o País.

Alcindo Hemitério da Cruz Mota

/Presidente do Conselho de Administração/

2. ELECTRA EM NÚMEROS

ELECTRA EM NÚMEROS		
INDICADORES	**2018**	**2017**
PRODUÇÃO		
Centrais Diesel (unid.)	11	13
Centrais Eólica (unid.)	1	1
Centrais Solar (unid.)	2	2
Potencia Disponivel (kW) (*)		
Térmicas	124 664	120 077
Eólica	600	600
Solar	6 750	5 700
Produção Eletricidade (MWh)	429 553	424 798
Pontas Máximas (kW)	39 678	39 166
Pontas Assíncronas (kW)	74 051	72 343
Central Dessalinizadora (unid.)	3	3
Capacidade Instalada Nominal (m3/d)	47 200	27 200
Capacidade Garantida (m3/d)	46 400	26 400
Produção Água (m3)	8 106 322	8 209 700
DISTRIBUIÇÃO		
SAIFI - Electra SA (interrupções)	**29,3**	**29,0**
SAIFI Norte (interrupções)	27,6	27,8
SAIFI Sul (interrupções)	30,4	29,0
SAIDI - Electra SA (horas)	**53,0**	**49,9**
SAIDI Norte (horas)	43,3	38,5
SAIDI Sul (horas)	59,3	59,0
Perdas Eletricidade - Globais	**25,5%**	**25,7%**
Perdas Eletricidade - Electra Norte	12,0%	10,8%
Perdas Eletricidade - Electra Sul	34,4%	34,9%
Perdas Água - Electra SA		**47,7%**
Perdas Água - Electra Norte	30,0%	32,5%
Perdas Água - Electra Sul	2,9%	(**)
COMERCIAL		
NºClientes Electra - Electricidade	**171 699**	**166 199**
NºClientes Electra - Água	**30 253**	**28 634**
NºClientes Electra Norte - Electricidade	**70 966**	**67 745**
Baixa Tensão	70 531	67 335
Baixa Tensão Especial	339	320
Média Tensão	96	90
NºClientes Electra Norte - Água	**30 251**	**28 633**
NºClientes Electra Sul - Electricidade	**100 733**	**98 454**
Baixa Tensão	100 101	97 825
Baixa Tensão Especial	517	518
Média Tensão	115	111
NºClientes Electra Sul - Água(***)	**2**	**1**
Vendas ao Consumidor Final		
Electra Norte		
Eletricidade (GWh)	130 397	121
Água (m3)	2 171 243	2 022 152
Electra Sul		
Eletricidade (GWh)	142 667	141
Água (m3)	4 807 631	3 310 093
RECURSOS HUMANOS		
Nº Trabalhadores	**804**	**795**
Electra SA	129	115
Electra Norte	298	297
Electra Sul	377	383
ECONÓMICO-FINANCEIROS [1]		
Volume de Negócios (mESC)	9 687 665	8 994 121
Resultado Líquido MEP (mESC)	**-866 678**	**-847 673**
Electra Norte	229 337	314 087
Electra Sul	-1 011 080	-1 139 971
Activo Líquido (mESC)	19 153 735	18 176 079
Capital Próprio (mESC)	-4 291 145	-3 424 466
CAPEX (mESC)	1 187 102	3 288 488
Vendas ao Consumidor Final	**8 908 663**	**8 200 562**
Eletricidade	**7 289 564**	**6 731 981**
Electra Norte (mESC)	3 421 368	3 036 268
Electra Sul (mESC)	3 868 196	3 695 712
Água	**1 619 099**	**1 468 581**
Electra Norte (mESC)	740 763	701 629
Electra Sul (mESC)	878 336	766 952

1 Sistema de Normalização Contabilistica e Relator Financeiro (SNCRF)

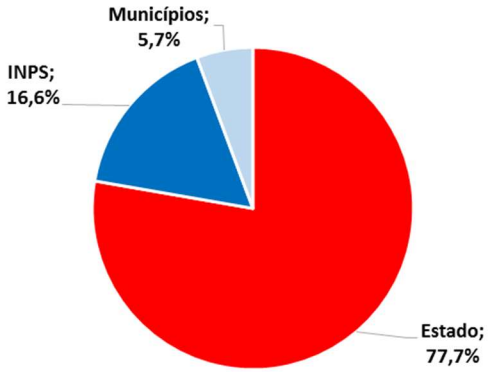
(**) As perdas de distribuição na cidade da Praia foram calculadas apenas durante o primeiro semestre de 2017, tendo em conta que os serviços de distribuição de água na ilha foram transferidos para a empresa AdS. Como tal, as perdas na cidade da Praia a partir de julho passaram a ser calculadas somente em alta.

3. ESTRUTURA ACIONISTA E ÓRGÃOS SOCIAIS

3.1. ESTRUTURA ACIONISTA

A **ELECTRA , SA**, concessionária de serviços públicos de eletricidade e água, ao abrigo do contrato de concessão de maio de 2002, com o capital social de 1.585.262 milhares escudos, apresenta a seguinte estrutura acionista:

CAPITAL SOCIAL



Com a reestruturação, ocorrida em 1 de julho de 2013, a ELECTRA SARL transformou-se num grupo de três empresas, criando a ELECTRA Norte – Sociedade Unipessoal, SA, com Sede em S. Vicente e a ELECTRA Sul, Sociedade Unipessoal, S.A., com Sede na Praia, para exercerem as atividades de carácter operacional da ELECTRA SA, nas Ilhas de Barlavento e Sotavento.



3.2. ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa de Assembleia Geral

Presidente	Engº. Luis Manuel Barbosa Santos Teixeira
Primeiro Secretário	Dra. Eugénia Maria Rodrigues Soares

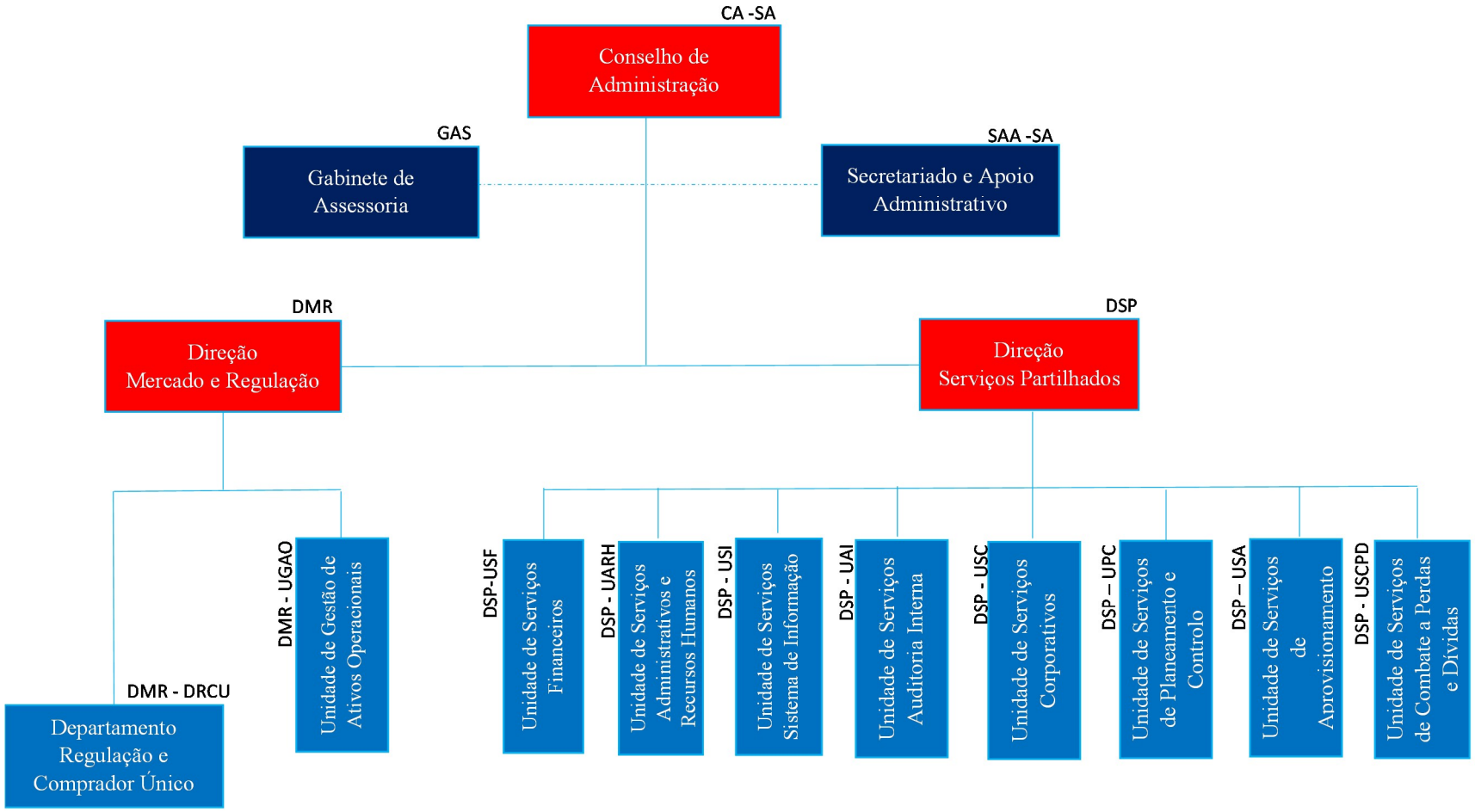
Conselho de Administração

Presidente	Dr. Alcindo Hemitério da Cruz Mota
Administrador Executivo	Eng. Manuel Jesus Silva
Administrador Executivo	Eng. Francisco Amaro de Pina Monteiro
Administrador Suplente	Eng. Carlos Alberto dos Santos Melício

Fiscal Único

Presidente	*PricewaterhouseCoopers , representada* por Dr. Hermínio António Paulos Afonso
Suplente	Dr. Armando José de Carvalho Ferreira Rodrigues

ORGANOGRAMA DA ELECTRA , SA



EQUIPA DE GESTÃO

ELECTRA , SA

Assessor do Conselho de Administração - Eng. João Manuel Dias Fonseca

Assessor do Conselho de Administração - Dr. Álvaro Soares da Cruz

Assessor do Conselho de Administração - Eng. Martinho Crisóstomo Ramos

Assessor do Conselho de Administração - Eng. António Pedro Inácio de Pina

Diretor da Unidade de Gestão de Ativos Operacionais - Eng. Carlos Alberto Melício

Diretora da Unidade de Serviços Financeiros - Dr.ª Ondina Maria Almeida L. Brito

Diretora da Unidade Administrativo e Recursos Humanos - Dr.ª Alcinda Veríssimo Nascimento

Diretor da Unidade de Sistemas de Informação - Eng. Emanuel Almeida Spencer

Diretora da Unidade de Auditoria Interna - Dr.ª Paula Cristina Silva B. Andrade

Diretora da Unidade de Planeamento e Controlo - Dr.ª Neusa Margarida Lima F. Delgado

Diretor da Unidade de Aprovisionamento - Eng. Hipólito Emanuel Gomes

Diretora da Unidade de Combate a Perdas e Divida - Dr.ª Gilda Maria Martins de Barros

ELECTRA NORTE, SA

Diretor de Produção Norte - Eng. Horácio Nelson Santos

Diretor de Transporte e Distribuição de Energia Norte - Eng. Ricardo Cláudio do Rosário Martins

Diretora de Comercialização Norte - Dr.ª Ana David Monteiro

ELECTRA SUL, SA

Diretor de Produção Sul - Eng. João Paulo Lima Bettencourt

Diretor de Transporte e Distribuição de Energia Sul - Eng. Silvino Borges Leal

Diretor de Comercialização Sul – Dr. Carlos Alberto Lopes Silva



RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2018

4. ENQUADRAMENTO GERAL

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

De acordo com os dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) a expansão econômica mundial no último ano se mostrou dinâmica, tendo-se situado em 3,6% em 2018. A economia da Área do Euro cresceu 1,8 por cento em 2018 e a performance económica dos EUA cresceu 2,9 por cento. A África Subsariana terá apresentado ainda um crescimento de 2,9 por cento.

As taxas de inflação homóloga na Área do Euro e nos EUA fixaram-se, respetivamente, em 1,6 e 1,9 por cento em dezembro de 2018.

O preço médio do barril de brent situou-se em 58,2 dólares dos EUA em dezembro, valor inferior ao registado em dezembro de 2017 em 4,4 dólares. No quarto trimestre o preço do petróleo nos mercados internacionais registou um aumento mais comedido, em função do alargamento da produção por parte dos EUA, assim como da OPEP e da Rússia, da isenção da exportação de petróleo do conjunto de sanções impostas pelos EUA ao Irão e do reforço de expetativas menos otimistas quanto à evolução da procura global. Em termos anuais, o preço do barril de Brent aumentou 26,4 por cento, com a contenção da oferta pelos maiores produtores e o impacto das tensões comerciais entre os EUA e a China.

No mercado monetário de maior relevância para Cabo Verde, as taxas de juro tenderam a aumentar. As taxas Euribor a três, seis e doze meses fixaram-se, respetivamente, em -0,31, - 0,24 e -0,13 por cento em dezembro (-0,33, -0,27 e -0,19 por cento em período homólogo).

Nos mercados cambiais, em dezembro, em termos homólogos, o euro, moeda à qual o escudo cabo-verdiano está indexado, depreciou-se 0,4 por cento em termos efetivos nominais e 3,8 por cento face ao dólar dos EUA. Em termos médios anuais, entretanto, o EUR apreciou-se 4,6 e 2,5 por cento, respetivamente, relativamente ao USD e em termos efetivos nominais.

A dinâmica da atividade económica nacional acelerou em 2018. Efetivamente, de acordo com as estimativas das contas nacionais do Instituto Nacional de Estatística (INE), a economia nacional registou um crescimento anual, em volume, de 5,5 por cento, (4,0 por cento em 2017).

A taxa de juro média efetiva aplicada nos empréstimos bancários fixou-se em novembro em 10,48 por cento, valor superior às taxas registadas em novembro e dezembro de 2017 em 0,57 e 0,80 pontos percentuais, respetivamente. As taxas de juro passivas mantiveram a tendência decréscimo, reduzindo, em novembro, 0,41 e 0,32 pontos percentuais, respetivamente, em termos homólogos e face a dezembro de 2017.

A inflação média anual, entretanto, mantendo a tendência ascendente iniciada em fevereiro de 2017, fixou-se em 1,3 por cento, em dezembro de 2018.

No sector de energia em particular, a instabilidade dos preços do petróleo a nível internacional influenciou o preço dos combustíveis a nível nacional, com repercussão nas tarifas de eletricidade e água durante o ano 2018. Em 6 de março 2018 houve uma única atualização tarifária nas vendas de eletricidade e água ao consumidor.

De acordo com o Plano Estratégico Sectorial das Energias Renováveis (PESER) serão atualizadas as Zonas de Desenvolvimento de Energias Renováveis (ZDER) em todas as ilhas, em função dos recursos renováveis identificados, para implementação de projetos eólicos, solares, energia térmica e energia a partir de resíduos sólidos urbanos. Ainda, segundo o Programa do Governo, a curto prazo, torna-se essencial garantir: (i) A segurança energética e a estabilidade relativa dos preços; (ii) A solução dos *deficits* de produção, das limitações das redes de transporte e de distribuição; (iii) Uma ação decidida para limitar as perdas de produção, transporte e distribuição de energia elétrica às tecnicamente aceitáveis, bem como, limitar as perdas comerciais e (iv) A eficiência dos sistemas de produção de eletricidade.

A importância das Energias Renováveis no balanço energético do país é cada vez mais uma necessidade premente, face a subida dos preços do petróleo no mercado mundial, por um lado, contribuindo por outro lado para a redução dos níveis de emissão dos gases com efeito de estufa. Em 2018 a ELECTRA registou uma taxa de penetração das energias renováveis de 20,8%, proveniente dos parques públicos (eólicos: 600 kW e solares fotovoltaicos: 6.750 kW) e parques privados (eólicos: 23.450 kW) instalados nas ilhas de Santiago, São Vicente e Sal e Santo Antão. Neste momento decorre o processo de negociação com novos promotores (PPP) para reforço de mais 10 MW com base em Energias Renováveis (Solar) na Ilha de Santiago.

RELAÇÕES INTRA-GRUPO

Nos termos da Resolução 19/2010, de 16 de abril, com as alterações introduzidas pela Resolução nº 26/2011, de 8 de agosto, a então ELECTRA SARL foi autorizada a criar duas sociedades participadas (100%) para exercer as competências concessionadas pelo Estado de Cabo Verde à mesma, com jurisdição, respetivamente, sobre as ilhas de Sotavento e do Barlavento, à exceção neste último caso da Ilha da Boavista.

Decorrente destas Resoluções, foram constituídas a ELECTRA NORTE, Sociedade Unipessoal, SA e ELECTRA SUL, Sociedade Unipessoal, SA para exercerem as atividades de caráter operacional da ELECTRA SA, nas Ilhas de Barlavento e Sotavento.

Com a criação das empresas ELECTRA Norte e ELECTRA Sul foi necessário o estabelecimento de relações operacionais e comerciais com a ELECTRA SA, consubstanciadas em cinco contratos interempresas – Grupo ELECTRA , a saber:

Contrato de subconcessão - Para cumprimento na plenitude dos termos autorizada pela referida resolução, a ELECTRA SA transferiu para a ELECTRA NORTE e ELECTRA SUL, o estabelecimento de exploração de transporte e distribuição de eletricidade e água e de recolha e tratamento de águas residuais para reutilização através do Contrato de Subconcessão.

Contrato de Cedência - A ELECTRA SA é detentora das unidades de produção de eletricidade e água dessalinizada, incluindo as respetivas licenças de produção emitidas pelas autoridades competentes, sendo que, deste modo, detém o estabelecimento de propriedade e usufruto dos bens e equipamentos subjacentes àquelas atividades e o estabelecimento de exploração das mesmas. O contrato de cedência tem por objetivo regular a cedência do estabelecimento de exploração de produção de eletricidade e água dessalinizada nas ilhas de Barlavento (ELECTRA Norte) e de Sotavento (ELECTRA Sul), entre a Cedente e a Cessionária, pela Resolução 19/2010, de 16 de abril, com as alterações introduzidas pela resolução nº 26/2011, de 8 de agosto. Em Junho de 2017, os serviços de distribuição de água na ilha de Santiago-Cidade da Praia foram transferidos para a empresa AdS.

Contrato de fornecimento de eletricidade e água por atacado - Por contrato celebrado com o Estado em 24 de maio de 2002, a ELECTRA , SA, é concessionária do transporte e distribuição de eletricidade e água e de recolha e tratamento de águas residuais para reutilização. Por via do mesmo contrato, foram ratificadas as licenças de produção de eletricidade e de água dessalinizada.

Com base em contratos celebrados, a ELECTRA , SA é a parte compradora dos contratos de fornecimento de eletricidade (eólica) por produtores independentes.

Deste modo, a ELECTRA , SA é a compradora única da totalidade da produção de eletricidade e água dessalinizada no território de Cabo Verde e, neste contexto, também a sua fornecedora por atacado. No âmbito destas funções, são suas atribuições garantir o abastecimento aos utilizadores e, por contraparte, planear e assegurar a atempada entrada em funcionamento dos produtores da eletricidade e da água requerida.

Contrato de Serviços Partilhados - Entre a ELECTRA SA e as empresas ELECTRA Norte e ELECTRA Sul foram rubricados contratos com objetivo de prestar às segundas serviços nas áreas de suporte aos negócios e em áreas complementares de gestão, a saber: (i) Serviços Financeiros; (Serviços Administrativos e de Recursos Humanos; (iii) Serviços de Auditoria Interna; (iv) Serviços de Sistemas de Informação; (iv) Serviços de Planeamento e Controlo; (v) Serviços Corporativos e Serviços de Aprovisionamento.

Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança de Dívidas - Entre a ELECTRA SA e as empresas ELECTRA Norte e ELECTRA Sul, foram rubricados contratos com objetivo de proceder à cobrança das faturas aos seus clientes que se encontravam em dívida à ELECTRA , à data de 30 de junho de 2013.

DEFINIÇÃO DA TARIFA DE REFERÊNCIA DA ELECTRA

Tarifa por Atacado e Uso de Rede

Com base nos contratos celebrados com a ELECTRA Norte e ELECTRA Sul, a ELECTRA SA agrega os custos de produção de eletricidade e água e vende estes produtos para a ELECTRA Norte e

Sul ao preço do atacado, e fatura a ELECTRA Norte e ELECTRA Sul pelo uso de rede de distribuição de energia e água.

A metodologia utilizada para determinar as tarifas (atacado e uso de rede), assegura que seja encontrado um equilíbrio nos preços e tarifas praticados entre as 3 empresas, estabelecendo uma clara relação entre a eficiência e a eficácia, permitindo introduzir elementos equilibradores da rentabilidade das mesmas.

Tarifa ao Consumidor Final

A ELECTRA Norte e a ELECTRA Sul agregam os custos da compra de energia e água e vendem estes produtos para o consumidor final (preço regulado).

A instabilidade dos preços do petróleo a nível internacional influenciou o preço dos combustíveis a nível nacional, com repercussão nas tarifas de eletricidade e água durante o ano 2018 (houve uma única atualização tarifária nas vendas de eletricidade e água ao consumidor em 6 de março 2018).

5. AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2018

Em 2018, deu-se sequência, nas suas grandes linhas, ao Business Plan 2018-2020, que se assume como o documento orientador da atividade da ELECTRA , apresentando uma visão prospetiva da evolução das atividades da empresa e tendo como base três grandes objetivos estratégicos, a saber: (i) Melhorar a qualidade de serviço; (ii) Promover e alinhar as competências com a estratégia; (iii) Melhorar e consolidar a autonomia financeira.

Para a socialização do referido plano estratégico, a promoção de uma reflexão interna sobre a gestão global da empresa, bem como, uma maior divulgação da Informação em toda a cadeia de gestão com os colaboradores, entendeu-se, de forma oportuna, realizar o Fórum – Balanço 2017 e Perspetivas 2018/2020, na Ilha do Sal, nos dias 18 e 19 de Maio de 2018, tendo como objetivos (i) O alinhamento de toda a equipa de gestão com a estratégia e os grandes objetivos para o triénio 2018/2020 (ii) Reflexão sobre a gestão global da Empresa (iii) Nivelamento da informação em toda a cadeia de gestão e (iv) Reforço do espírito de pertença e de equipa. Do programa constou, igualmente, a apresentação dos relatórios de atividade do ano 2017 de todas as Direções, uma atividade "*Coa Ching/Liderança/Equipa Building*" e uma visita à Central de Palmeira na ilha do Sal.

Na ótica de orientação pela sustentabilidade, ancorados numa atenção especial à área de Sistemas de Informação, foi implementado, no decurso do ano de 2018, um novo Sistema de Gestão Comercial, que permite a otimização de processos e procedimentos, a melhoria dos suportes de operação, de gestão e de apoio à decisão. Nesta mesma ótica, foi estruturado um Plano de Comunicação, abordando as componentes interna e externa à organização, com forte ênfase na melhoria substancial da relação com o Cliente.

Assim, foi introduzido, a todos os níveis da atividade da empresa, melhorias nos procedimentos, que se traduziram em reflexos positivos na eficiência e na qualidade do serviço percecionados pelos clientes, consubstanciado nas seguintes ações:

(i) Implementação de um plano estratégico que contempla investimentos estruturantes realizados no decorrer de 2018, com o valor total de aproximadamente 8,5 milhões de contos, sendo que cerca de 5,2 milhões refere-se aos projetos financiados pela AFD (Central Elétrica de Palmeira ainda em curso e as duas centrais Novas Centrais Dessalinizadoras de 10.000 m3/dia nas ilhas do Sal e de S. Vicente em operação), 1 milhão de contos para o projeto reforço do sistema de distribuição de energia em curso, destacando a extensão e melhoria da eficiência energética, e substituição do sistema tradicional de Iluminação Publica por lâmpadas led, nas cidades da Praia e Santa Maria;

(ii) Conclusão do projeto em curso, SCADA/EMS/DMS, ao nível da qualidade e otimização de serviços;

(iii) Redução das perdas técnicas e não técnicas na distribuição de eletricidade em torno de 1% pontos percentuais;

(iv) Redução das perdas técnicas e não técnicas na distribuição de água, nas ilhas de São Vicente e Sal em torno de 2,5% pontos percentuais. Relativamente ao negócio de venda de água em alta (Cidade da Praia), perspetivam-se níveis de perda em torno de 2,9%;

(v) Introdução do consumo de Fuel 380 nas Centrais elétricas de Santiago, em setembro de 2018 e de Marine Diesel nas Centrais de Santo Antão e São Vicente - Matiota em finais de dezembro de 2018;

(vi) Foi introduzido uma maior eficácia das ações da Unidade de Combate a Perdas não Técnicas, Furto e Fraude de Eletricidade e Água, e Recuperação de Dividas. Neste âmbito foram implementadas varias ações com intuito de sensibilizar o engajamento de todos os stakeholders; (viii) Eficiência dos sistemas de produção de eletricidade. Em termos de qualidade de serviço, verificou-se uma melhoria nos indicadores (SAIFI – System Average Interrruption Frequency Index e SAIDI – System Avarege Interrruption Duration Index).

A concretização dos objetivos estratégicos e operacionais depende grandemente do conhecimento e envolvimento dos Colaboradores. Para promover e alinhar as competências com a estratégia, é necessário contar com o firme engajamento de todos os Colaboradores enquanto elementos determinantes na criação de valor.

Assim sendo, a política de Gestão dos Recursos Humanos (RH) foi orientada para a promoção do mérito e a contínua valorização do capital humano, adequando-o aos desafios que se colocam à empresa. Para tal, foram definidos Planos de Formação nas áreas técnicas, comportamentais e de gestão, bem assim, a polivalência e de mobilidade interna e, está em curso um Programa de Pré-Reforma e Desvinculação Contratual por Mútuo Acordo.

Os Resultados Líquidos negativos do período no montante mESC 866.678 incorporam a aplicação do Método de Equivalência Patrimonial (MEP) das participadas ELECTRA Norte, com mESC 229.337 positivos e ELECTRA Sul com mESC 1.011.080 negativos.

Este resultado representa uma ligeira melhoria de 0,4% em relação ao período anterior, com um registo apresentado de mESC 847.673 negativos.

O resultado continua fortemente impactado pelo (i) incremento das imparidades para fazer face às dívidas de Clientes e pelos (ii) sucessivos aumentos dos preços dos combustíveis ocorridos ao longo do ano, sem compensação tempestiva nas tarifas de eletricidade e água.

6. ATIVIDADE OPERACIONAL

6.1. PRODUÇÃO DE ELETRICIDADE

Capacidade de Produção

A produção de eletricidade em Cabo Verde reparte-se por três grupos de tecnologias:

- *Térmica;*
- Eólica;
- Solar fotovoltaico.

A produção *térmica* utiliza combustível de origem fóssil, o fuelóleo e o gasóleo.

A ELECTRA detinha em 2018, um conjunto de 11 centrais *térmicas,* de dimensões variadas, um parque eólico e 2 parques solares, conforme ilustrado no quadro seguinte:

Quadro 1- Centrais por ilha de Cabo Verde

Ilha	Concelho	Electra			Produtores Independentes	
		Diesel	Eólica	Solar	Cabeólica	Electric
Santo Antão		**2**				**1**
	Porto Novo	**1**				1
	Ribeira Grande	**1**				
S. Vicente		**2**	1		1	
S. Nicolau		**1**				
Sal		**1**		1	1	
Maio		**1**				
Santiago		**2**		**1**	**1**	
	Praia	**1**		1	1	
	Sta Catarina	**1**				
Fogo		**1**				
Brava		**1**				
Total Electra		**11**	**1**	**2**	**3**	**1**

A potência disponível do parque produtor da ELECTRA totalizava no final do ano em referência **132.014 kW**, repartida pelas centrais térmica 124.664 kW (94,4 %), centrais eólicas 600 kW (0,5%) e solar 6.750 kW (5,1%).

A distribuição da potência instalada e disponível pelas diversas unidades de produção está indicada nos quadro seguinte:

Quadro 2- Repartição da potência a 2018 (kW)

Ilha	Unidade de Produção	Potência Instalada 2018					Total Instalada (kW)	Potência Disponivel Térmico 2018 (kW)	Potência Disponivel Térmico 2017(kW)	Variação 2018-2017
		Nominal (KVA)	Nominal (kW)	Térmica (kW)	Solar (kW)	Eólica (kW)				
TOTAL ELECTRA		194 515	155 254	147 364	6 750	600	154 714	124 664	120 077	4 587
Electra Norte		73 524	59 165	59 165	2 250	600	62 015	53 245	41 550	11 695
Santo Antão	Porto Novo/Ribeira Grande	10 570	8 456	8 456			8 456	8 456	6 000	2 456
	Porto Novo	8 250	6 600	6 600			6600	6 600	5 350	1 250
	Ribeira Grande	2 320	1 856	1 856			1 856	1 856	650	1 206
São Vicente	Matiota/Lazareto	36 254	29 349	29 349		600	29 949	23 429	18 800	4 629
	Matiota	13 636	10 909	10 909		600	11 509	8 709	5 600	3 109
	Lazareto	22 618	18 440	18 440			18 440	14 720	13 200	1 520
S. Nicolau	Tarrafal	5 630	4 504	4 504			4 504	4 504	3 350	1 154
Sal	Palmeira	21 070	16 856	16 856	2 250		19 106	16 856	13 400	3 456
Electra Sul		120 991	96 089	88 199	4 500		92 699	71 419	78 527	-7 108
Santiago		104 031	83 313	76 343	4 500		80 843	63 165	68 815	-5 650
	Gamboa	8 712	6 970							0
	Palmarejo	91 054	72 843	72 843	4 500		77 343	61 996	65 403	-3 407
	Arribada (Santa Catarina)	4 265	3 500	3 500			3 500	1 169	3 412	-2 243
Fogo	São Filipe	10 230	7 440	6 880			6 880	5 124	5 984	-860
Brava	Favatal	2 580	2 064	1 704			1 704	1 380	1 704	-324
Maio	Torril	4 150	3 272	3 272			3 272	1 750	2 024	-274

TOTAL PRODUTORES INDEPENDENTES (Eólica kW)	23 450
Santo Antão	500
São Vicente	5 950
Sal	7 650
Santiago	9 350

Eletricidade Produzida

A produção de eletricidade em 2018 atingiu o valor de **429,6 GWh**, sendo 79,2% de origem térmica, 18,7% eólica e 2,1% solar.

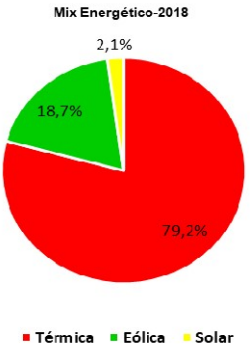
Em relação ao ano 2017 registou-se um aumento da produção de eletricidade em 1,1%, apesar da diminuição da produção térmica em 2,8%. Tal ficou a dever-se ao aumento da contribuição das energias renováveis no mix de produção de eletricidade (aumento em 38,3% na produção de energia solar e em 17,4% na produção eólica). A variação positiva da penetração das energias renováveis deveu-se a melhores condições de vento, a melhor gestão e operação dos sistemas eólicos, além de alguma otimização no processo de despacho e as melhores performances de operação e a manutenção dos parques solares de Santiago e do Sal, graças aos contratos de exploração e manutenção realizados pela ELECTRA com o CERMI e a APP.

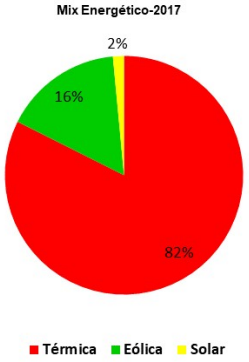
Quadro 3- Produção por Ilha (kWh)

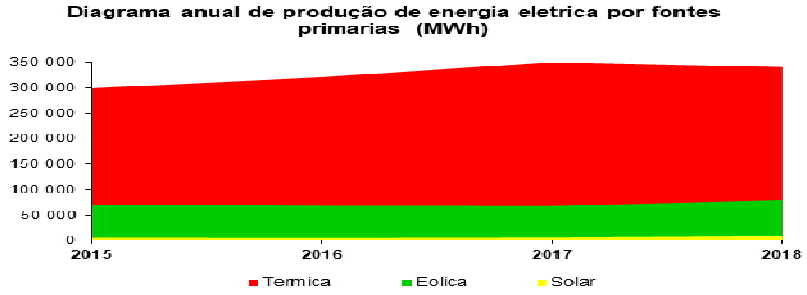
Ilha	Central	Térmica 2018	Térmica 2017	Var. 2018-2017	Éolica 2018	Éolica 2017	Var. 2018-2017	Solar 2018	Solar 2017	Var. 2018-2017	Total 2018	Total 2017	Var. 2018-2018
Santo Antão		**15 023 801**	**14 604 222**	**2,9%**	**1 392 237**	**767 038**	**81,5%**				**16 416 038**	**15 371 260**	**6,8%**
	Porto Novo	15 023 801	14 604 222								15 023 801	14 604 222	
	Ribeira Grande	0			1 392 237	767 038					1 392 237	767 038	
S.Vicente		**56 209 705**	**59 427 929**	**-5,4%**	**23 382 356**	**19 658 840**	**18,9%**				**79 592 061**	**79 086 769**	**0,6%**
	Matiota	938 400	1 943 000		23 382 356	19 658 840					24 320 756	21 601 840	
	Lazareto	55 271 305	57 484 929								55 271 305	57 484 929	
S.Nicolau	Tarrafal	**6 768 239**	**6 775 332**	**-0,1%**							**6 768 239**	**6 775 332**	**-0,1%**
Sal	Palmeira	**45 237 219**	**42 399 780**	**6,7%**	**19 479 079**	**16 541 060**	**17,8%**	**3 104 894**	**2 416 005**	**28,5%**	**67 821 192**	**61 356 845**	**10,5%**
Maio	Porto Inglês	**3 599 512**	**3 442 553**	**4,6%**							**3 599 512**	**3 442 553**	**4,6%**
Santiago		**196 866 524**	**206 314 196**	**-4,6%**	**35 977 521**	**31 350 881**	**14,8%**	**5 948 842**	**4 131 802**	**44,0%**	**238 792 887**	**241 796 879**	**-1,2%**
	S.Catarina	**103 913**									**103 913**	**0**	
	Praia (Gamboa)		422 020								0	422 020	
	Palmarejo	**196 762 611**	**205 892 176**		**35 977 521**	**31 350 881**	**14,8%**	**5 948 842**	**4 131 802**	**44,0%**	**238 688 974**	**241 374 859**	
	S.Filipe	**13 767 217**	**14 181 777**								**13 767 217**	**14 181 777**	
Fogo		**13 767 217**	**14 181 777**	**-2,9%**							**13 767 217**	**14 181 777**	**-2,9%**
Brava	Favetal	**2 795 426**	**2 786 428**	**0,3%**							**2 795 426**	**2 786 428**	**0,3%**
	Total Electra	**340 267 643**	**349 932 217**	**-2,8%**	**80 231 193**	**68 317 819**	**17,4%**	**9 053 736**	**6 547 807**	**38,3%**	**429 552 572**	**424 797 843**	**1,1%**

A repartição da energia transferida para a rede elétrica em 2018 foi a seguinte:

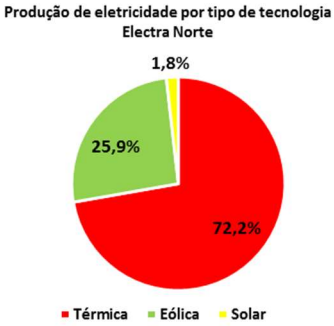
Global ELECTRA

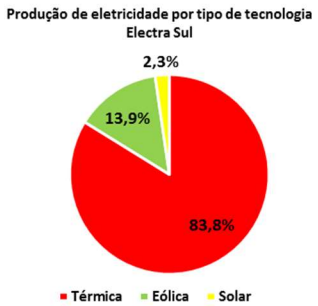




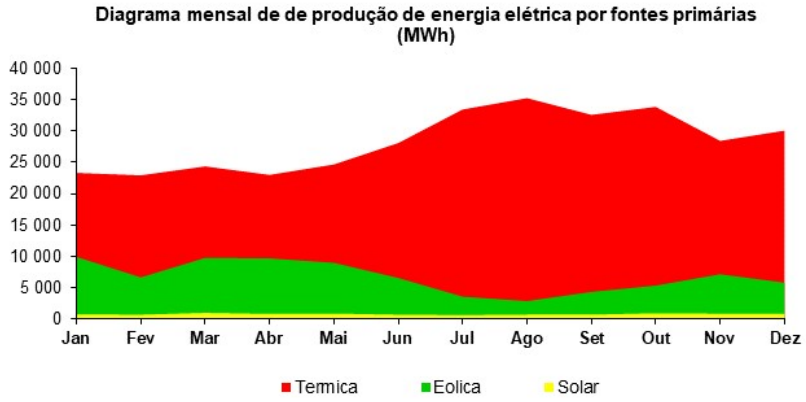


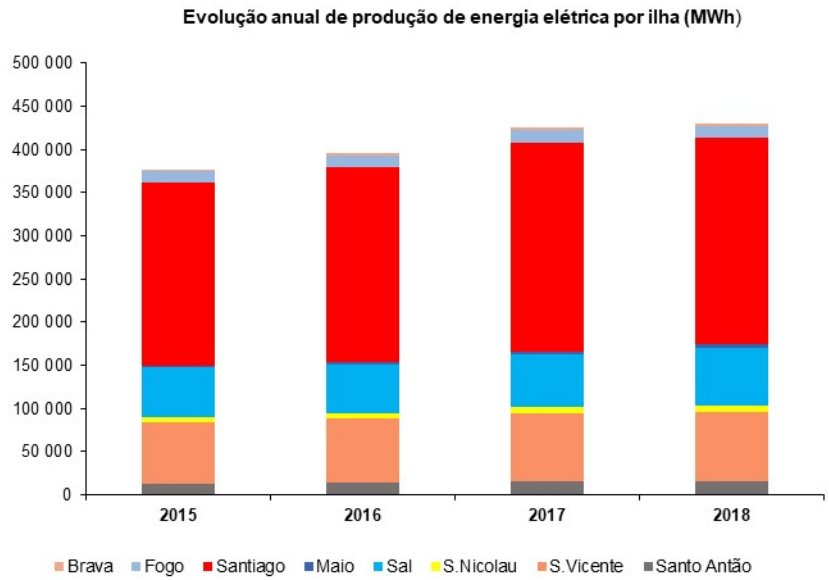
ELECTRA Norte e ELECTRA Sul





Os gráficos seguintes traduzem a evolução mensal e anual da emissão, por fonte de energia primária.





Eletricidade Entregue a Rede

Do total de eletricidade produzida, 89,1% foi distribuída à rede e 2,8% foi consumida no processo de produção de energia. Os restantes 8,1% foram consumidos nos processos de dessalinização (7,4%) e de bombagem de água produzida (0,7%). A produção de eletricidade total inclui também a contribuição das energias renováveis, adquirida junto dos produtores independentes.

Comparativamente ao ano de 2017, registou-se um aumento da eletricidade entregue à rede de distribuição de 11,8 GWh (3,2%).

Quadro 4- Eletricidade Entregue à Rede (kWh)

Ilha	Total de Eletricidade Produzida		2018-2017 (%)	Consumo Interno Produção	Produção de Eletricidade para Dessalinização e Bombagem			%	Eletricidade Entregue à Rede			2018-2017 (%)
	2018	2017			Dessalinização	Bombagem água produzida	Total de Consumos		2018	2017	2018-2017	
Santo Antão	**16 416 038**	15 371 260	6,8%	269 390					**16 146 648**	15 055 444	**1 091 204**	7,2%
S. Vicente	**79 592 061**	79 086 769	0,6%	3 150 596	6 750 175	573 610	**7 323 785**	21,1%	**69 117 680**	66 686 426	**2 431 254**	3,6%
S. Nicolau	**6 768 239**	6 775 332	-0,1%	110 910					**6 657 329**	6 653 526	**3 803**	0,1%
Sal	**67 821 192**	61 356 845	10,5%	2 373 916	6 000 559	513 520	**6 514 079**	18,7%	**58 933 197**	49 767 690	**9 165 507**	18,4%
Maio	**3 599 512**	3 442 553	4,6%	11 066					**3 588 446**	3 430 292	**158 154**	4,6%
Santiago	**238 792 887**	241 796 879	-1,2%	5 848 347	18 933 294	1 989 787	**20 923 081**	60,2%	**212 021 459**	212 703 222	**-681 762**	-0,3%
Fogo	**13 767 217**	14 181 777	-2,9%	283 519					**13 483 698**	13 862 646	**-378 948**	-2,7%
Brava	**2 795 426**	2 786 428	0,3%	15 766					**2 779 660**	2 772 072	**7 588**	0,3%
Total Electra	**429 552 572**	**424 797 843**	**1,1%**	**12 063 510**	**31 684 028**	**3 076 917**	**34 760 945**	**100,0%**	**382 728 117**	**370 931 318**	**11 796 800**	**3,2%**
%				**2,8%**	**7,4%**	**0,7%**	**8,1%**		**89,1%**			

Relativo ao ano 2018 o Consumo Interno nas Centrais foi de **3,5%.** Comparativamente ao período homólogo registou-se uma diminuição de 0,4%, devido a melhorias na eficiência operacional, com maior destaque nas ilhas S.Vicente e Sal.

Quadro 5- Consumo Interno das Centrais

Ilha	Total de Eletricidade Térmica Produzida (KWh)		2018-2017 (kWh)	2018-2017 (%)	Consumo Interno Produção Electricidade (kWh)		2018-2017 (kWh)	Consumo Interno Produção Electricidade (%)		2018-2017 (%)
	2018	2017			2018 (KWh)	2017 (KWh)		2018 (%)	2017 (%)	
Santo Antão	**15 023 801**	14 604 222	419 579	2,9%	269 390	315 816	-46 426	1,8%	2,2%	-0,4%
S. Vicente	**56 209 705**	59 427 929	-3 218 224	-5,4%	3 150 596	3 768 653	-618 057	5,6%	6,3%	-0,7%
S. Nicolau	**6 768 239**	6 775 332	-7 093	-0,1%	110 910	121 806	-10 896	1,6%	1,8%	-0,2%
Sal	**45 237 219**	42 399 780	2 837 439	6,7%	2 373 916	2 570 756	-196 840	5,2%	6,1%	-0,8%
Maio	**3 599 512**	3 442 553	156 959	4,6%	11 066	12 261	-1 195	0,3%	0,4%	0,0%
Santiago	**196 866 524**	206 314 196	-9 447 672	-4,6%	5 848 347	6 623 897	-775 550	3,0%	3,2%	-0,2%
Fogo	**13 767 217**	14 181 777	-414 560	-2,9%	283 519	319 131	-35 612	2,1%	2,3%	-0,2%
Brava	**2 795 426**	2 786 428	8 998	0,3%	15 766	14 356	1 410	0,6%	0,5%	0,0%
Total Electra	**340 267 643**	**349 932 217**	**-9 664 574**	**-2,8%**	**12 063 510**	**13 746 676**	**-1 683 166**	**3,5%**	**3,9%**	**-0,4%**

Consumo Específico

O mix de combustíveis de todas as centrais elétricas, das empresas e em particular o consumo agregado médio para a ELECTRA , é medido em 215,8 gr/kWh de combustível necessário para produzir 1 quilowatt-hora de energia elétrica através de meios térmicos (2017: 215,4 gr/kWh).

A meta definida pela então ARE - Agencia de Regulação Económica (atualmente ARME- Agencia de Regulação Multissetorial da Economia) era de 219 gr/kWh.

Quadro 6 - Consumo Especifico

Unidade Produção	Produção Térmica	Gasóleo (L)	Fuel Oil 180 (L)	Fuel Oil 380 (L)	Consumo Específico (gr/kWh)
Santo Antão	15 023 801	4 125 678			230,7
S. Vicente	56 209 705	505 976		12 031 853	213,1
S. Nicolau	6 768 239	1 905 573			236,5
Sal	45 237 219	1 200 558	10 044 566		231,0
Maio	3 599 512	1 018 848			237,8
Santiago	196 866 524	34 591	29 680 404	13 853 061	209,4
Fogo	13 767 217	3 775 073			230,3
Brava	2 795 426	805 976			242,2
Total Electra	**340 267 643**	**13 372 273**	**39 724 970**	**25 884 914**	**215,8**

Variação das Pontas Máximas

A ponta máxima, por unidade de Produção, foi de **39,7 GW,** registada na ilha de Santiago, representando um aumento de 2,4%, relativamente ao ano de 2017. É de se referir os aumentos das pontas máximas nos sistemas elétricos das ilhas de Sal (+609 kW), ilha de Santiago (+512 kW) e São Vicente (+ 400 kW).

Quadro 7- Pontas por Ilha (kW)

Ilha	2018				2017	Variação 2018/2017	
	Valor	Mês	Dia	Hora		Valor	%
Santo Antão	**3 204**	Agosto	24	20:20	3 080	124	4,0%
S. Vicente	**13 700**	Novembro	17	19:00	13 300	400	3,0%
S. Nicolau	**1 370**	Outubro	29	20:00	1 320	50	3,8%
Sal	**12 167**	Dezembro	27	19:00	11 558	609	5,3%
Maio	**686**	Abril	27	1	670	16	2,4%
Santiago	**39 678**	**Outubro**	**10**	**19:00**	39 166	512	1,3%
Fogo	**2 642**	Abril	30	20:00	2 637	5	0,2%
Brava	**604**	Julho	30	20:15	612	-8	-1,3%
Ponta Assíncrona Total	**74 051**				**72 343**	**1 708**	**2,4%**

Indicadores de Produção de Eletricidade

O quadro seguinte ilustra os principais indicadores de desempenho:

Quadro 8- Indicadores de Produção de Eletricidade

Indicadores de Produção de Energia Elétrica	2018	2017
Taxa de Indisponibilidade por Manutenção Planeada	3,2%	2,1%
Taxa de Indisponibilidade por Avaria	8,1%	4,0%
Taxa de Indisponibilidade por Paragens Forçadas	2,9%	1,6%
Taxa de disponibilidade das unidades térmicas	85,8%	81,4%
Taxa de penetração das energias renováveis	20,8%	18,8%

A taxa de disponibilidade da ordem de 86% confirma a estratégia da empresa em ter todos os seus equipamentos disponíveis, na sequência da mudança da estratégia de manutenção. Esse indicador devera confirmar a evolução positiva do SAIDI, derivado da disponibilidade de potência e das reservas disponíveis.

A variação positiva da penetração das energias renováveis deveu-se a melhores condições de vento, particularmente em 2018, a melhor gestão e operação dos sistemas eólicos, além de alguma otimização no processo de despacho e as melhores performances de operação e a manutenção dos parques solares de Santiago e do Sal, graças aos contratos de exploração e manutenção realizados pela ELECTRA com o CERMI e a APP.

Black-Out

As interrupções no fornecimento de eletricidade aumentaram em quase todos os sistemas elétricos, com exceção das ilhas de Santo Antão, São Nicolau, e Santiago onde se registaram progressos na garantia de continuidade do serviço, com redução substancial das quantidades de *Black-Out*. Destaca-se a ilha de Santiago, onde se registou o menor número de *Black-Out* (2 Black-Outs).

O mesmo já não se pode afirmar para as restantes ilhas onde se registou um aumento considerável do número de *Black-Out* e do tempo de reposição do serviço, principalmente devido à continuidade dos projetos de modernização e extensão das redes MT, no âmbito dos projetos ORET e JICA - 6 ilhas, que obrigaram a paragens para ligação das novas infraestruturas de distribuição (PTs e Subestações).

S. Vicente registou 25 *blackouts*, sendo Sal o centro de produção com maior número de interrupções gerais de energia (26) e o tempo de interrupção respetivo foi 241 e 644 min, a maior duração de interrupção registado. O centro produtor da ilha do Maio, com 68 *black-outs*, foi o que registou o maior número de interrupções de energia, e o maior tempo de interrupção que se situou em 1.816 min.

Quadro 9- Black-Outs (Quantidade e duração)

Ilha		2018		2017		Var. 2018-2017	
		Qtd	Dur. (min)	Qtd	Dur. (min)	Qtd	Dur. (min)
Santo Antão	Porto Novo	12	167	15	193	**-3**	-26
S. Vicente	S.Vicente	25	241	17	178	**8**	63
S. Nicolau	Tarrafal	10	116	23	288	-13	-172
Sal	Sal	26	644	11	750	**15**	-106
Maio	Maio	68	1 816	54	1 836	**14**	-20
Santiago	**Cidade da Praia**	**2**	**117**	**6**	**187**	**-4**	**-70**
Fogo	S.Filipe	37	625	16	371	21	254
Brava	Favetal	50	1 930	31	1 400	**19**	530

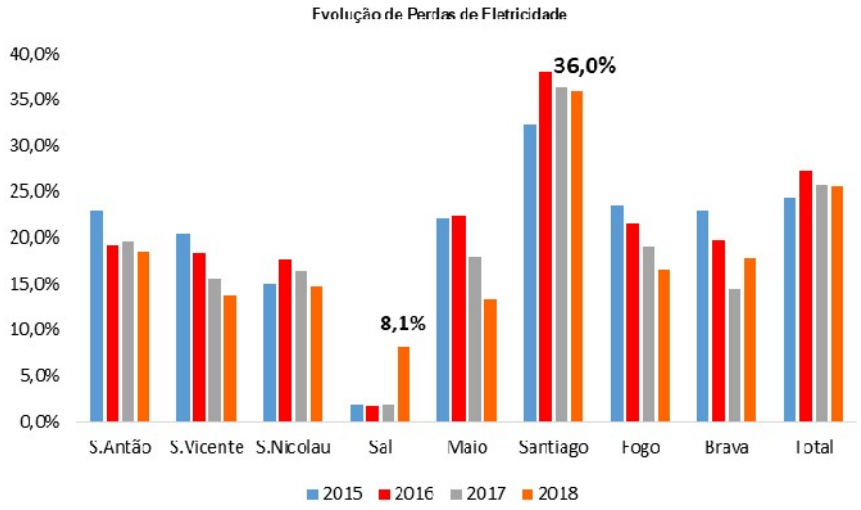
6.2. DISTRIBUIÇÃO DE ELECTRICIDADE

Perdas de Eletricidade

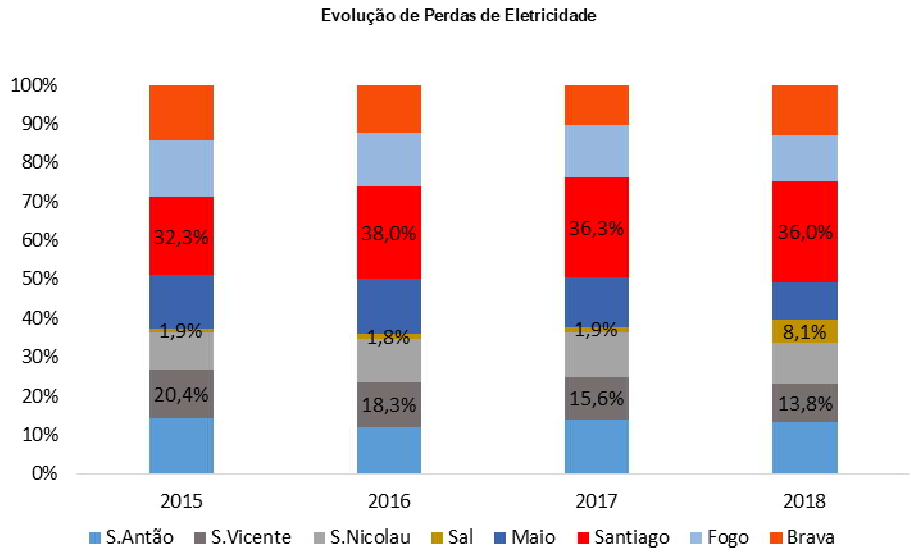
As perdas de eletricidade globais (técnicas e não técnicas) no país atingiram assim em 2018 os 109 milhões de kWh, o que representa 25,5% da produção. Regista-se uma redução das perdas de eletricidade em quase todas as ilhas, com exceção da ilha do Sal e Brava. As perdas da Ilha do Sal para o ano 2017 apresentam uma imprecisão de cálculo, 1,9% em vez de 7,3%. A correção já está incorporada em 2018. Para efeitos comparativos, as perdas globais de 2017 seriam de 26,3%, representando uma variação de 0,8% em relação às perdas de dezembro de 2018 (25,5%).

Quadro 10- Perdas de Eletricidade

Ilha	Produção	Total Consumos da Produção	Vendas	Perdas		
				2018		2017
Santo Antão	16 416 038	269 390	13 114 984	3 031 664	18,5%	19,6%
S. Vicente	79 592 061	10 474 381	58 163 271	10 954 409	13,8%	15,6%
S. Nicolau	6 768 239	110 910	5 661 353	995 976	14,7%	16,4%
Sal	67 821 192	8 887 995	53 457 503	5 475 694	8,1%	1,9%
Maio	3 599 512	11 066	3 108 975	479 471	13,3%	18,0%
Santiago	238 792 887	26 771 428	126 058 811	85 962 648	36,0%	36,3%
Fogo	13 767 217	283 519	11 216 739	2 266 959	16,5%	19,1%
Brava	2 795 426	15 766	2 282 206	497 454	17,8%	14,5%
Total Electra	429 552 572	46 824 455	273 063 841	109 664 276	25,5%	25,7%

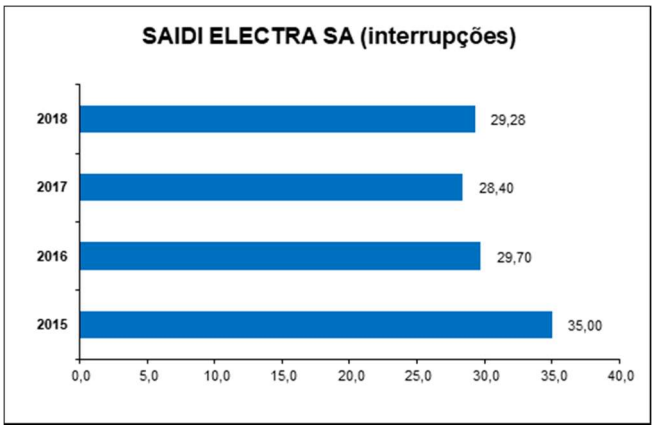


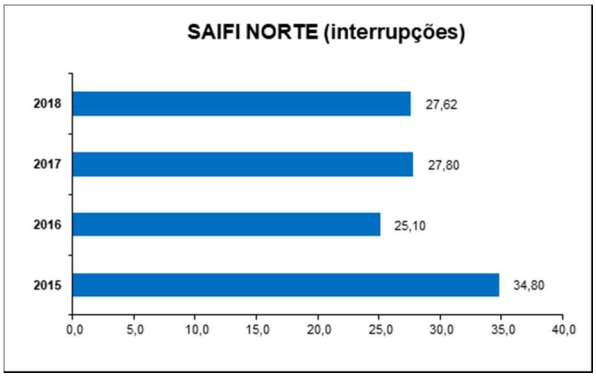
Os projetos em curso têm como objetivos, a redução das perdas globais técnicas e não técnicas de energia elétrica, com mais ênfase na ilha Santiago. Em 2018 registou-se uma diminuição em 0,3% (583 milhões de KWh) do valor das perdas em Santiago, comparativamente a 2017.

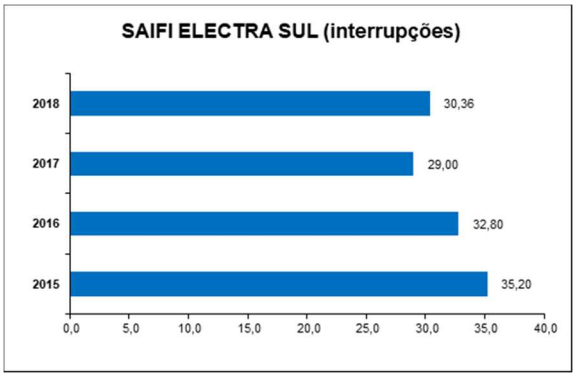


Indicadores de Transporte e Distribuição de Energia Elétrica

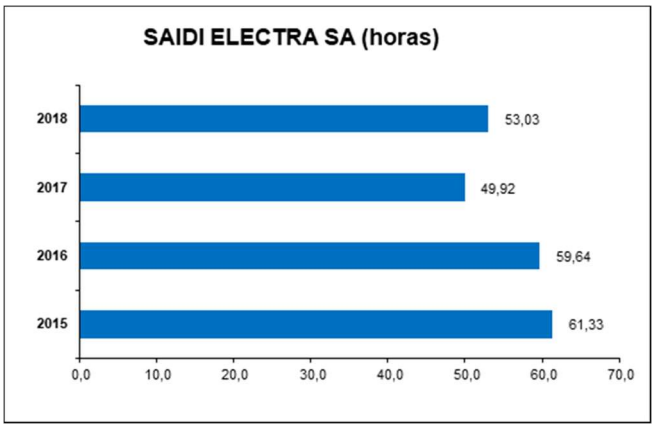
SAIFI - Indicador de frequência média de Interrupção de fornecimento de energia elétrica a cada cliente.

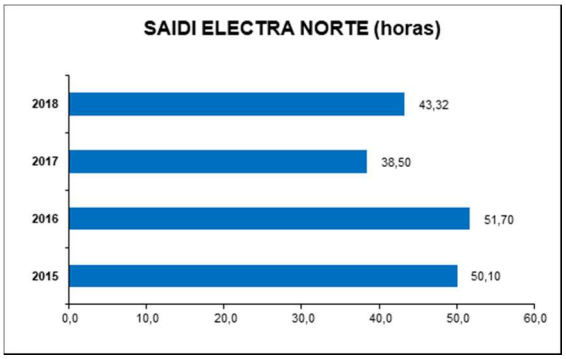


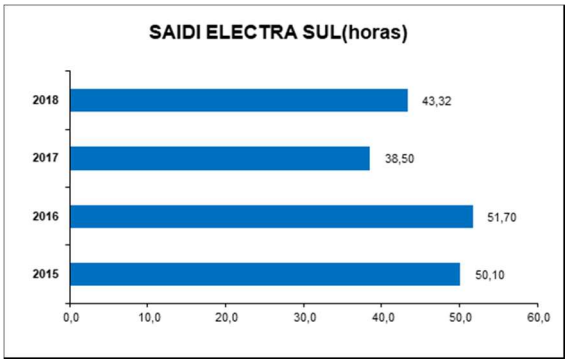




SAIDI – Indicador de duração média de interrupção de fornecimento de energia elétrica a cada cliente servido. É medida em unidade de tempo ao longo de um ano.





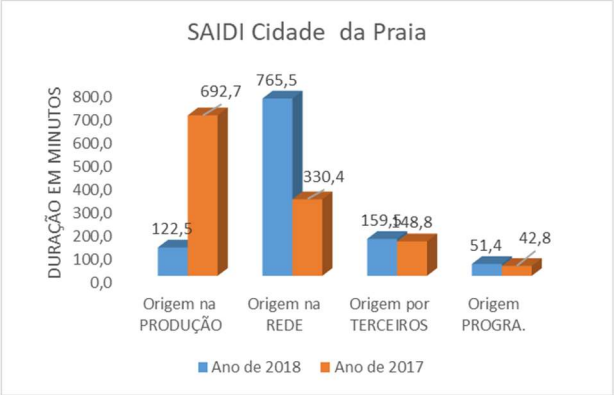


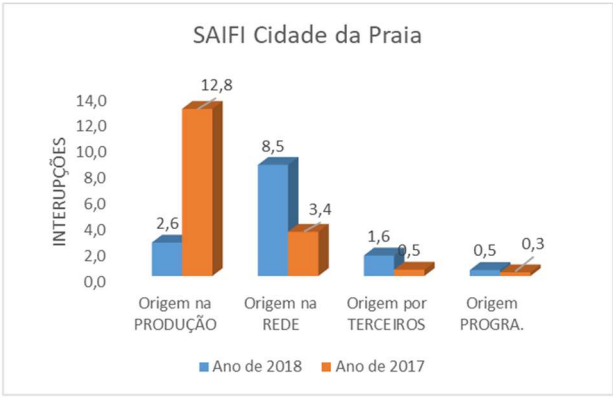
Em média cada cliente da **ELECTRA Norte** esteve sem energia elétrica por 43 horas (SAIDI = 2.599,5 mn/cliente) durante o ano de 2018 e cada um sofreu em média 27,6 cortes de fornecimento de energia - SAIFI (System Average Interruption Frequency Index). O melhor desempenho de SAIDI (System Average Interruption Duration Index) foi para as ilhas de Sal com 2.266,4 mn/cliente (37,8 horas). O melhor SAIFI foi para São Nicolau com 20,1 cortes por cliente. Santo Antão com o pior desempenho da ELECTRA Norte com 3.431,9 mn/cliente de SAIDI e 36,4 cortes por clientes. Os picos de SAIDI e SAIFI registados nos meses de janeiro, fevereiro e setembro são as contribuições negativas de Santo Antão, São Vicente e Sal nesses meses com BO e disparos de feeders importantes.

Em média cada cliente da **ELECTRA , Sul** esteve sem energia elétrica por 59 horas (SAIDI = 3.560,8 min/cliente) em 2018, tendo sofrido em média 30,4 cortes de fornecimento de energia (SAIFI). O pior registo de SAIDI foi na ilha do Maio, com 10.205,3 min/cliente (170 horas). O pior registo de SAIFI regista-se também na Ilha do Maio em que cada cliente sofreu, em media, 103 interrupções de fornecimento de energia. Santiago (Cidade da Praia) regista a menor duração das interrupções, com a média 1.099 minutos (18,3 horas) de duração para cada cliente. Apesar da Cidade da Praia apresentar o melhor indicador, manifesta uma degradação em relação ao ano anterior.

Na ELECTRA Sul a ilha de Santiago (Cidade da Praia) registou a menor duração das interrupções, com a média 1.099 minutos (18,3 horas) de duração para cada cliente. SAIDI

Apesar da Cidade da Praia apresentar o melhor indicador, constatou uma degradação em relação ao ano anterior, apresentando um aumento do tempo de interrupção com origem programado devido a manutenções das linhas MT e trabalhos no âmbito do Projeto SCADA.





Rede de distribuição de Energia

	S. Antão	S. Vicente	S. Nicolau	Sal	Maio	Santiago	Fogo	Brava	Total
Nº Posto de Transformação									
Aereo	46	1	17		7	196	58	2	**327**
Alvenaria	60	148	25	86	21	295	33	17	**685**
Subestação									
Alta Tensão (60KV)						3			**3**
Rede									
Aérea Baixa Tensão (km)	227	230	118	151	78,8	864	235	59,2	1963
Alta Tensão (km)						79,4			
Aérea Media Tensão (km)	117,92	5,60	59,00		44,50	517,00	137,00	18,00	**899,02**
Subterrânea Media Tensão (Km)	131,06	146,40	42,00	198,00	8,50	218,50	34,00	7,40	**785,86**

Principais Indicadores de Iluminação Publica - ELECTRA Global

Principais indicadores Iluminação Pública- Electra SA (Global)	2015	2016	2017	2018
Número de focos Luminosos existentes	32 357	33 908	38 129	41 980
Número de habitantes (Projeção INE)	510 381	515 706	521 049	525 973
Ponto de luz por cada 100 habitantes	14	14	16	17
Número de familias	138 111	137 303	146 674	147 168
Número de familias por cada ponto de luz	8	8	8	7
Número de edifícios	-	-	153 568	153 568
Número de edifícios por cada ponto de luz	-	-	8	7
Comprimento total de vias iluminadas, uma luminárias por cada 30m (kWh)	971	1 017	1 144	1 259
Energia Consumida na iluminação Pública -DTDE/DCS (kWh)	10 812 372	10 778 665	12 761 203	10 325 847
Consumo de energia IP por habitantes (kWh/habit.)	21,2	20,9	24,5	19,6
Custos Manutenção e Reforço -DTDE-ES (CVE)	31 980 357	28 193 934	27 720 814	39 953 993
Custos de Fornecimento Energia -DCS (CVE)	297 871 280	255 535 413	301 187 533	375 542 675
CIP Faturada -DCS (CVE)	146 945 819	137 141 330	170 546 856	190 622 335
Relação CIP faturado/Custos totais (Energia+Manut/Reforço)	45%	48%	52%	46%

Principais Indicadores de Iluminação Publica - ELECTRA Norte

Principais indicadores Iluminação Pública- Electra Norte	2015	2016	2017	2018
Número de focos Luminosos existentes	14 573	15 166	16 918	17 969
Número de habitantes (Projeção INE)	167 732	169 395	171 032	172 646
Ponto de luz por cada 100 habitantes	8,7	9,0	9,9	10,4
Número de familias	52 591	51 942	52 443	52 937
Número de familias por cada ponto de luz	3,6	3,4	3,1	3,0
Número de edifícios	-	-	54 628	54 628
Número de edifícios por cada ponto de luz	-	-	3,2	3,0
Comprimento total de vias iluminadas, uma luminárias por cada 30m (kWh)	437	455	508	539
Energia Consumida na iluminação Pública -DTDE/DCS (kWh)	4 872 043	4 820 179	5 591 178	6 476 067
Consumo de energia IP por habitantes (kWh/habit.)	29,0	28,5	32,7	37,5
Custos Manutenção e Reforço -DTDE-ES (CVE)	14 298 180	15 643 478	13 996 782	23 239 410
Custos de Fornecimento Energia -DCS (CVE)	129 819 380	101 826 808	119 068 898	146 189 249
CIP Faturada -DCS (CVE)	64 191 540	60 433 641	72 892 483	84 320 225
Relação CIP faturado/Custos totais (Energia+Manut/Reforço)	45%	51%	55%	50%

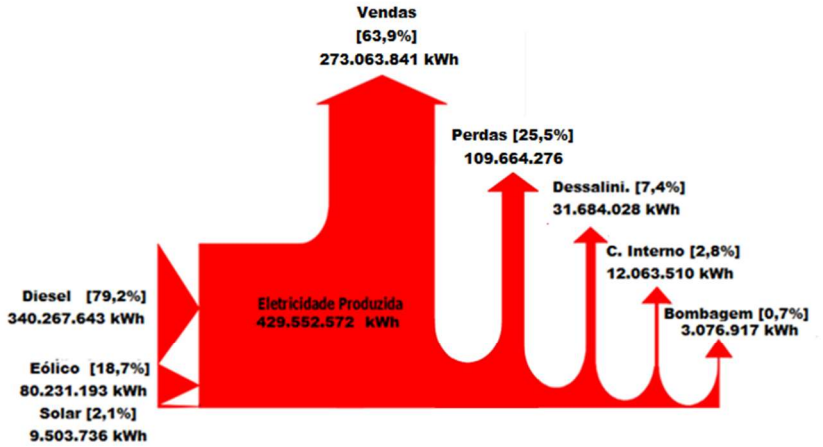
Principais Indicadores de Iluminação Publica - ELECTRA Sul

Principais indicadores Pública- Electra Sul	2015	2016	2017	2018
Número de focos Luminosos existentes	17 784	18 742	21 211	24 011
Número de habitantes (Projeção INE)	342 649	346 311	350 017	353 327
Ponto de luz por cada 100 habitantes	5,2	5,4	6,1	6,8
Número de familias	85 520	85 361	94 231	94 231
Número de familias por cada ponto de luz	4,8	4,6	4,4	3,9
Número de edifícios	-	-	98 940	98 940
Número de edifícios por cada ponto de luz	-	-	4,7	4,1
Comprimento total de vias iluminadas, uma luminárias por cada 30m (kWh)	534	562	636	720
Energia Consumida na iluminação Pública -DTDE/DCS (kWh)	5 940 329	5 958 486	7 170 025	3 849 780
Consumo de energia IP por habitantes (kWh/habit.)	17,3	17,2	20,5	10,9
Custos Manutenção e Reforço -DTDE-ES (CVE)	17 682 177	12 550 456	13 724 032	16 714 583
Custos de Fornecimento Energia -DCS (CVE)	168 051 900	153 708 605	182 118 635	229 353 426
CIP Faturada -DCS (CVE)	82 754 279	76 707 689	97 654 373	106 302 110
Relação CIP faturado/Custos totais (Energia+Manut/Reforço)	45%	46%	50%	43%

Balanço Energético

O balanço Energético regista o volume da energia produzida e entregue à rede

PRODUÇÃO			
Meios	Ilhas	Quantidade [kWh] (b)	% = (b/a*100)
Produção Térmica 340.267.643 kWh [79,2%]	Santo Antão	15 023 801	3,5%
	São Vicente	56 209 705	13,1%
	São Nicolau	6 768 239	1,6%
	Sal	45 237 219	10,5%
	Maio	3 599 512	0,8%
	Santiago	196 866 524	45,8%
	Fogo	13 767 217	3,2%
	Brava	2 795 426	0,7%
Produção Eólica 80.231.193 kWh [18,7%]	Santo Antão	1 392 237	0,3%
	São Vicente	23 382 356	5,4%
	Sal	19 479 079	4,5%
	Santiago	35 977 521	8,4%
Produção Solar 9.503.736 kWh [2,1%]	Sal	3 104 894	0,7%
	Santiago	5 948 842	1,4%
Total (a)		429 552 572	100%



CONSUMOS AUTORIZADOS			
Destino	Unidade Comercial	Quantidade [kWh]	% = (b/a*100)
Vendas 273.063.841 kWh [63,9%]	Santo Antão	13 114 984	3,1%
	São Vicente	58 163 271	13,5%
	São Nicolau	5 661 353	1,3%
	Sal	53 457 503	12,4%
	Maio	3 108 975	0,7%
	Santiago	126 058 811	29,3%
	Fogo	11 216 739	2,6%
	Brava	2 282 206	0,5%
Cons.Produção - 46.824.455 kWh [10,9%]	Dessalinização	31 684 028	7,4%
	Bombagem	3 076 917	0,7%
	Consumo Interno	12 063 510	2,8%
Perdas 109.664.276 [25,5%]	Santo Antão	3 031 664	0,7%
	São Vicente	10 954 409	2,6%
	São Nicolau	995 976	0,2%
	Sal	5 475 694	1,3%
	Maio	479 471	0,1%
	Santiago	85 962 648	20,0%
	Fogo	2 266 959	0,5%
	Brava	497 454	0,1%
Total (a)		429 552 572	100%

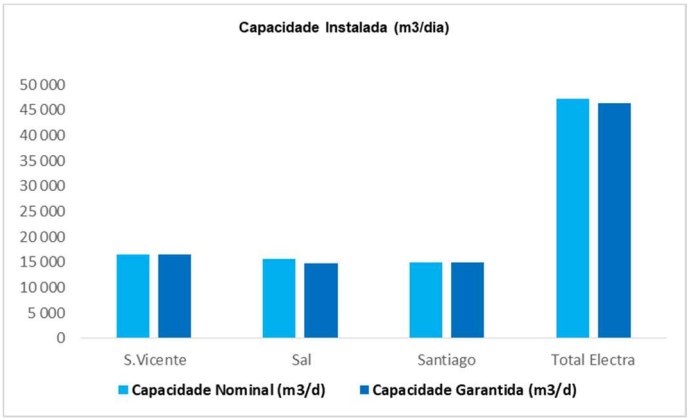
Figura 1

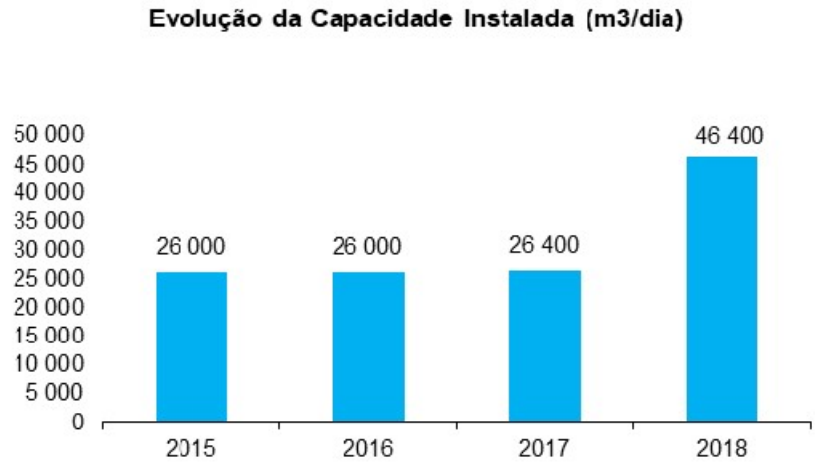
6.3. PRODUÇÃO DE ÁGUA

A produção e distribuição de água pela ELECTRA estão circunscritas às ilhas de São Vicente e Sal. Por força do *unbundling,* a partir do mês de julho de 2017, em Santiago (cidade da Praia), a ELECTRA continuou a assegurar a produção de água dessalinizada, descontinuando a exploração dos furos, passando a fornecer em alta à AdS- Águas de Santiago.

Capacidade Instalada

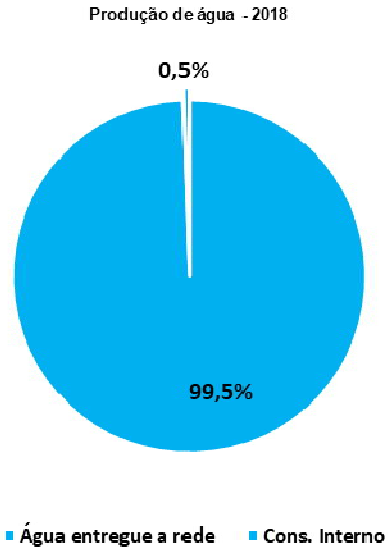
A ELECTRA dispunha, em 31 de dezembro 2018, de 3 centrais de produção de água dessalinizada.





ÁGUA ENTREGUE À REDE

A água dessalinizada representou, durante o ano 2018, 99,5% da água injetada nas redes.



No ano 2018, foram produzidas **8.106.322 m3** de água, sendo que 99,5% foram entregues à distribuição e, o restante 0,5%, consumido internamente.

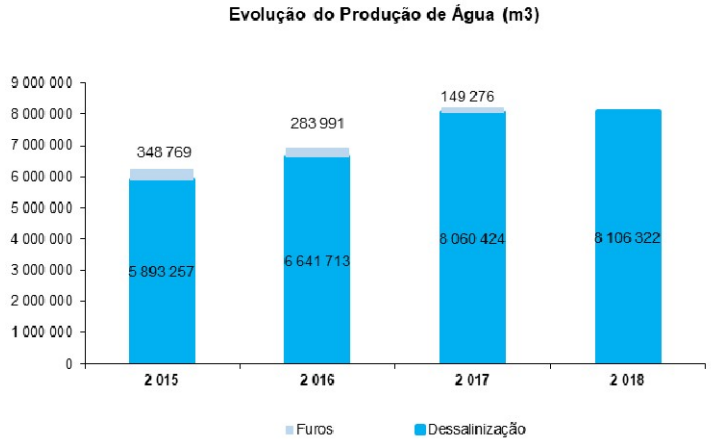
Em relação ao ano de 2017, registou-se uma diminuição da quantidade de água entregue à rede de distribuição em **109.224 m3** (1,3%).

Quadro 11- Água entregue à Rede (m³)

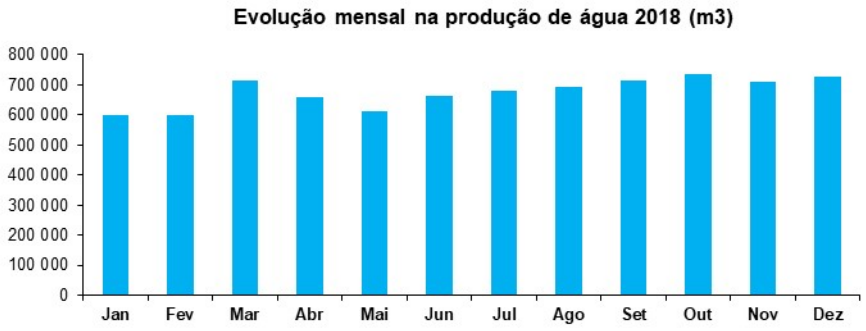
Unidade produção	Água produzida 2017	Água produzida 2018	Consumo Interno	Água entregue à Rede		
	Quantidade	Quantidade		2018	2017	2018-2017
S.Vicente	1 576 836	1 560 844	12 938	1 547 906	1 567 733	-19 827
Sal	1 435 075	1 566 955	6 181	1 560 774	1 431 793	128 981
Santiago (Praia)	5 197 789	4 978 523	25 116	4 953 407	5 171 785	-218 378
Total Electra	**8 209 700**	**8 106 322**	**44 235**	**8 062 087**	**8 171 311**	**-109 224**

Evolução da Produção de Água

A produção de água registou uma diminuição de 1,3%, entre o ano de 2018 e o ano de 2017. O quadro seguinte indica a evolução da produção de água:



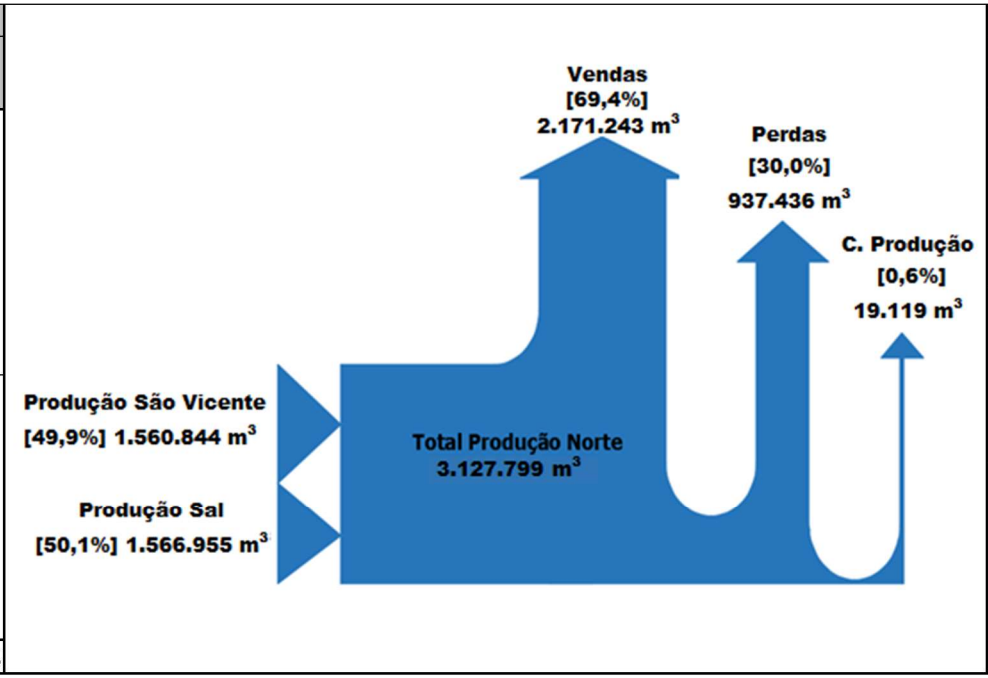
O gráfico seguinte traduz a evolução mensal da produção de água:



Balanço Hidrológico

O balanço hidrológico, regista o volume da água produzida e entregue à rede e os cálculos das perdas totais (São Vicente e Sal).

PRODUÇÃO			
Meios	Ilhas	Produção [m^3]	%
Dessalinização - 3.127.799 m^3	São Vicente	1 560 844	49,9%
	Sal	1 566 955	50,1%
Total		**3 127 799**	**100%**



CONSUMOS AUTORIZADOS			
Destino	Unidade Comercial	Quatidade [m3]	%
Vendas 2.171.243 m^3 [69,4%]	São Vicente	1 045 676	33,4%
	Sal	1 125 568	36,0%
Cons. Produção 19.119 m^3 [0,6%]	São Vicente	12 938	0,4%
	Sal	6 181	0,2%
Perdas 937.436 m^3 [30,0%]	São Vicente	502 230	16,1%
	Sal	435 206	13,9%
Total		**3 127 799**	**100%**

Figura 2

6.4. DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA

Perdas de Água

As perdas na distribuição durante o ano de 2018 foram de 937.437 m^3 o que representa 30,0% em relação ao total produzido (3.127.799 m^3)

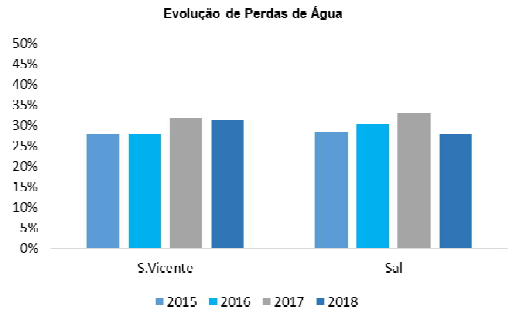
Quadro 12- Perdas de Água Distribuição m3

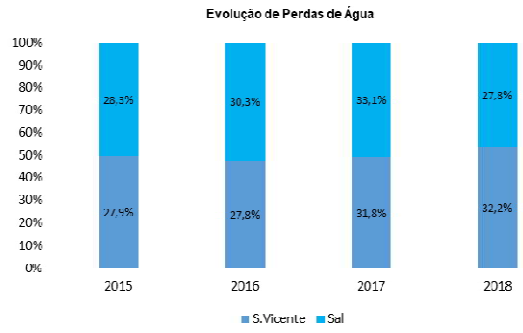
Unidade produção	Produção	Total Consumos da Produção	Vendas	Perdas		
				2018		2017
S.Vicente	1 560 844	12 938	1 045 676	502 230	32,2%	31,8%
Sal	1 566 955	6 181	1 125 568	435 206	27,8%	33,1%
Total Electra	**3 127 799**	**19 119**	**2 171 243**	**937 437**	**30,0%**	**32,5%**

As perdas na cidade da Praia a partir de julho 2018 passaram a ser calculadas somente em alta, tendo em conta que os serviços de distribuição de água na ilha foram transferidos para a empresa AdS. Como tal, as perdas de distribuição na cidade da Praia para o ano de 2018, deixaram de incluir as perdas na rede de distribuição.

Quadro 13- Perdas de Água em Alta

Unidade produção	Produção	Total Consumos da Produção	Vendas	Perdas		
				2018		2017
Santiago (Praia)	4 978 523	25 116	4 807 631	145 776	2,9%	4,7%
Total Electra (em alta)	**4 978 523**	**25 116**	**4 807 631**	**145 776**	**2,9%**	**4,7%**

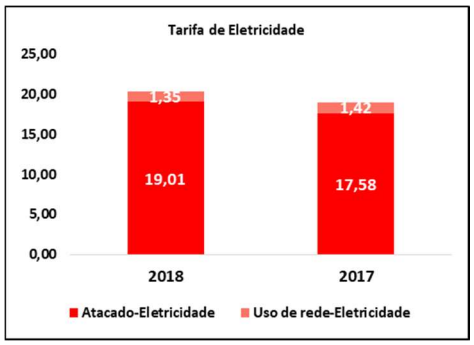


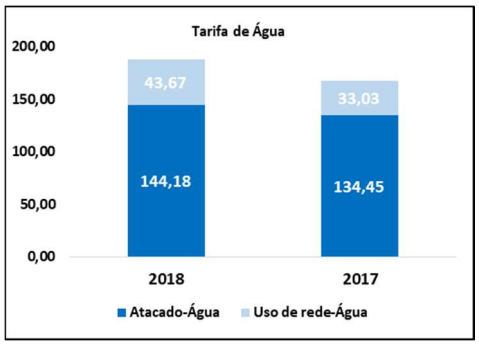


7. ATIVIDADE COMERCIAL

Evolução da Tarifa do Contrato por atacado

Em 2018 as quantidades de energia utilizadas na dessalinização de água foram valorizadas ao preço de 21,10 escudos, evoluindo para 21,70 escudos em março de 2018 (tarifa fixada pela ARE). Os gráficos seguintes representam a evolução da tarifa por atacado e o uso de rede:

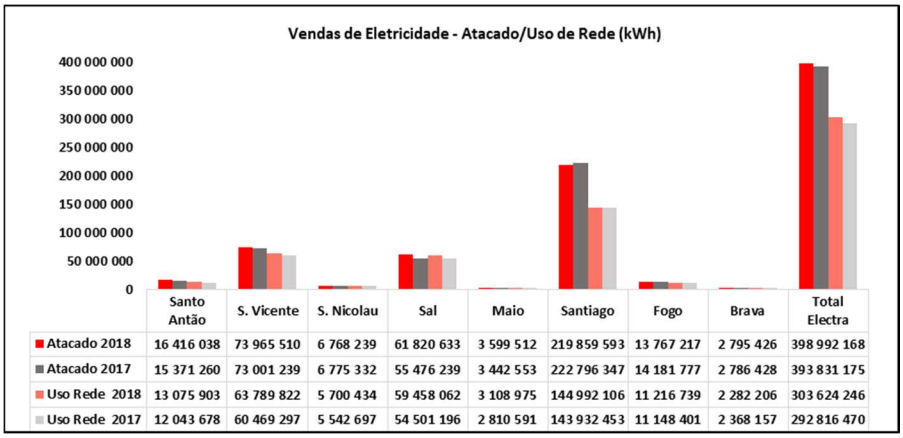




VENDA POR ATACADO E USO DE REDE (Relação Intra-grupo)

ENERGIA ELETRICA

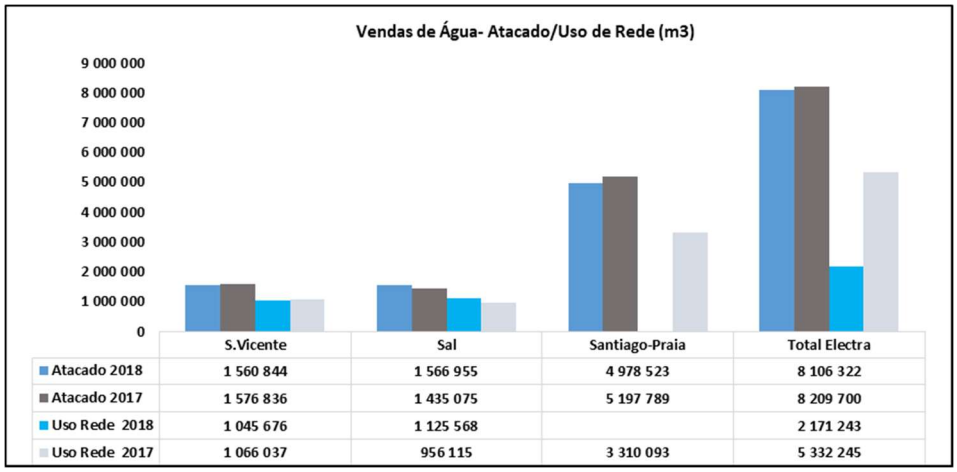
Tendo como base as tarifas definidas para eletricidade em atacado (19,01 Esc. /kWh) e para o uso de rede (1,35 Esc./kWh vendido), a ELECTRA SA faturou durante o ano de 2018 à ELECTRA Norte e a ELECTRA Sul o valor total correspondente (i) a **398.992.168 kWh** referentes à eletricidade por atacado, equivalentes a **mESC 7.585.781,** e (ii) a **303.624.246 kWh** pelo uso de rede, no valor de **mESC. 409.806,** conforme os gráficos seguintes:



	Santo Antão	S. Vicente	S. Nicolau	Sal	Maio	Santiago	Fogo	Brava	Total Electra
Atacado 2018	16 416 038	73 965 510	6 768 239	61 820 633	3 599 512	219 859 593	13 767 217	2 795 426	398 992 168
Atacado 2017	15 371 260	73 001 239	6 775 332	55 476 239	3 442 553	222 796 347	14 181 777	2 786 428	393 831 175
Uso Rede 2018	13 075 903	63 789 822	5 700 434	59 458 062	3 108 975	144 992 106	11 216 739	2 282 206	303 624 246
Uso Rede 2017	12 043 678	60 469 297	5 542 697	54 501 196	2 810 591	143 932 453	11 148 401	2 368 157	292 816 470

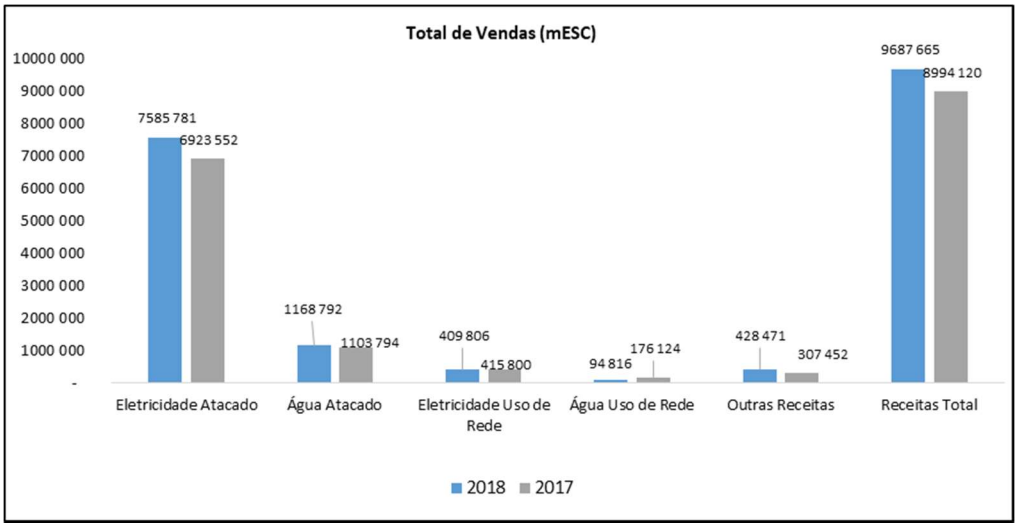
ÁGUA

Tendo com base nas tarifas definidas para água em atacado (144,18 Esc. /m3) e para o uso de rede (43,67 Esc./m3 vendido), a ELECTRA SA faturou durante o ano de 2018, à ELECTRA Norte e Sul, o valor total correspondente a (i) **8.106.322 m3** referentes à água por atacado, equivalentes a **mESC 1.168.792** e (ii) a **2.171.243 m3** por uso de rede, no valor de **mESC. 94.816**, conforme o gráfico seguinte:



	S.Vicente	Sal	Santiago-Praia	Total Electra
Atacado 2018	1 560 844	1 566 955	4 978 523	8 106 322
Atacado 2017	1 576 836	1 435 075	5 197 789	8 209 700
Uso Rede 2018	1 045 676	1 125 568		2 171 243
Uso Rede 2017	1 066 037	956 115	3 310 093	5 332 245

TOTAL VENDAS (em mEsc)



VENDAS - CLIENTE FINAL (ELECTRA Norte e ELECTRA Sul)

A ELECTRA Norte e ELECTR Sul faturaram durante o ano de 2018, ao consumidor final, o valor correspondente a mESC 8 472 450, sendo mESC 6 869 337 (273.064 MWh) referentes à eletricidade e mESC 1 603 113 (6 978 874 m3) referentes a água.

As vendas de eletricidade em 2018 registaram um aumento de cerca de 11.214 MWh (4,3%) em relação ao período homólogo de 2017, que registara um valor de 261.850 MWh.

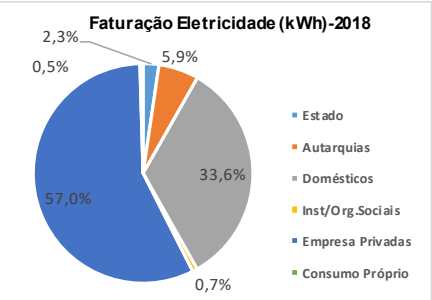
As vendas de água em 2018 registaram um aumento de cerca de 1.646.629 m3 (30,9%) em relação ao período homólogo de 2017, que registara um valor de 5.332.245 m3.

ELECTRA NORTE

Vendas de Eletricidade e Água

A ELECTRA NORTE faturou, durante o ano de 2018, 130.397 MWh de eletricidade, distribuídos conforme os quadros seguintes:

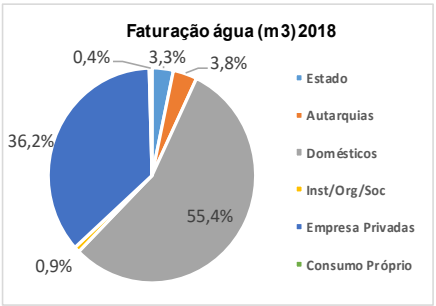
Tipo de Cliente	2018	2017	Variação Qte	Variação %
Estado	3.022.898	3.145.695	-122.797	-3,9%
Autarquias	7.687.268	6.748.009	939.259	13,9%
Domésticos	43.829.811	43.384.412	445.399	1,0%
Inst/Org.Sociais	955.852	881.697	74.155	8,4%
Empresa Privadas	74.313.862	65.692.024	8.621.838	13,1%
Consumo Próprio	587.419	738.904	-151.485	-20,5%
ELECTRA-NORTE	**130.397.110**	**120.590.741**	**9.806.369**	**8,1%**



Relativamente a faturação de eletricidade, registou-se um aumento de 9.806 MWh, equivalente a 8,1%, em relação ao ano de 2017.

A ELECTRA NORTE faturou, no ano de 2018, a quantidade de 2.171.243 m³ de água, distribuídos conforme os seguintes quadros:

Tipo de Cliente	2018	2017	Variação Qte	Variação %
Estado	72.132	71.244	888	1,2%
Autarquias	82.037	69.751	12.286	17,6%
Domésticos	1.202.224	1.206.091	-3.867	-0,3%
Inst/Org/Soc	18.915	15.908	3.007	18,9%
Empresa Privadas	786.369	654.662	131.707	20,1%
Consumo Próprio	9.565	4.496	5.069	112,7%
ELECTRA-NORTE	**2.171.243**	**2.022.152**	**149.091**	**7,4%**



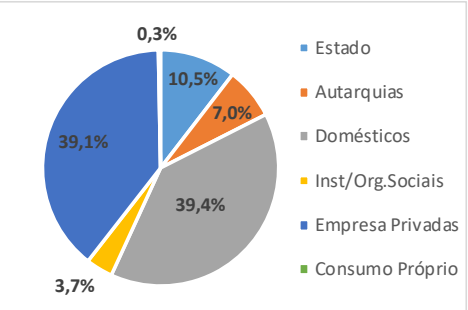
Relativamente à faturação de água, registou-se um aumento de 149.091 m3, equivalente a 7,4%, em relação ao ano de 2017.

ELECTRA SUL

Vendas de Eletricidade e Água

A ELECTRA Sul faturou, durante o ano de 2018, a quantidade de 142.666 MWh de eletricidade, distribuídos conforme o quadro seguintes:

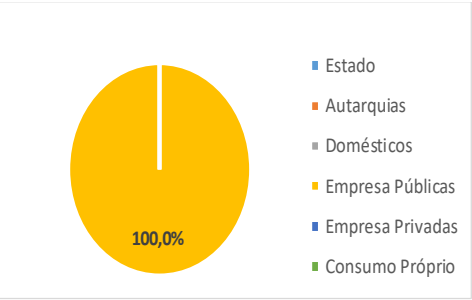
Tipo de Cliente	2018	2017	Variação Qte	Variação %
Estado	14.914.686	14.472.441	442.245	3,1%
Autarquias	10.046.394	8.581.484	1.464.910	17,1%
Domésticos	56.152.592	57.010.797	-858.205	-1,5%
Inst/Org.Sociais	5.308.181	5.961.779	-653.598	-11,0%
Empresa Privadas	55.771.608	54.457.740	1.313.868	2,4%
Consumo Próprio	473.270	774.829	-301.559	-38,9%
ELECTRA-SUL	**142.666.731**	**141.259.070**	**1.407.661**	**1,0%**



Relativamente à faturação de eletricidade, registou-se um acréscimo de 1.407 MWh, equivalente a 1,0%, em relação ao ano de 2017.

A ELECTRA SUL faturou, no ano de 2018, a quantidade de 4.807.631 m³ de água, distribuídos conforme os seguintes quadros:

Tipo de Cliente	2018	2017	Variação Qte	Variação %
Estado	0	86 505	-86 505	
Autarquias	0	67 971	-67 971	
Domésticos	0	601 681	-601 681	
Empresa Públicas	4 807 631	2 422 306	2 385 325	98,5%
Empresa Privadas	0	127 687	-127 687	
Consumo Próprio	0	3 943	-3 943	
ELECTRA-SUL	**4 807 631**	**3 310 093**	**1 497 538**	**45,2%**



Relativamente à faturação de água, registou-se um aumento de 1.497.538 m³, equivalente a 45,2%, em relação ao ano de 2017.

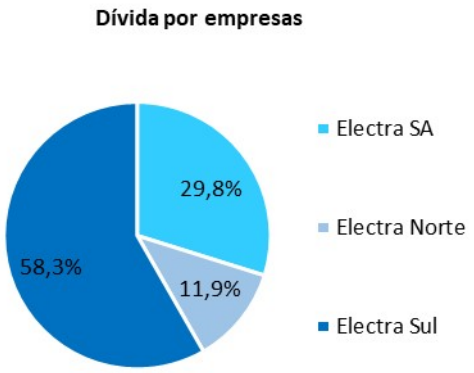
COMBATE A PERDAS E DIVIDAS

Dado o elevado valor de perdas e dívidas principalmente na Região Sul, a ULCPDC iniciou com mais ênfase as suas atividades no Concelho da Praia, ilha de Santiago, tendo realizado várias intervenções de combate a perdas e de recuperação de dívidas, das quais se destacam as seguintes:

- Fiscalização/inspeção de locais de consumo e contadores para a deteção de situações de furto/fraude de energia elétrica;
- Desmantelamento de ligações clandestinas para eliminação de ligações diretas às redes de distribuição de eletricidade;
- Melhoria de ramais e baixadas;
- Substituição de contadores avariados e antigos (com mais de 10 anos de funcionamento);
- Execução de Ordens de Serviços de corte e revisão de corte por dívida, e religação de fornecimento após pagamento;
- Elaboração de participações criminais e ações declarativas de condenação para cobrança extrajudicial e judicial de dívidas detidas pelos clientes da ELECTRA .

Dívidas Global por Empresas

No ano de 2018, a dívida global associada às três empresas do grupo ELECTRA , ascendia aos **mESC 10.466.949**, sendo 58,3% detida pela ELECTRA Sul, 11,9% pela ELECTRA Norte e 29,8% pela ELECTRA , S.A.



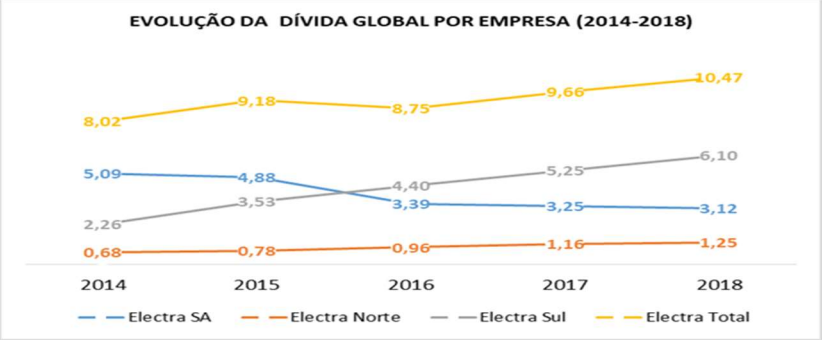
Comparativamente ao ano de 2017, regista-se um crescimento da dívida global em 8,3%, representando um aumento de mESC 803.650.

Dívida Por Empresa	2018	2017	Variação	
			%	Valor (ECV)
Electra SA	3 122 056	3 250 256	-3,9%	-128 200
Electra Norte	1 245 541	1 162 799	7,1%	82 742
Electra Sul	6 099 352	5 250 245	16,2%	849 108
Total	10 466 949	9 663 300	8,3%	803 650

Evolução da Dívida Global por Cliente/Empresa (Acumulada em 31-12-2018)

Dívida Por Empresa	2018	2017	Variação	
			%	Valor (ECV)
Electra SA	3 122 056	3 250 256	-3,9%	-128 200
Electra Norte	1 245 541	1 162 799	7,1%	82 742
Electra Sul	5 069 584	5 142 671	-1,4%	-73 087
Total	9 437 181	9 555 726	-1,2%	-118 545

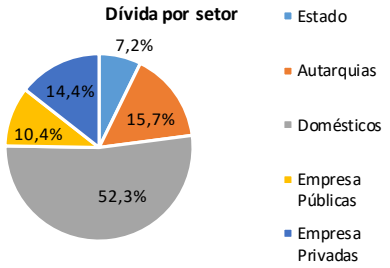
Evolução da Dívida Global por Cliente/Empresa (Acumulada em 31-12-2018), expurgado o total da divida da distribuidora de água na Cidade da Praia



Dívidas Global por Setor

Em termos de setor de atividade, a dívida global evoluiu de forma diferente nas três empresas do grupo ELECTRA , fazendo a comparação com o ano 2017.

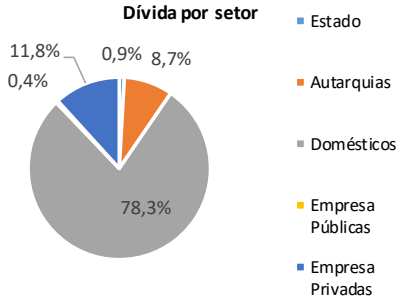
Dívida por Setor	2018	2017	Variação	
			%	Valor (ECV)
Estado	757 003	726 150	4,2%	30 853
Autarquias	1 644 699	1 451 086	13,3%	193 613
Domésticos	5 474 658	5 365 232	2,0%	109 426
Empresa Públicas	1 086 351	499 040	117,7%	587 311
Empresa Privadas	1 504 239	1 621 792	-7,2%	-117 554
Total	10 466 949	9 663 300	8,3%	803 650



Para este aumento, a contribuição das três empresas foi estruturalmente diferente, sendo negativa (recuperação) a da ELECTRA , S.A., com -3.9% (-128.200 mil contos) e positiva a das empresas ELECTRA Sul e ELECTRA Norte, com, respetivamente, +16,2% (+849.108 mil contos) e +7,1% (+82.742 mil contos) desse valor.

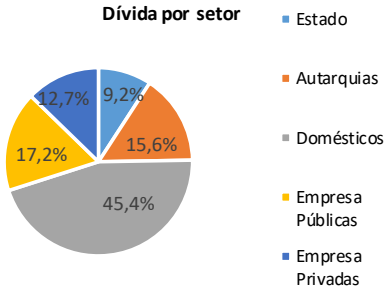
Relativamente à ELECTRA , S.A., há uma redução da dívida em todas as categorias de clientes, sendo a redução mais significativa nos clientes empresas privadas no total de mESC 83.320 (18,5%), seguidas dos Domésticos no total de mESC 38.850 (1,6%).

Dívida por Setor	2018	2017	Variação	
			%	Valor (ECV)
Estado	27 796	28 797	-3,5%	-1 000
Autarquias	270 990	276 016	-1,8%	-5 025
Domésticos	2 443 994	2 482 844	-1,6%	-38 850
Empresa Públicas	11 434	11 438	0,0%	-4
Empresa Privadas	367 841	451 161	-18,5%	-83 320
Total	3 122 056	3 250 256	-3,9%	-128 200



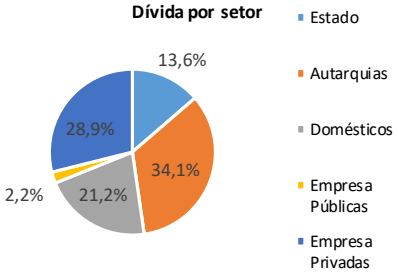
Desta análise, verifica-se na ELECTRA Sul um decrescimento da dívida associada ao setor privado, na ordem dos 0,6% ao passo que nos demais sectores houve um agravamento da dívida, sendo o mais significativo nas empresas públicas (+123,8%), seguidas das Autarquias (+14,6%). O aumento significativo da dívida associada às empresas públicas está relacionado com o avolumar da dívida da empresa Águas de Santiago.

Dívida por Setor	2018	2017	Variação	
			%	Valor (ECV)
Estado	559 249	525 109	6,5%	34 140
Autarquias	949 327	828 371	14,6%	120 956
Domésticos	2 766 765	2 647 790	4,5%	118 975
Empresa Públicas	1 047 654	468 072	123,8%	308 287
Empresa Privadas	776 358	780 903	-0,6%	266 751
Total	6 099 352	5 250 245	16,2%	849 108



Na ELECTRA Norte, regista-se uma redução da dívida associada às empresas privadas, na ordem dos 7,6%, ao passo que nas demais categorias de clientes regista-se um agravamento da dívida, onde o maior crescimento vai para as empresas públicas 39,6% seguidas das autarquias com 22,4%.

Dívida por Setor	2018	2017	Variação	
			%	Valor (ECV)
Estado	169 958	172 244	-1,3%	-2 286
Autarquias	424 382	346 699	22,4%	77 683
Domésticos	263 899	234 597	12,5%	29 302
Empresa Públicas	27 263	19 530	39,6%	7 733
Empresa Privadas	360 039	389 728	-7,6%	-29 689
Total	1 245 541	1 162 799	7,1%	82 742



Antiguidade da Dívida

Em termos de antiguidade, a dívida global é basicamente superior a um ano, representando cerca de 74,1% desse valor (mESC 7.756.670), o que indica uma taxa reduzida de recuperação da mesma, principalmente da com mais de 5 anos. As dívidas de seis meses a um ano representam cerca de 7,9% e as dívidas até 6 meses representam cerca 18,0% da dívida global.

Antiguidade da Divida	Electra SA		Electra Norte		Electra Sul		Electra Total	
	Valor (mESC)	% Valor	Valor (mESC)	% Valor	Valor (mESC)	% Valor	Valor (mESC)	% Valor
até 6 meses	-1 262	0,0%	644 753	51,8%	1 235 931	20,3%	1 879 422	18,0%
6 meses a 1 ano	712	0,0%	65 918	5,3%	764 227	12,5%	830 857	7,9%
acima de 1 ano	3 122 606	100,0%	534 870	42,9%	4 099 194	67,2%	7 756 670	74,1%
Divida Total	**3 122 056**	**100,0%**	**1 245 541**	**100,0%**	**6 099 352**	**100,0%**	**10 466 949**	**100,0%**

Contudo, existe um padrão distinto na distribuição da antiguidade de dívida global por empresa, sendo maioritariamente superior a um ano nas empresas ELECTRA , S.A., e ELECTRA Sul, e de inferir a um ano na ELECTRA Norte.

Antiguidade da Divida	Electra SA		Electra Norte		Electra Sul		Electra Total	
	Valor (mESC)	% Valor	Valor (mESC)	% Valor	Valor (mESC)	% Valor	Valor (mESC)	% Valor
>365	3 122 606	100,0%	534 870	42,9%	4 099 194	67,2%	7 756 670	74,1%
180 a 365	712	0,0%	65 918	5,3%	764 227	12,5%	830 857	7,9%
120 a 180	-615	0,0%	39 058	3,1%	292 501	4,8%	330 945	3,2%
90 a 120	-599	0,0%	33 807	2,7%	153 451	2,5%	186 659	1,8%
60 a 90	-417	0,0%	50 152	4,0%	201 978	3,3%	251 712	2,4%
30 a 60	4	0,0%	111 732	9,0%	153 763	2,5%	265 500	2,5%
>30	365	0,0%	410 005	32,9%	434 237	7,1%	844 606	8,1%
Total	**3 122 056**	**100,0%**	**1 245 541**	**100,0%**	**6 099 352**	**100,0%**	**10 466 949**	**100,0%**

Entretanto, em termos de antiguidade da dívida por tipo de cliente, verifica-se que os domésticos detêm o maior valor da dívida superior a um ano e até seis meses, situando-se nos 62,6% (mESC 4.858.276) e 27,5% (mESC 516.734), ao passo que as empresas públicas detêm o grosso da dívida até seis meses e de seis meses a um ano, situando-se em, respetivamente, 59,7% (mESC 496.276) e 27% (mESC 507.626).

	até 6 meses		6 meses a 1 ano		acima de 1 ano		Electra Total	
	Valor (mESC)	% Valor	Valor (mESC	% Valor	Valor (mESC)	% Valor	Valor (mESC)	% Valor
Electra Global	**1 879 422**	**100,0%**	**830 857**	**100,0%**	**7 756 670**	**100,0%**	**10 466 949**	**100,0%**
Estado	137 400	7,3%	53 857	6,5%	565 747	7,3%	757 003	7,2%
Autarquias	153 961	8,2%	124 729	15,0%	1 366 009	17,6%	1 644 699	15,7%
Domésticos	516 734	27,5%	99 648	12,0%	4 858 276	62,6%	5 474 658	52,3%
Empresa Públicas	507 626	27,0%	496 276	59,7%	82 449	1,1%	1 086 351	10,4%
Empresa Privadas	563 702	30,0%	56 347	6,8%	884 189	11,4%	1 504 239	14,4%

Entretanto, a nível das três empresas do grupo ELECTRA , a antiguidade da dívida por cliente é estruturalmente diferente, conforme quadro abaixo, sendo que:

- ELECTRA SA – A dívida é toda ela de maior que um ano, sendo a maior fatia detida pelos clientes domésticos, com 78,3%, o que indica uma taxa reduzida de recuperação da mesma.
- ELECTRA Norte – As autarquias detêm o grosso das dívidas de seis meses a um ano, ao passo que o maior valor da dívida até seis meses vai para as empresas privadas, com 48,2%;
- ELECTRA Sul – A dívida de superior a um ano é maioritariamente dos domésticos, com 57,6%, ao passo que as empresas públicas detêm o maior valor das dívidas de seis meses a um ano;

	até 6 meses		6 meses a 1 ano		acima de 1 ano		Total
	Valor (mESC)	% Valor	Valor (mESC	% Valor	Valor (mESC)	% Valor	Valor (mESC)
Electra SA Total	**-1 262**	**100,0%**	**712**	**100,0%**	**3 122 606**	**100,0%**	**3 122 056**
Estado	0	0,0%	0	0,0%	27 796	0,9%	27 796
Autarquias	-211	16,7%	-1	-0,1%	271 202	8,7%	270 990
Domésticos	-816	64,6%	973	136,7%	2 443 836	78,3%	2 443 994
Empresa Públicas	-4	0,4%	0	0,0%	11 438	0,4%	11 434
Empresa Privadas	-230	18,3%	-261	-36,6%	368 333	11,8%	367 841
Electra Norte Total	**644 753**	**100,0%**	**65 918**	**100,0%**	**534 870**	**100,0%**	**1 245 541**
Estado	35 069	5,4%	16 189	24,6%	118 699	22,2%	169 958
Autarquias	68 257	10,6%	58 718	89,1%	297 407	55,6%	424 382
Domésticos	205 283	31,8%	6 677	10,1%	51 939	9,7%	263 899
Empresa Públicas	25 589	4,0%	664	1,0%	1 010	0,2%	27 263
Empresa Privadas	310 556	48,2%	-16 332	-24,8%	65 814	12,3%	360 039
Electra SA Sul Total	**1 235 931**	**100,0%**	**764 227**	**100,0%**	**4 099 194**	**100,0%**	**6 099 352**
Estado	102 331	8,3%	37 667	4,9%	419 251	10,2%	559 249
Autarquias	85 915	7,0%	66 011	8,6%	797 400	19,5%	949 327
Domésticos	312 267	25,3%	91 997	12,0%	2 362 501	57,6%	2 766 765
Empresa Públicas	482 042	39,0%	495 612	64,9%	70 001	1,7%	1 047 654
Empresa Privadas	253 376	20,5%	72 940	9,5%	450 042	11,0%	776 358

8. INVESTIMENTOS

No ano 2018 deu-se a continuidade às atividades iniciadas em anos anteriores e iniciaram-se outras, quer no âmbito do desenvolvimento das infraestruturas da empresa, quer no acompanhamento, gestão ou fiscalização de projetos.

Os investimentos abrangeram áreas diversas e visaram:

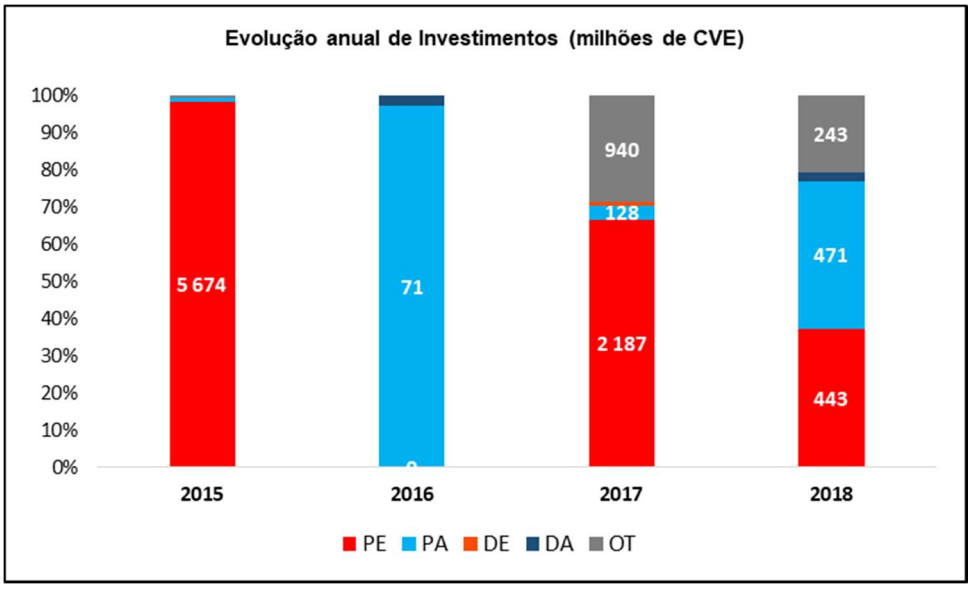
- Redução de Perdas e Melhoria da Qualidade da Eletricidade;
- Aumento das taxas de cobertura elétrica e de água;
- Aumentos de faturação e cobrança;
- Melhorarias e consolidação da autonomia financeira;
- Melhorarias da eficiência comercial e técnica;
- Melhorarias da qualidade de serviço.

Durante o exercício em referência, o montante dos investimentos realizados pela empresa foi de mESC 1.187.102, incluindo os encargos financeiros capitalizados nos investimentos em curso. Contudo, o valor dos investimentos concluídos no exercício de 2018 aproxima-se de mESC **3.789.727.**

Atividades (mESC)	2018	2017
Produção de Eletricidade	**443 459**	**2 187 424**
Produção de Água	**470 500**	**128 182**
Distribuição de Eletricidade	**29 919**	**32 722**
Outros	**243 224**	**940 160**
Recursos Naturais	-	14
Outras Construções	153 860	702 510
Cargas e Transportes	2 515	-
Administrativos	5 936	1 842
Outros Ativos tangiveis	80 913	117 769
Outros Ativos intangiveis	-	118 025
Total	1 187 102	3 288 488

Regista-se uma diminuição de mESC 2.101.238 relativamente ao realizado em 2017, ano em que se registaram mESC 3.288.488 em investimentos, devido aos financiamentos realizados na produção de eletricidade (PE) que absorveram aproximadamente 37,4% dos investimentos realizados, sendo de 39,6% na produção de água (PA), 2,5% na distribuição de eletricidade (DE) e ainda 20,5% noutros setores (OT).

Evolução anual de Investimentos (2015-2018):



PROJECTOS CONCLUÍDOS

PRODUÇÃO DE ÁGUA

- Projeto das novas **Unidades de Dessalinização para S. Vicente e Sal**, financiado pela Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) - conceção e instalação de duas novas Centrais Dessalinizadoras de água do mar (10.000 m3/dia Sal e S. Vicente), para produção de água potável, pelo processo de osmose inversa, incluindo o sistema de captação/bombagem de água do mar e de alimentação.

PROJECTOS EM CURSO

PRODUÇÃO DE ELETRICIDADE

- **Projeto Reforço e Otimização do Sistema de Energia Elétrica de Palmeira, Ilha do Sal,** financiado pela AFD - extensão do sistema de produção de energia elétrica da ilha do Sal através da construção de uma Nova Central a Diesel à Fuel Pesado (HFO), equipada com 4 (quatro) grupos com uma potência nominal de 3,8 MW, cada, totalizando 15,2 MW.

DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE

- **Projeto de "Melhoria da Eficiência, Reforço e Extensão da Iluminação Pública das Cidades da Praia e de Santa Maria",** financiada pela ELECTRA , Fundo do Turismo e CIP – substituição das luminárias equipadas com lâmpadas de vapor de sódio e lâmpadas de vapor de mercúrio, por luminárias LED equivalentes em termos do nível de iluminância (lux), mas com uma redução do consumo de energia superior a 55% **(Cidade da Praia: 8.107; Cidade de Santa Maria: 632)**. O projeto contempla ainda a extensão da iluminação pública, com a instalação de luminárias LED adicionais **(Cidade da Praia: 1.218; Santa Maria:110 luminárias)**.
- **Programa de Redução de Perdas e Melhoria da Qualidade de Energia. A Segunda componente,** financiada pelo BM sofreu atrasos, em virtude de ajustes na estratégia comercial introduzidos no programa. A Componente 2 inclui o financiamento para a compra de contadores (pré-pagos, pós-pagos e inteligentes), materiais para ramais de ligação de energia eléctrica a clientes (pré-pagos e pós-pagos) e a aquisição de um Sistema de Proteção de Receitas - RPP (MRS/MDM). A instalação dos 260 contadores inteligentes (1ª fase) e a entrada em funcionamento do novo sistema MRS/MDM de proteção ficaram concluídos em finais de Março 2018, após realização e aprovação dos testes locais de aceitação (SAT). O Projeto prevê ainda o desenvolvimento do interface visando a integração, no decurso do ano 2019, dos sistemas MRS/MDM de proteção de receitas com o novo sistema comercial *u@Cloud* em funcionamento e com o SCADA EMS/DMS, em fase de final de execução. Os contadores inteligentea<s adquiridos com o financiamento BM (1936 contadores) *smart*), e com o financiamento BEI (363) e ELECTRA (100) deverão ser instalados até finais 2020. Até finais de 2018 foram instalados e registados 758 contadores inteligentes nas ilhas de Santiago, São Vicente e Sal. Espera-se que uma redução significativa nas perdas venha a ocorrer até finais de 2019 com a implementação das seguintes atividades: (i) Pleno funcionamento do Sistema de Proteção de Receitas (MRS/MDM), incluindo sua interface com o Sistema Comercial; (ii) Instalação de 2634 contadores inteligentes, (iii) Substituição de contadores tradicionais obsoletos e (iv) Instalação de contadores pré-pagos. O objetivo, a horizonte 2020, é assegurar a monitorização da faturação e a cobrança de pelo menos 60% a 70% da faturação, através do sistema de proteção de receitas (MRS/MDM), para se atingir um nível de perdas não superior a 12% neste segmento, devendo para este efeito ser identificado os clientes que representam 60% a 70% da receita potencial, atualmente estimados em cerca de 5000 (3,5% do total dos clientes).
- **Programa de Redução de Perdas e Melhoria da Qualidade de Energia. A Terceira componente**, com financiamento do BEI. O programa procurará apoiar o combate às perdas de energia e melhorar a qualidade da energia, no âmbito do Programa de Redução de Perdas e Melhoria da Qualidade de Energia Eléctrica e apoiar os objetivos do Governo de alcançar uma alta e penetração de energias renováveis até 2020. No primeiro semestre de 2018 foram concluídos os processos de fornecimento dos equipamentos e materiais, assim como, a instalação dos Laboratórios (ELECTRA SUL" e "ELECTRA NORTE"). A instalação e configuração das infraestruturas de suporte das comunicações de contadores pré-pagos, fornecidos no âmbito desta componente, foram concluídas em finais de 2018. Esta componente do projeto terá continuidade no decorrer de 2019.
- **Projeto de desenvolvimento dos sistemas de transporte e distribuição de energia elétrica em 6 ilhas,** Santo Antão, S. Vicente, Sal, Maio Santiago e Fogo (projeto JICA II).

9. AMBIENTE QUALIDADE, SEGURANÇA E COMPETITIVIDADE

Ambiente

Em 2018, realizou-se o acompanhamento do Projeto de Implementação da norma ISO 14001:2015, na Central Elétrica do Palmarejo. Esse projeto foi iniciado em finais de 2017, mês de novembro concretamente, com data de conclusão fixada em maio/2018, o que não aconteceu. O projeto foi retomado e executado todo o plano de trabalho previsto, incluindo formação dos beneficiados (operadores e chefes de turno da Central do Palmarejo) e auditoria técnica, inclusive.

Foram ainda realizadas outras ações, nomeadamente: Visita de Auditoria técnica às instalações da Central do Palmarejo, seguida de elaboração de um relatório.

Qualidade

Ao longo do ano de 2018, deu-se continuidade ao programa de monitorização da qualidade da água produzida, águas usadas nas Centrais Elétricas, de acordo com o Plano de Controlo de Qualidade da Água (PCQA) existente nos Laboratórios da Matiota e Palmarejo.

O laboratório serve de suporte as Unidades de Produção no controlo da qualidade da água das caldeiras, sistemas de refrigeração, unidades de produção de água para motores (unidades de tratamento) e outras águas.

A monitorização da qualidade da água nos pontos referidos foi feita com o objetivo de conhecer a qualidade da água produzida e distribuída, contemplando várias atividades, nomeadamente:

- Recolha das amostras para ensaios laboratoriais;
- Análise Físicos-químicos, químicos e microbiológicos, nas unidades de Osmose Inversa, reservatórios de armazenamento, ponto de entrega para AdS;
- Controlo dos tratamentos anti incrustantes dos sistemas de Osmose Inversa, e da qualidade da água dos sistemas geradores de vapor, água de alimentação e água da caldeira.
- Apoio as UD's na lavagem e desinfeção dos reservatórios de distribuição, e vigilância sanitárias de fins de linha da rede de distribuição.

Foram analisados, ao longo do ano na Região Norte, **3710** amostras de água, representando uma diminuição de 15,4% (4.387) em relação ao ano anterior. Para a Região Sul foram analisados, ao longo do ano, **2473** amostras de água, representando uma diminuição de 20,3% (2.055) em relação ao ano anterior.

Segurança

Esta área foi objeto de intervenções pontuais. Por força de intervenção nas áreas de ambiente, qualidade e competitividade, a Assessoria dedicou atenção pontualmente à área de segurança,

nomeadamente na elaboração dos relatórios dos inquéritos aos incêndios na Central da Gamboa e Posto de Transformação Eugénio Lima II.

Competitividade

As principais ações desenvolvidas nesta área se referem a várias participações em reuniões promovidas pelo Núcleo de Acompanhamento do *Doing Business*, anexo ao Gabinete do Primeiro Ministro.

Por força da resolução nº84/2016, o Governo de Cabo Verde (GoCV) institui a coordenação intersectorial das políticas e das medidas que convergem para atingir as metas do ranking mundial do Doing Business.

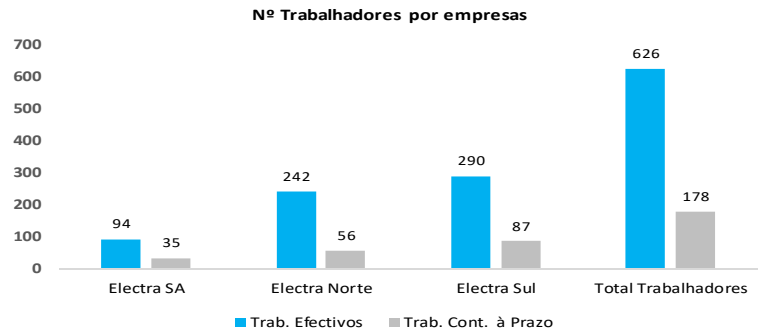
Para alcançar as metas a que o Governo se propõe exige-se políticas intersectoriais consistentes, uma elevada coordenação e articulação entre os diversos ministérios e a implicação dos serviços e instituições públicas da administração central e municipal, das empresas públicas prestadoras de serviços estratégicos, como os transportes, a água, a energia e as telecomunicações, e dos parceiros sociais a nível da concertação social e da comunidade científica e educativa.

No âmbito do Doing Business Cabo Verde, a ELECTRA está envolvida em melhorar políticas que favorecem a obtenção de eletricidade, que inclui também melhoria no índice da qualidade do fornecimento de eletricidade e transparência das tarifas e o preço da energia elétrica. O índice da qualidade do fornecimento de energia e transparência das tarifas é composto de dados quantitativos relativos à SAIDI e SAIFI e de dados qualitativos sobre: os mecanismos empregados pela empresa distribuidora de energia elétrica no monitoramento das interrupções e no restabelecimento do serviço, a supervisão do fornecimento por uma entidade regulatória do setor elétrico, o grau de transparência das tarifas de energia e a existência de mecanismos compensatórios.

10. RECURSOS HUMANOS

Distribuição dos trabalhadores por setor a 31/12/2018

O Grupo ELECTRA tinha em 2018 o total de 804 trabalhadores (permanente: 626; a prazo: 178). O número de trabalhadores do quadro permanente diminuiu em relação a 31/12/17 (a empresa tinha 638 trabalhadores do quadro permanente), enquanto o número de contratados a prazo aumentou em relação a 31/12/17 (a empresa tinha 157 contratados a prazo).



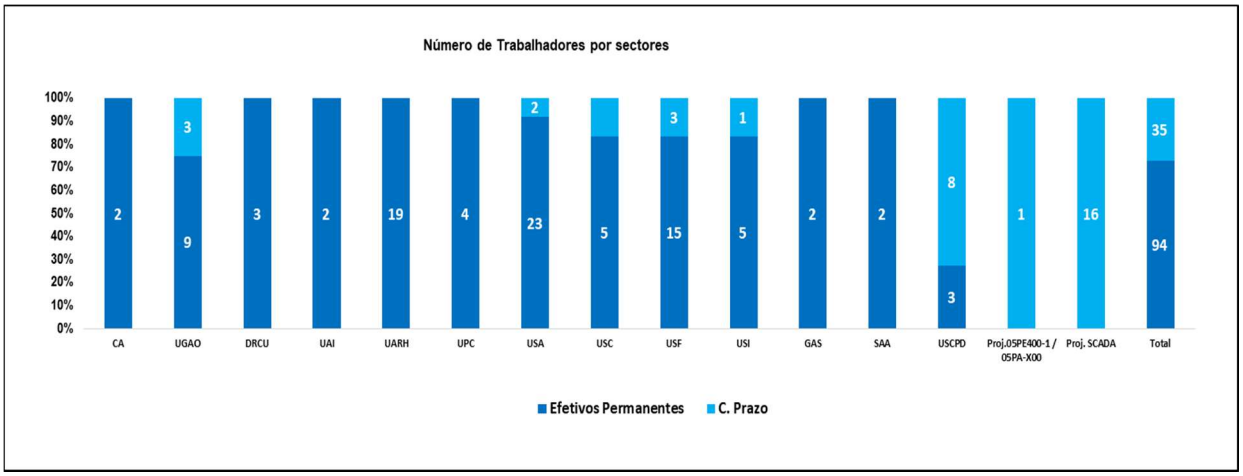
Trabalhador Qualificado é o nível de qualificação com maior número de trabalhadores representando 38 colaboradores (ELECTRA SA), 181 colaboradores (ELECTRA Norte) e 206 colaboradores (ELECTRA Sul).

	Electra SA	Electra Norte	Electra Sul	Total
Não Qualificados	4	4	34	42
Semiqualificados	5	55	88	148
Qualificados	38	181	206	425
Alt Qualif.	1	13	5	19
Técnicos Sup.	81	45	44	170
Total	129	298	377	804

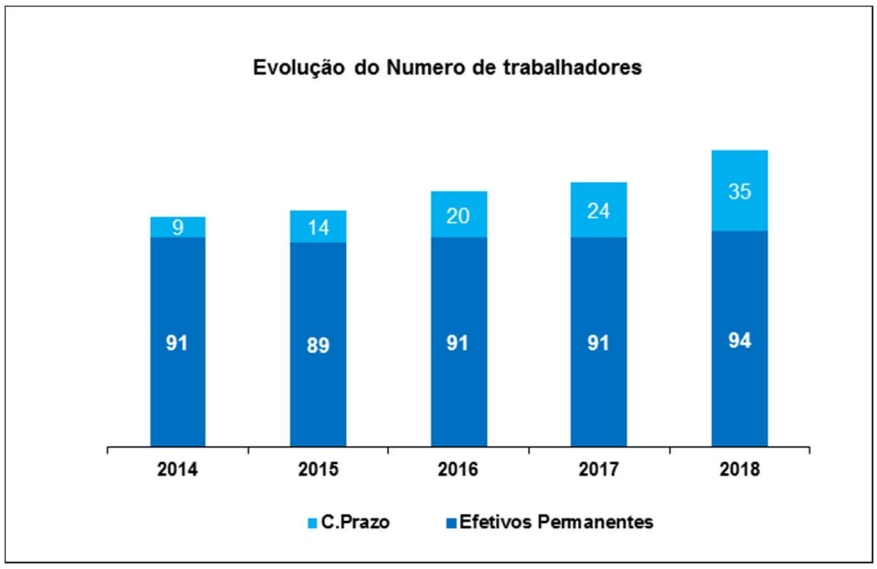
Indicadores de gestão

	Electra SA	Electra Norte	Electra Sul
Taxa de absentismo	2,52	2,22	4,24
Leque salarial Ilíquido	4,61	4,61	3,84
Leque salarial Líquido	3,94	3,94	3,30
Nº de acidentes de trabalho	0	0	1
Nº de sindicalizados	29	130	222
Admissões EF	1	0	0
Saídas EF	4	3	0
Admissões CP	0	4	0
Saídas CP	20	0	0
Impedimentos prolongados	5	0	6

Em 31/12/2018, a ELECTRA , SA tinha **129 trabalhadores**, sendo 94 efetivos permanentes e 35 contratados a prazo, distribuídos conforme o gráfico a seguir:



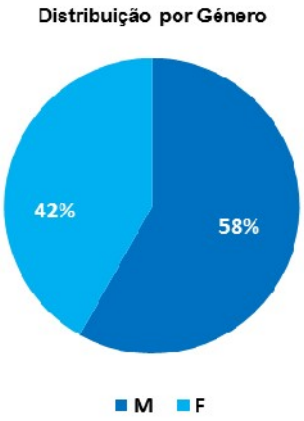
O número de trabalhadores aumentou em 12,2% (+14) em relação a 31/12/2017. Este aumento ocorreu tanto nos do quadro permanente (+4) como nos contratados a prazo (+10).



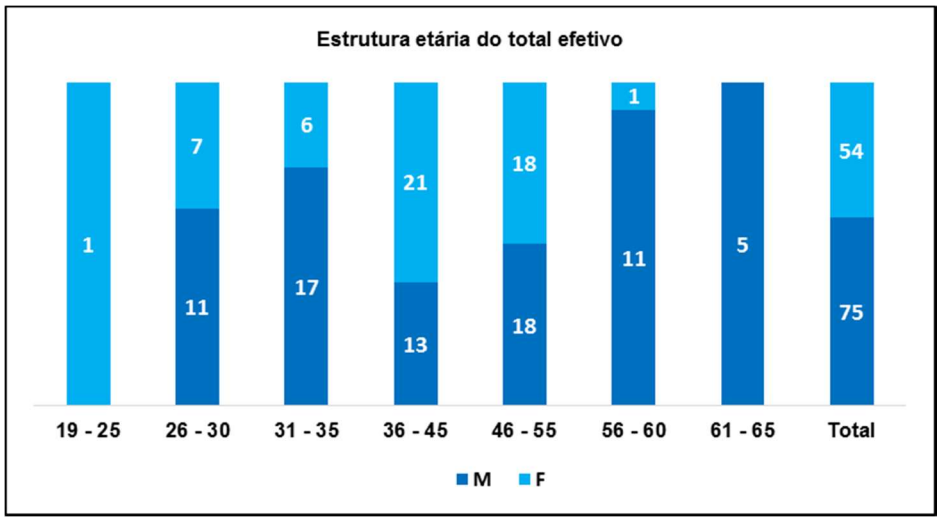
Os contratos a prazo representaram 27,1% do efetivo total. Houve um aumento em 40% (+10) relativamente ao período homólogo, proporcionado pela entrada de 12 colaboradores afetos ao Projeto SCADA.

Estrutura etária e por sexo do efetivo total, a 31/12/18

Em 31/12/18 a ELECTRA SA tinha 75 homens (58,1% do efetivo total) e 46 mulheres (41,9% do efetivo total).



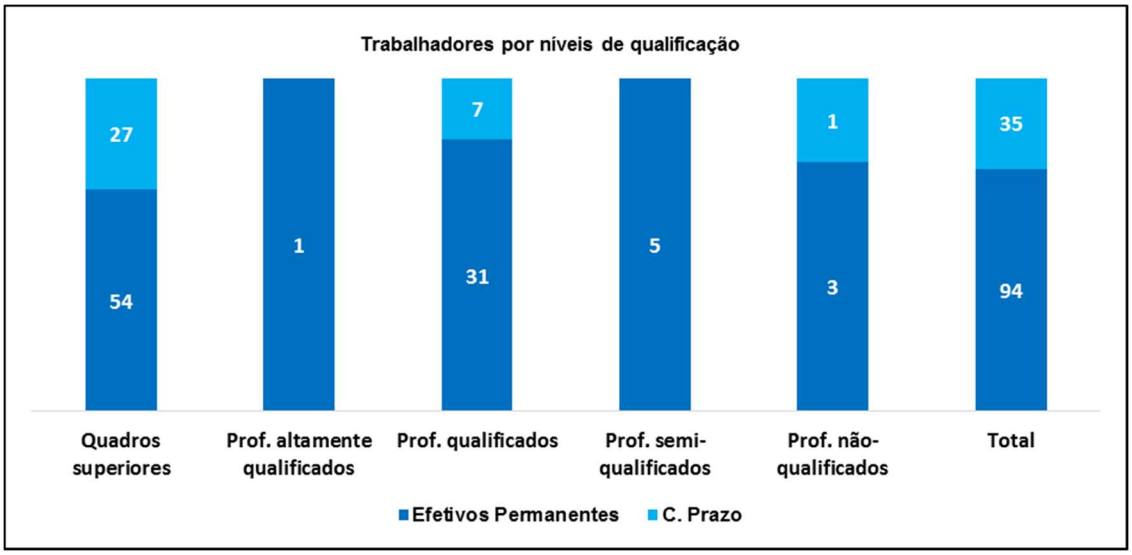
A Empresa tinha em 31/12/2018 uma população jovem, sendo a maioria (112 colaboradores) na faixa 36- 55 anos de idade.



- O nível etário médio foi de 43,59 (em 31/12/17 foi de 42,80).
- O leque etário foi de 2,8 registando-se um aumento em relação a 31/12/17.
- O nível de antiguidade médio do efetivo total foi de 14,3.

Distribuição dos trabalhadores por níveis de qualificação

Quadros Superiores é o nível de qualificação com maior número de trabalhadores, representando 62,8%, tendo sofrido um aumento de 18 trabalhadores em relação ao ano anterior. Quanto aos Profissionais Qualificados, representaram 29,5% dos trabalhadores da Empresa em 3/12/2018. O número diminuiu em 3 trabalhadores em relação ao ano anterior. O nº de trabalhadores Semiqualificados diminuiu em 1 trabalhador.



Entradas e saídas de Pessoal Efetivo

- Foram admitidos 3 trabalhadores para o quadro permanente;
- Foram admitidos 36 trabalhadores com contrato a prazo, sendo 14 para projetos, 19 para a USA (processo de inventário de final de ano), 2 para a USF;
- Houve 6 transferências internas de trabalhadores;
- Registou-se 5 saídas do quadro permanente, sendo 4 por motivo de reforma por idade e 1 a seu pedido;
- Registou-se o reingresso de um trabalhador que se encontrava dispensado para exercício de cargo público;
- Transitaram do ano anterior 20 contratados a prazo;
- Registaram-se 26 saídas de contratados a prazo, sendo 22 por caducidade de contrato, 2 por conversão a contrato sem termo e 1 ao seu pedido;

Absentismo

A taxa de absentismo foi de 4,10%, tendo aumentado em 0,55% em relação ao ano anterior.

Leque Salarial

O leque salarial ilíquido foi de 4,62 e o líquido 3,94.

Aspetos Sociais

A empresa continuou a garantir aos trabalhadores e familiares de S. Vicente, a assistência médica e de enfermagem e para os trabalhadores de Santiago e Sal, assistência médica.

Formação

Foram realizadas 29 ações de formações, sendo 3 internas e 26 externas.

Formação	2018			2017		
	Internas	Externas	Total	Internas	Externas	Total
NºFormação	3	26	**29**	1	9	**10**
Horas	280	4088	**4368**	40	2378	**2418**
Participantes	7	102	**109**	2	29	**31**

Estágios na ELECTRA

Em 2018 a Empresa tinha 5 estagiários (estágio não remunerado).

Relações de Trabalho

Em 31 de Dezembro a ELECTRA , SA tinha 30 trabalhadores sindicalizados. O número manteve-se em relação ao ano anterior.

A taxa de sindicalização foi de 22,48% e diminuiu 3,61% em relação ao ano anterior.

11. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

As contas de 2018 foram preparadas e estão apresentadas em conformidade ao Sistema de Normalização Contabilístico e de Relato Financeiro (SNCRF), aprovado pelo Decreto-lei nº 5/2008, que entrou em vigor desde 1 de janeiro de 2009. Por outro lado, foram observadas as alterações havidas no Orçamento do Estado para o referido exercício no que se refere a matéria fiscal e regulação do sector de água e eletricidade.

Desempenho económico

A contribuição da Sociedade para a formação do Produto Interno Bruto (PIB) do país, obtida a partir do Valor Acrescentado Bruto (VAB) foi, em 2018, de mESC 769.111, assinalando-se uma redução de 5,0% em relação ao período anterior, com um registo apresentado de mESC 813.603 e reexpresso de mESC 1.953.574.

Via aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a ELECTRA , SA incorpora os resultados das participadas ELECTRA Norte e ELECTRA Sul, conforme se descrimina no quadro seguinte (2015-2018):

RESULTADOS LÍQUIDOS	2.018	2.017	2.016	2.015
ELECTRA NORTE	229.337	314.087	168.699	345.558
ELECTRA SUL	-1.011.080	-1.139.971	-929.303	-824.130

O resultado líquido do período atingiu a cifra de **mESC 866.678** negativos, representando um ligeiro aumento de 2,2% em relação ao período anterior, com um registo apresentado de mESC 847.673 negativos. De realçar o impacto nas contas de 2018, do reconhecimento dos resultados negativos da ELECTRA Sul, pela aplicação do Método de Equivalência Patrimonial (MEP), por via de registo de perdas por imparidade dessa subsidiária, em mESC 1.011.080.

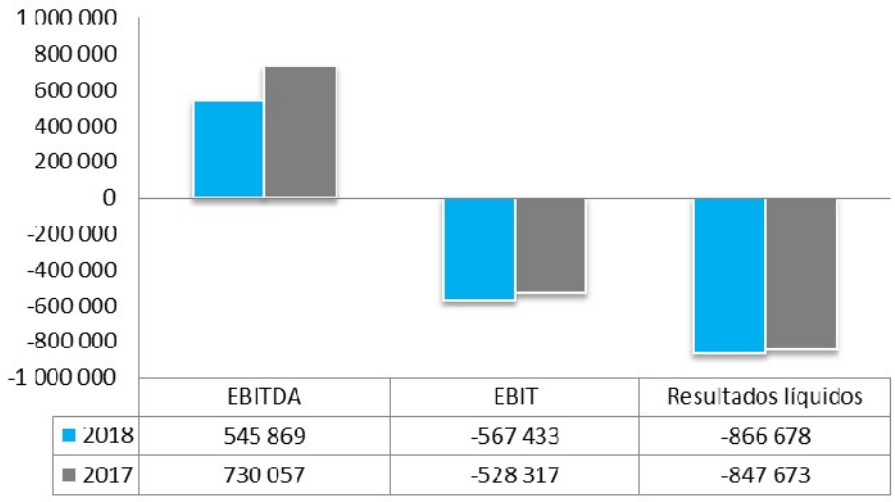
Adicionalmente, para análise dos resultados de 2018, há a referir o comportamento do rédito de vendas e de serviços prestados e os gastos incorridos nas transações entre as empresas do grupo. Por outro lado, o registo dos ganhos nas associadas ELECTRA Norte e Cabeólica resultou no aumento dos resultados líquidos da Sociedade, em mESC 229.337 e mESC 11.411 respetivamente.

O quadro a seguir apresenta-nos a estrutura do desempenho económico da ELECTRA , SA, nos últimos dois anos, com informação comparativa do ano anterior, tendo como referencial o SNCRF.

Demonstração de resultados funcional, em mESC

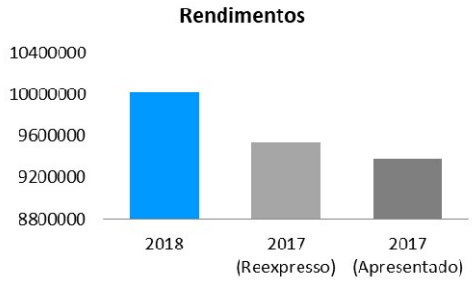
Rubricas	Ano			Variação	
	2018	2017 (Reexpresso)	2017 (Apresentado)	Valor	%
	(1)	(2)	(3)	(4) = (1) - (3)	
Volume de negócios	9.687.665	8.994.121	8.994.121	693.544	7,7%
Outros rendimentos e gastos operacion	-770.332	320.757	-819.214	-1.091.089	-340,2%
Total dos rendimentos operacionais	8.917.333	9.314.878	8.174.907	-397.545	-4,3%
Gastos com inventários vendidos e cons	-7.640.288	-7.004.627	-7.004.627	-635.661	-9,1%
Sub - total	-7.640.288	-7.004.627	-7.004.627	-635.661	-9,1%
Margem bruta	1.277.045	2.310.251	1.170.280	-1.033.206	-44,7%
"Custos" fixos desembolsáveis	-772.947	-559.892	-559.892	-176.055	-31,4%
"Custos" fixos não desembolsáveis	-1.080.255	-2.237.224	-1.097.253	1.156.969	51,7%
Sub - total	-1.853.202	-2.797.116	-1.657.145	980.914	35,1%
Outros rendimentos	73.716	64.614	64.614	-5.803	-9,0%
Outros gastos	-64.992	-106.066	-106.066	41.155	38,8%
Resultados operacionais	-567.433	-528.317	-528.317	-39.116	-7,4%
Rendimentos financeiros	17	4.087	4.087	-4.151	-101,6%
Gastos financeiros	-299.262	-323.443	-323.443	24.181	7,5%
Resultados financeiros	-299.326	-319.356	-319.356	20.030	6,3%
Resultados antes de impostos	-866.678	-847.673	-847.673	3.090	0,4%
Resultados líquidos	-866.678	-847.673	-847.673	-19.005	-2,2%
Resultados por acção	-547	-535	-535	-12	-2,2%

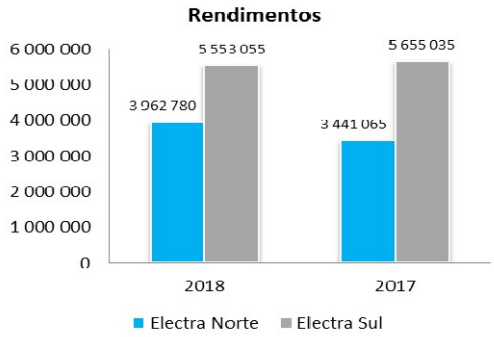
Em 2018, o EBITDA situou-se em mESC 545.869, registando-se uma redução de 22,2% face ao exercício de 2017, conforme espelha o gráfico de evolução dos resultados.



Rendimentos

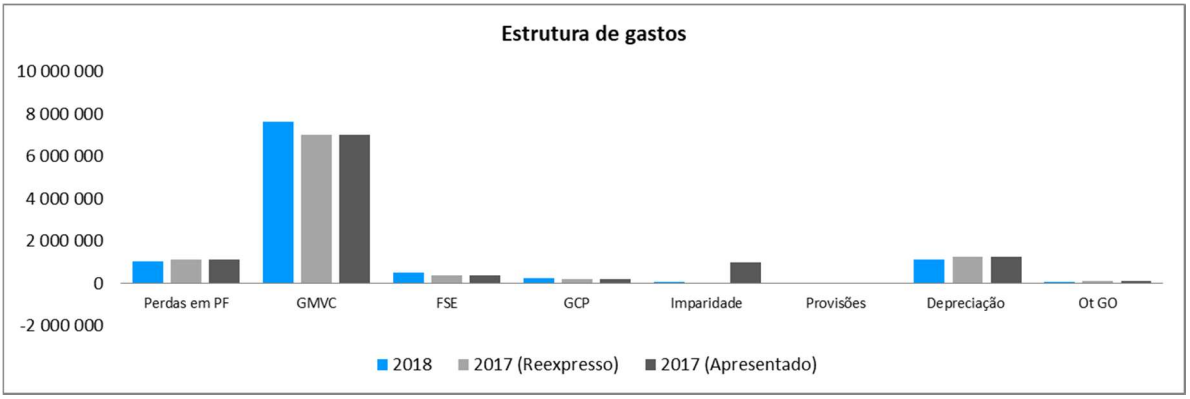
Os rendimentos operacionais acrescidos aos outros rendimentos e ganhos não financeiros atingiram o valor de **mESC 10.027.318,** resultando um incremento de 5,2% em relação ao ano comparativo, reexpresso, (mESC 9.535.841), justificado essencialmente, pelas transações entre as empresas do grupo por via dos contratos por atacado, uso de rede e serviços partilhados e a aplicação do MEP com a incorporação dos resultados positivos da ELECTRA Norte e da Cabeólica.





Gastos

Os gastos operacionais ajustados aos outros gastos e perdas não financeiros atingiram o montante de mESC 10.594.751, registando-se um aumento de 5,3% comparativamente ao período anterior, onde fixaram em mESC 10.064.158, reexpresso, justificado, essencialmente, pelo ajustamento na rúbrica imparidades de dívidas a receber da ELECTRA Sul e aumento dos outros gastos operacionais, conforme gráfico a seguir apresentado:



Na rubrica de gastos com mercadorias vendidas e consumidas (GMVC), importa realçar o efeito (i) do aumento dos serviços de produção de energia e água faturados pela ELECTRA Norte e ELECTRA Sul, que se fixaram em mESC 5.984.212, representado 78,3%, (ii) das compras de energia em mESC 1.193.988, correspondente a 15,6 % e (iii) dos gastos de materiais diversos em mESC 461.326, representando 6%.

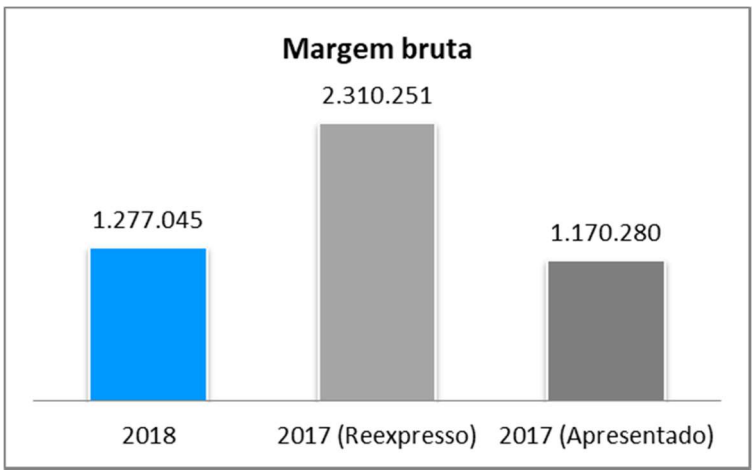
Os fornecimentos e serviços externos aumentaram em mESC 151.257, com particular destaque para as rubricas trabalhos especializados, com o reconhecimento dos gastos de manutenção dos grupos de Lazareto e Palmarejo contratualizado com a *Wartsilla* e com a *Winpower, com* a manutenção das centrais únicas de Santo Antão e Fogo e com trabalhos específicos de manutenção das redes de eletricidade.

As perdas por imparidade agravaram pelo impacto negativo dos prejuízos da ELECTRA Sul, compensadas com a reversão de imparidades de clientes do sistema comercial.

Os gastos com o pessoal sofreram um acréscimo de 12,2%, justificado, em parte, pelo ajustamento salarial (mudança de níveis) e pelo efeito combinado das evoluções nas carreias.

Os gastos financeiros de financiamento diminuíram 7,5%, tendo atingido mESC 299.262, sendo o maior peso nos juros de empréstimos obrigacionistas, empréstimos retrocedidos do Estado e juros de outros financiamentos obtidos. Em 2018, os gastos financeiros de financiamento fixaram em mESC 323.443.

A margem bruta estabeleceu-se em mESC 1.277.045, registando-se uma variação negativa de 44,7% em relação ao saldo reexpresso em 2017, devido à variação do preço das transações entre empresas do grupo, da compensação da variação dos preços de combustíveis, da penetração de energia eólica e ao efeito moderado das medidas e políticas de redução de perdas técnicas, não tendo sido registado qualquer apoio institucional do Governo.



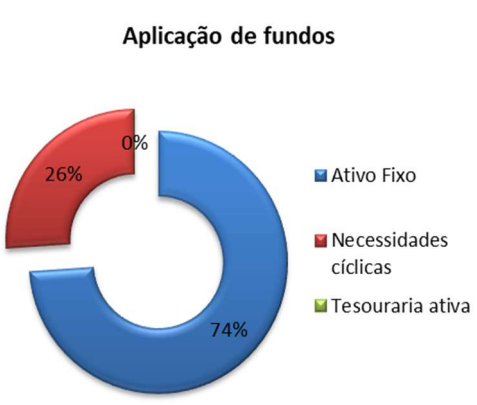
Posição financeira

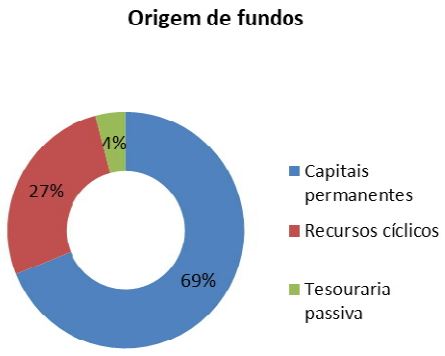
BALANÇO

Balanço funcional a final do exercício, em milhares de CVE

Rubricas	Ano		Variação	
	2.018	2.017	Valor	%
Activo Fixo	14.158.389	13.843.843	314.547	2,3%
Activo fixo tangível e intangível	12.954.952	12.881.154	73.798	0,6%
Investimentos financeiros	1.203.437	962.689	240.748	25,0%
Necessidades cíclicas	4.969.855	4.306.199	663.656	15,4%
Inventários	740.101	726.596	13.505	1,9%
Clientes	3.895.139	3.281.312	613.827	18,7%
Dívidas a receber exploração CP	319.142	282.758	36.384	12,9%
Acrésc e diferimentos exploração	15.473	15.533	-60	-0,4%
Tesouraria activa	25.491	26.037	-546	-2,1%
Disponibilidades	25.491	26.037	-546	-2,1%
Total das aplicações	19.153.735	18.176.079	977.656	5,4%
Capitais permanentes	13.287.562	13.697.700	-410.138	-3,0%
Capitais próprios	-4.291.145	-3.424.466	-866.679	-25,3%
Dívidas a pagar MLP	17.578.707	17.122.166	456.541	2,7%
Recursos cíclicos	5.086.281	4.098.695	987.586	24,1%
Fornecedores	890.456	786.918	103.538	13,2%
Dívidas a pagar exploração CP	4.089.795	3.184.102	905.693	28,4%
Acrésc e diferimentos exploração	106.030	127.676	-21.646	-17,0%
Tesouraria passiva	779.891	379.685	400.206	105,4%
Empréstimos obtidos CP	779.891	379.685	400.206	105,4%
Total das orígens	19.153.735	18.176.079	977.654	5,4%

No final do exercício económico de 2018, a ELECTRA , SA apresentava um ativo líquido de mESC 19.153.735, alvo de um aumento na ordem de 5,4% face ao ano anterior.





Adição de ativos

Em 2018, o ativo fixo tangível e intangível líquidos, que representa 67,4% do total ativo, atingiu mESC 1.187.102, justificado, essencialmente, pelo reconhecimento em Equipamento básico, de uma Unidades de Dessalinização para S. Vicente e Sal, (10.000 m3/dia Sal e S. Vicente), no projeto em curso de Reforço e Otimização do Sistema de Energia Elétrica na Ilha do Sal e construção da Oficina da Central Lazareto.

As adições em ativos intangíveis referem-se essencialmente (i) ao projeto de migração do sistema comercial ELAG para o novo sistema U@cloud, (ii) a aquisição de 2 transformadores de potência adquiridos para substituição de outros danificados e (iii) a construção e montagem de um Posto de Transformação na Ilha de Santiago, no montante.

Inventários

O saldo desta rubrica aumentou mESC 13.505, e compreende, essencialmente, acessórios para produção, distribuição e comercialização de energia e água.

Dívidas de clientes

O saldo líquido de Clientes, no montante de mESC 3.895.139, agravou em mESC 613.827 relativamente ao ano anterior. Este aumento evidenciou-se, essencialmente, na dívida dos clientes intra grupo (ELECTRA Sul) com o peso de 70%, dos clientes do sistema comercial em 17% e da AEB e outros clientes em 13%.

Os créditos/clientes líquidos de perdas por imparidade do sistema comercial situaram em mESC 677.257 e intra grupo em mESC 2.712.311.

Importa referir o impacto das perdas por imparidade acumuladas na redução do saldo da rubrica clientes, sendo (i) mESC 5.432.985 relativas a dívidas a receber da ELECTRA Sul e (ii) mESC 2.262.99 a dívidas a receber de clientes do sistema comercial.

Capitais próprios e passivo

Em 2018, os capitais próprios apresentaram um decréscimo de 25,3% face ao ano anterior, corresponde (i) ao resultado negativo do período (mESC 866.678), cujo efeito do reconhecimento de perdas por imparidade de dívidas a receber da ELECTRA Sul, em sede do Método de Equivalência Patrimonial (MEP), ascende a mESC 1.011.080 negativos e ao aumentos de ajustamentos em

Ajustamentos em ativos financeiros de mESC 318 155, resultante da aplicação de resultados do exercício de 2017.

O capital próprio em 31 de dezembro de 2018 apresenta o valor negativo de mESC 4.291.154. De modo a dar cumprimento ao estabelecido no artigo 137º do Código das Empresas Comerciais, é intenção do Conselho de Administração propor na próxima Assembleia Geral a resolução desta situação.

O ativo da empresa continuou a ser financiado totalmente pelo passivo, que totalizava no final do ano mESC 23.444.880, dos quais um passivo não corrente de mESC 17.653.952 e um passivo corrente de mESC 5.790.928, 75% do passivo não corrente é composto, sobretudo, pelos empréstimos obrigacionistas, Séries "C", "D" e "E", no valor global de mESC 4.205.985, e pelo empréstimo retrocedido do Estado, no valor de mESC 12.996.327. O aumento da dívida retrocedida do Estado deveu-se ao reconhecimento do Acordo de retrocessão por contrapartida do Reforço da capacidade de produção de água nas ilhas do Sal e S. Vicente, Reforço da capacidade de produção de eletricidade na ilha do Sal e construção da Oficina da central de Lazareto no âmbito do Projeto de Recuperação e Reforma do Sector de Eletricidade.

O passivo corrente compreende, essencialmente, (i) as parcelas dos empréstimos obrigacionistas, Série "D" (ii) empréstimos retrocedidos do Estado, (iii) saldos das rubricas fornecedores e outros credores entre as empresas do grupo, (iv) dívida ao Estado e (v) créditos bancários.

12. PERSPETIVAS

12.1. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Desde a data do fecho de contas até esta data não se verificou qualquer acontecimento que possa influenciar significativamente as Demonstrações Financeiras apresentadas ou que mereça menção nas Notas.

12.2. AÇÕES MAIS SIGNIFICATIVAS PREVISTAS PARA 2019

O princípio determinante para a definição dos objetivos estratégicos, assenta na necessidade de se assegurar, de forma sustentável, no curto e no médio/longo prazo: (i) a melhoria da qualidade global; (ii) a promoção e alinhamento das competências com a estratégia e (iii) a melhoria e consolidação da autonomia financeira da empresa.

I. Melhoria da qualidade global

Assim, continuar-se-ão a introduzir, a todos os níveis da atividade da empresa, melhorias nos procedimentos que se traduzam em reflexos positivos na eficiência e na qualidade do serviço percecionado pelos clientes, consubstanciado nas seguintes ações: (i) Desenho de um plano estratégico que contempla investimentos estruturantes a serem realizados, no período 2019, de aproximadamente 5,2 milhões de contos; (ii) Implementação do SCADA/EMS/DMS, ao nível da qualidade e otimização de serviços; (iii) Reforço de 10 MW de energia renovável (solar) na ilha de Santiago (PPP); (iv) Redução das perdas técnicas e não técnicas na distribuição de eletricidade na ordem de 3,1 pontos percentuais por ano, prevendo-se passar dos atuais 25,7% para 20,6% em 2020; (v) Redução das perdas técnicas e não técnicas na distribuição de água, nas ilhas de São Vicente e Sal, na ordem de 3,3 pontos percentuais por ano, prevendo-se passar dos atuais 32,6% para 22,5% em 2020. Relativamente ao negócio de venda de água em alta (Cidade da Praia), perspetivam-se níveis de perda em torno de 2%; (vi) Introdução do consumo de Fuel 380 nas Centrais elétricas do Sal e Fuel 180 nas Centrais de Santo Antão e Fogo; (vii) Consolidação da Unidade de Combate a Perdas não Técnicas, Furto e Fraude de Eletricidade e Água, e Recuperação de Dividas. Neste âmbito, visando uma maior eficácia das ações, prevê-se igualmente, a sensibilização e o amplo engajamento de todos os *stakeholders*; (viii) Eficiência dos sistemas de produção de eletricidade. Os indicadores da qualidade de serviço (SAIFI – System Average Interrruption Frequency Index e SAIDI – System Avarege Interrruption Duration Index) medidos em 2018 deverão ser melhorados no triénio 2019 – 2021.

(ii) Promoção e alinhamento das competências com a estratégia

A concretização dos objetivos estratégicos e operacionais depende grandemente do conhecimento e envolvimento dos Colaboradores. Para promover e alinhar as competências com a estratégia, é necessário contar com o firme engajamento de todos os Colaboradores enquanto elementos determinantes na criação de valor.

Assim sendo, a política de Gestão dos Recursos Humanos (RH) será orientada para a promoção do mérito e a contínua valorização do capital humano, adequando-o aos desafios que se colocam à empresa. Para tal, elencam-se, entre outras, as seguintes ações: (i) Recurso à consultoria externa, visando a avaliação/revisão dos vários instrumentos de gestão de RH; (ii) Definição de Planos de Formação nas áreas técnicas, comportamentais e de gestão; (iii)Promoção da polivalência e de mobilidade interna; (iv) Continuidade do Programa de Pré-Reforma e Desvinculação Contratual por Mútuo Acordo.

(iii) Melhoria e consolidação da autonomia financeira da empresa

As várias ações convergentes, no sentido de eficiência operacional, irão acelerar o ritmo de recuperação.

No horizonte de 2019-2021, prevê-se um crescimento médio anual das vendas de eletricidade a nível nacional, na ordem dos 7%.

Para a água, estima-se uma taxa de crescimento anual de 6,7% para as ilhas de São Vicente e Sal. Relativamente ao negócio de venda de água em alta (Cidade da Praia), perspetiva-se um crescimento médio anual de vendas em torno de 17,8%.

Os Resultados Líquidos da empresa ELECTRA , SA, com aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, isto é, já capturado o efeito dos Resultados líquidos das participadas, ELECTRA Norte e ELECTRA Sul, espelham uma evolução positiva no decurso 2019-2021.

Um outro grande objetivo é melhorar e consolidar a Autonomia Financeira, através do controlo dos custos e da melhoria da estrutura financeira. Considera-se essencial promover o acréscimo dos níveis de produtividade, otimizar os resultados e o cash-flow operacional (EBITDA), assim como a redução dos níveis de endividamento.

Em matéria da gestão da carteira de crédito de clientes, perspetiva-se: (i) Taxa de eficácia de cobranças de 102% em 2019 e incremento de 1 (um) ponto percentual nos anos seguintes; (ii) Negociação de acordos de pagamento de dívidas vencidas de Clientes com peso relevante na carteira de crédito, nomeadamente: AdS - Águas de Santiago, AEB – Água e Eletricidade da Boavista,

Instituições do Estado, as Autarquias, entre outros; (iii) Introdução de uma maior agressividade na planificação das ações de cortes de fornecimento de eletricidade e água; (iv) garantir uma adequada monitorização e arrecadação das receitas (reforço de controlo interno); (v) Substituição de mais de 30.000 contadores pós-pago, visando a resolução de anomalias de contagem/faturação; (vi) Massificação de instalação de contadores pré-pagos com a instalação de 15.000 a 20.000 contadores entre 2019-2021, com destaque na migração de contrato pós-pago das instituições do Estado para o sistema pré-pago. Prevê-se, igualmente, o reforço dos mecanismos de supervisão; (vii) Implementação do Projeto *Revenue Protection*, permitindo a monitorização permanente de cerca de 1,2% da carteira de Clientes representativo de aproximadamente 50% da faturação da empresa.

13. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Considerando que:

1. O resultado líquido do exercício de 2018 é de mESC 866.678 negativos;

2. Nesse resultado estão incluídos mESC 240.748 positivos relacionados com resultados imputáveis às participações financeiras detidas na ELECTRA Norte, Sociedade Unipessoal, SA (mESC 229.337) e na Cabeólica, SA (mESC 11.411), valorizadas segundo o Método de Equivalência Patrimonial;

3. A ELECTRA Norte, Sociedade Unipessoal, SA anunciou a não distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2018;

4. A Cabeólica, SA na sua Assembleia Geral realizada no dia 21 de março de 2018, deliberou distribuir 25% dos resultados líquidos de 2018, cabendo a ELECTRA mESC 2.853, pelo que os resultados não realizados financeiramente ascendem a mESC 8.558;

5. Em resultado do referido em 2., 3. e 4. acima, os resultados não realizados financeiramente ascendem, assim, a mESC 237.895.

Em consequência, o Conselho de Administração decidiu propor à Assembleia Geral que o resultado líquido de 2018 seja aplicado como se segue:

Resultados transitados ..... mESC 1.104.573 negativos

Ajustamentos em ativos financeiros (lucros não atribuídos) ..... mESC 237.895.

São Vicente, 10 de Maio de 2018

O Conselho de Administração

Dr. Alcindo H. C. Mota	Eng.º Manuel J. Silva	Eng.º Francisco Amaro P. Monteiro
Presidente	Administrador Executivo	Administrador Executivo

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício de 2018

ELECTRA - EMPRESA DE ELECTRICIDADE E ÁGUA, SA
Sede: Mindelo - Cabo Verde
NIF: 200486616

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Valores expressos em milhares de escudos)

RUBRICAS	Notas	Data de referência 31-12-2018 Valores	31-12-2017 Valores
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3		
Terrenos e recursos naturais		204 597	204 597
Edifícios e outras construções		2 273 207	2 156 423
Equipamento básico		8 745 468	8 629 982
Equipamento de transporte		18 027	21 879
Equipamento administrativo		10 348	9 360
Outros activos fixos tangíveis		212 126	283 122
Activos intangíveis	4	1 491 180	1 575 791
Participações Financeiras- metodo Equivalência Patrimonial	5	1 203 437	962 689
Total do activo não corrente		**14 158 389**	**13 843 842**
Activo corrente			
Inventários	6		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		740 101	726 596
Clientes	7	3 895 139	3 281 312
Adiantamentos a fornecedores	8	17 015	17 147
Outras contas a receber	9	302 127	265 611
Diferimentos	10	15 473	15 533
Caixa e depósitos bancários	11	25 491	26 037
Total do activo corrente		**4 995 346**	**4 332 236**
Total do activo		**19 153 735**	**18 176 079**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital social	12	1 585 262	1 585 262
Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio		263 220	263 220
Prémios de Emissão		981 478	981 478
Reservas Legais		52 220	52 220
Outras reservas		1 817 020	1 817 020
Excedente de Revalorização de Activos Fixos		54 803	54 803
Ajustamentos em activos financeiros		841 398	523 243
Resultados transitados		(9 019 868)	(7 854 038)
Resultado líquido do período		(866 678)	(847 673)
Total do capital próprio		**(4 291 145)**	**(3 424 466)**
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	13	75 245	84 585
Estado e outros entes públicos	16	61 552	-
Financiamentos obtidos	14	17 517 155	17 122 166
Total do passivo não corrente		**17 653 952**	**17 206 751**
Passivo corrente			
Fornecedores	15	890 456	786 918
Estado e outros entes públicos	16	1 348 948	1 123 280
Financiamentos obtidos	14	779 891	379 685
Outras contas a pagar	17	2 665 602	1 976 236
Diferimentos	18	106 030	127 676
Total do passivo corrente		**5 790 928**	**4 393 795**
Total do passivo		**23 444 880**	**21 600 546**
Total do capital próprio e do passivo		**19 153 735**	**18 176 079**

O Contabilista Certificado | O Diretor Financeiro | O Conselho de Administração

ELECTRA - EMPRESA DE ELECTRICIDADE E ÁGUA, SA
Sede: Mindelo - Cabo Verde
NIF: 200486616

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01 DE JANEIRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E
ENTRE 01 DE JANEIRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de escudos - mESC)

RUBRICAS		PERIODO		
		2018	2017 (reexpresso)	2017 (apresentado)
	Notas	Valores	Valores	Valores
Vendas e Prestações de serviços	19	9 687 665	8 994 121	8 994 121
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	5 e 7	(770 332)	(819 214)	320 757
Gasto com mercadorias vendidas e matérias consumidas	19	(7 640 288)	(7 004 627)	(7 004 627)
Resultado operacional bruto		1 277 045	1 170 280	2 310 251
Fornecimentos e serviços externos	20	(507 934)	(356 677)	(356 677)
Valor acrescentado bruto		769 111	813 603	1 953 574
Gastos com o pessoal	21	(228 013)	(203 216)	(203 216)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	6	(37 000)		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	7	25 189	156 349	(983 622)
Provisões (aumentos/reduções)	13	7 858	4 773	4 773
Outros rendimentos e ganhos	22	73 716	64 614	64 614
Outros gastos e perdas	23	(64 992)	(106 066)	(106 066)
Resultado antes de depreciações, amortizações, gastos de financiamento e impostos		**545 869**	**730 057**	**730 057**
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	24	(1 113 302)	(1 258 375)	(1 258 375)
Resultado operacional		**(567 433)**	**(528 317)**	**(528 317)**
Juros e ganhos similares Obtidos	25	17	4 087	4 087
Juros e perdas similares suportados	26	(299 262)	(323 443)	(323 443)
Resultado antes de impostos		**(866 678)**	**(847 673)**	**(847 673)**
Imposto sobre o rendimento do período	27	-	-	-
Resultado líquido do período		**(866 678)**	**(847 673)**	**(847 673)**

Resultado líquido do período atribuível a:				
Detentores do capital da empresa-mãe		(866 678)	(847 673)	(847 673)
Resultado por acção básico	28	**(547)**	**(535)**	**(535)**

O Contabilista Certificado

O Diretor Financeiro

O Conselho de Administração

ELECTRA - EMPRESA DE ELECTRICIDADE E ÁGUA, SA
Sede: Mindelo - Cabo Verde
NIF: 200486616

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01 DE JANEIRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E ENTRE 01 DE JANEIRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de escudos - mESC)

RUBRICAS		PERIODO	
		2018	2017
	Notas	Valores	Valores
Método Directo			
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		9 541 096	8 763 828
Pagamentos a fornecedores		(9 014 677)	(8 415 883)
Pagamentos ao pessoal		(193 714)	(176 355)
Caixa gerada pelas operações		332 705	171 590
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos	11	285 029	376 170
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		**617 734**	**547 761**
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Outros activos		(1 197 392)	(3 255 066)
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		**(1 197 392)**	**(3 255 066)**
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		876 040	4 784 573
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(80 811)	(1 817 505)
Juros e gastos similares		(216 083)	(260 438)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		**579 146**	**2 706 629**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		**(512)**	**(675)**
Efeito das direrenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		**26 003**	**26 678**
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11	**25 491**	**26 003**

Nota: *Visando uma melhor apresentação da Demonstração de Fluxos de Caixa, foram considerados como fluxos de caixa os encontros de contas efetuados com as participadas (ver Notas 7 e 17), bem como as operações que, apesar de não passarem por contas bancárias da Empresa (ver Nota 7,11 e 14), mas que, em substância, são geradores de fluxos de caixa.*

O Contabilista Certificado | O Diretor Financeiro | O Conselho de Administração

ELECTRA - EMPRESA DE ELECTRICIDADE E ÁGUA, SA
Sede: Mindelo - Cabo Verde
NIF: 200486616

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018
E 1 DE JANEIRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de escudos - mESC)

DESCRIÇÃO		Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital									Total
			Capital realizado	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras reservas	Excedentes de revalorização	Ajustamentos em activos financeiros	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PÉRIODO 2017	1		1 585 262	263 220	981 478	52 219	1 817 020	54 803	-	(7 159 138)	(171 657)	(2 576 793)
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO												
Resultado líquido do período			-	-	-	-	-	-	-	-	(847 673)	(847 673)
RESULTADO EXTENSIVO	2		-	-	-	-	-	-	-	-	(847 673)	(847 673)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												-
	3		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS OPERAÇÕES												
Aplicação de resultados do exercício anterior			-	-	-		-	-	523 243	(694 900)	171 657	-
	4		-	-	-	-	-	-	523 243	(694 900)	171 657	-
POSIÇÕES NO FIM DO PERÍODO 2017	1+2+3+4	12	1 585 262	263 220	981 478	52 220	1 817 020	54 803	523 243	(7 854 038)	(847 673)	(3 424 466)
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PÉRIODO 2018	1	12	1 585 262	263 220	981 478	52 220	1 817 020	54 803	523 243	(7 854 038)	(847 673)	(3 424 466)
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO												
Resultado líquido do período			-	-	-	-	-	-	-	-	(866 678)	(866 678)
RESULTADO EXTENSIVO	2		-	-	-	-	-	-	-	-	(866 678)	(866 678)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												-
	3		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS OPERAÇÕES												
Aplicação de resultados do exercício anterior		12	-	-	-		-	-	318 156	(1 165 829)	847 673	-
	4		-	-	-	-	-	-	318 156	(1 165 829)	847 673	-
POSIÇÕES NO FIM DO PERÍODO 2018	1+2+3+4	12	1 585 262	263 220	981 478	52 220	1 817 020	54 803	841 398	(9 019 868)	(866 678)	(4 291 145)

O Contabilista Certificado

O Diretor Financeiro

O Conselho de Administração

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Valores expressos em milhares de Escudos - mESC)

INFORMAÇÃO GERAL

A ELECTRA - Empresa de Eletricidade e Água, SA (adiante designada por ELECTRA ou Sociedade) foi criada pelo Decreto-Lei nº 37/82, de 17 de abril, como uma Empresa Pública, tendo sido, pelo Decreto-Lei nº 68/98, de 31 de dezembro, transformada em sociedade anónima de responsabilidade limitada. O capital social da Sociedade ascende a mESC 1 585 262, tendo o Estado uma participação de 77,731%, o INPS 16,592% e o conjunto de municípios 5,677%.

O objeto social da ELECTRA , definido pelos seus Estatutos, consiste na produção, transporte e distribuição e venda de água e eletricidade, bem como na recolha e o tratamento para reutilização de águas residuais, em todo o território nacional, podendo ainda dedicar-se a outras atividades relacionadas com o seu objeto social.

Até 30 de junho de 2013 a Sociedade exerceu a atividade de produção, transporte e distribuição e venda de eletricidade e água, assim como a recolha e tratamento de águas residuais para reutilização, ao abrigo, respetivamente, dos Decretos-Lei nº 54/99, de 30 de agosto, e nº 75/99, de 30 de dezembro, os quais referem que após a privatização da Sociedade esta obterá licença automática para continuar a prestar os serviços regulados nos diplomas referidos. No dia 24 de maio de 2002, o Estado de Cabo Verde e a ELECTRA assinaram o Contrato Geral de Concessão de Transporte e Distribuição de Energia Elétrica e Água e de Recolha e Tratamento de Águas Residuais para Reutilização ("Contrato Geral"), nos termos do qual o prazo de concessão foi fixado em 36 anos, podendo o mesmo ser renovado ou prorrogado por períodos mínimos de 18 anos, a contar a partir de janeiro de 2000. O prazo a partir do qual o Estado de Cabo Verde pode, se justificado por motivos de interesse público, resgatar a concessão foi fixado em, pelo menos, 18 anos, tendo a ELECTRA direito a uma indemnização igual ao valor de mercado da concessão na data do resgate, sem prejuízo de eventual indemnização por perdas e danos causados. A licença relativa à atividade de produção através dos centros produtores atualmente existentes foi concedida à Sociedade, no âmbito das Leis da Eletricidade e Água.

Após o terceiro ano de gestão privada, o Estado de Cabo Verde pode autorizar o estabelecimento em território nacional de outros operadores no domínio da produção de eletricidade.

Com a assinatura dos acordos de transferência dos sistemas de produção e distribuição de eletricidade e água dos Municípios, a ELECTRA passou a assumir as atividades anteriormente exercidas por catorze Municípios, tendo integrado na sua estrutura o pessoal, o ativo imobilizado e, em alguns casos, as existências e os direitos e obrigações que pertenciam àqueles Municípios e afetas às atividades integradas. Contrariamente ao inicialmente previsto, a integração do serviço de recolha e tratamento de águas residuais de S. Vicente ainda não ocorreu.

A Sociedade conta atualmente com Delegações em todas as ilhas habitadas do país, com exceção da Boa vista, e tem a sua Sede na Rua Baltazar Lopes da Silva, nº 10 -1º, na cidade do Mindelo (S. Vicente).

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2010, de 16 de abril, alterada pela Resolução n.º 26/2011, de 8 de agosto, marcou o arranque efetivo do processo de reestruturação da ELECTRA , com a criação de duas filiais, respetivamente, a ELECTRA Sul – Sociedade Unipessoal, S.A., com sede na Praia, e ELECTRA Norte, Sociedade Unipessoal, S.A., com sede em São Vicente, com jurisdição sobre as ilhas de Sotavento e de Barlavento, exceto a Boavista, que já beneficia de solução própria. A operacionalização destas filiais ocorreu em 1 de julho de 2013.

Nos termos das Resoluções antes referidas, a ELECTRA , SA transmitiu para a ELECTRA Sul e para a ELECTRA Norte o estabelecimento de exploração de transporte e distribuição de energia elétrica e água e de recolha e tratamento de águas residuais para reutilização, através de Contratos de Subconcessão. Complementarmente, as partes celebraram Contratos de Cedência do Estabelecimento de Exploração de Produção, nos termos dos quais é transferida para as duas filiais o estabelecimento de exploração de produção de energia elétrica e água dessalinizada e de recolha e tratamento de águas residuais para reutilização.

Relativamente à ilha da Boavista, em setembro de 2010 a ELECTRA celebrou com a sociedade AEB - Águas e Energia da Boavista, S.A. um contrato de subconcessão dos serviços relativos ao transporte e distribuição de energia elétrica e água nessa ilha, autorizada pelo Decreto-lei n.º 26/2008, de 1 de setembro, transferindo para a AEB os direitos e obrigações de que é titular.

Contudo, até à data de emissão destas contas, o contrato de subconcessão não tinha entrado em vigor, não obstante um enorme esforço de gestão e financeiro despendido pela ELECTRA , pelo facto da Concessionária não consentir com um Caso Base apresentado pela Subconcessionária, por falta de clareza e de uma discussão alargada, e também da exigência na cláusula 52ª do contrato, da aprovação pela Entidade Reguladora do Sector de um tarifário específico de venda de energia elétrica e água que

seja consentâneo com o referido Caso Base que, a existir, representará uma derrogação do princípio de solidariedade nacional, na fixação de tarifas de eletricidade.

Entretanto, a ELECTRA cessou toda a sua atividade na Ilha, devendo constituir-se simplesmente como acionista da AEB, cuja participação no capital social equivalente a 10% se previa que fosse realizada em 2012, em espécie, com base no património ativo, afeto à produção e à comercialização, o que ainda não aconteceu. Esses ativos foram alvo de um processo de atualização e de re-mensuração, com inclusão de itens antes omissos na escrita, revalorização e reconhecimento de perdas por imparidade. Procedeu-se à desvinculação coletiva dos trabalhadores e prevê-se a cessão de bens postos em concessão pela Concessionária, cujos custos, por força de um Protocolo de Intenções assinado entre o Estado, a ELECTRA , a SDTIBM, a BUCAN e a Cassa, a 25 de janeiro de 2008, deverão merecer uma indemnização do Estado.

Nos termos da Resolução nº 96/2016 de 16 de setembro de 2016 e do Decreto-Lei nº 59/2016 do 14 de novembro, foram criadas as condições para se proceder à transferência da titularidade dos serviços de distribuição de água e saneamento para o Município da Praia e respetiva delegação dos referidos serviços à Águas de Santiago (AdS), ficando salvaguardado o direito da Sociedade, a uma compensação por eventuais prejuízos resultantes da cessação antecipada pelo Estado de parte da concessão dos serviços de água e saneamento. Complementarmente, a ELECTRA Sul e a AdS celebraram o Contrato de compra e venda de água dessalinizada, nos termos do qual a primeira obriga-se a fornecer a segunda, em condições normais de adução, água dessalinizada destinada ao abastecimento do Concelho da Praia, sendo a tarifa fixada pela então Agência de Regulação Económica (ARE), atualmente ARME – Agência Reguladora Multissetorial da Economia (ver Notas 4 e 9).

NOTA 0 – REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF), aprovado pelo Decreto-Lei nº5/2008, de 4 de fevereiro, o qual entrou em vigor em 1 de janeiro de 2009. A fim de facilitar a sua leitura, os valores apresentados no presente Anexo encontram-se expressos em milhares de Escudos (mESC). Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para distribuição em 10 de maio de 2019.

NOTA 1 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOTADAS

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritos a seguir:

1.1 Ativos fixos tangíveis e depreciações e ativos intangíveis e amortizações

(i) Ativos de propriedade da Sociedade

Os ativos fixos tangíveis encontram-se expressos ao custo de aquisição, o qual inclui o preço de fatura do fornecedor acrescido de gastos de compra e instalação, líquido das respetivas depreciações acumuladas e de perdas de imparidade (ver Notas 1.2 e 3), sendo acrescidos os respetivos encargos financeiros durante o período de construção/instalação.

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados sempre que excedam o nível de desempenho originalmente avaliado do ativo existente, quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para a Sociedade e o custo do ativo possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos. Os custos com o desmantelamento dos bens no final da sua vida útil, a haver, não assumem valores significativos. No âmbito dos Contratos de Cedência do Estabelecimento de Exploração de Produção celebrados entre as partes, a Sociedade disponibilizou às suas subsidiárias os ativos (equipamentos e instalações) afetos à produção de eletricidade e água e de recolha e tratamento de águas residuais para reutilização, mas mantém a titularidade dos mesmos.

Depreciações

As depreciações são calculadas, sobre os valores de aquisição ou reavaliação pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas anuais aplicadas refletem satisfatoriamente a vida útil económica dos bens.

As principais taxas utilizadas são as seguintes:

Edifícios e outras construções	2,5% - 12,5%
Equipamento básico	5% - 25%
Equipamento de transporte	12,5%
Equipamento administrativo	8,33% - 25%
Outros ativos fixos tangíveis	8,33% - 25%

Os ativos tangíveis subsidiados por terceiros são depreciados na mesma base e às mesmas taxas dos restantes bens da Sociedade, sendo o respetivo custo compensado em Proveitos operacionais – Outros rendimentos e ganhos (ver Nota 22), pela redução dos subsídios registados em Diferimentos (Passivo) (ver Nota 18).

(ii) Ativos afetos à concessão e amortizações

Nos termos da Resolução do Conselho de Ministros nº 76/98, de 31 de dezembro, e do contrato assinado pelas partes em maio de 2002, a concessão à Sociedade da distribuição de energia elétrica e água envolve a afetação a essa atividade dos respetivos bens, propriedade do Estado de Cabo Verde.

Sendo as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standard* (IAS)/ *International Financial Reporting Standard* (IFRS)) subsidiárias do SNCRF, e não havendo no SNCRF normativo relativo ao tratamento das concessões, é aplicado aos ativos da concessão o definido no *Internacional Financional Report Interpretation Commitee* 12 (IFRIC 12).

Com base neste IFRIC, os investimentos afetos à concessão, postos em concessão pelo concedente, não são objeto de registo, e os investimentos afetos à concessão, postos em concessão pela ELECTRA , os quais no final da concessão revertem para o Estado de Cabo Verde, são registados como Ativos Intangíveis (ver Nota 4) pelo valor do investimento efetuado, ao qual não é acrescida qualquer margem, sendo adicionados os respetivos encargos financeiros relativos ao período de construção/instalação.

Os investimentos de expansão (aqueles que provocam um aumento do negócio) são tratados da mesma forma que os investimentos postos em concessão pela ELECTRA . Não são estimados investimentos de substituição da responsabilidade da ELECTRA até ao final da concessão, cujos valores envolvidos não se estimam que sejam significativos.

Através de Contratos de Subconcessão de estabelecimento de exploração de transporte e distribuição de energia elétrica e água e de recolha e tratamento de águas residuais para reutilização celebrados entre as partes, o transporte e distribuição de energia elétrica e recolha e tratamento de águas residuais, antes efetuados pela ELECTRA , SA, passou, em 1 de julho de 2013, a ser efetuado pelas subsidiárias, ELECTRA Norte e ELECTRA Sul. Nesta base, passou a ser responsabilidade das subsidiárias a manutenção operacional dos sistemas associados às redes de transporte e distribuição, bem como a realização de todos os trabalhos necessários para que os referidos sistemas satisfaçam cabal e continuadamente o fim a que se destinam.

Amortizações

As amortizações dos bens postos em concessão pela ELECTRA são calculadas sobre os valores de aquisição pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal durante o período da concessão.

A manutenção, reparação e substituição dos bens afetos à concessão são da responsabilidade da Sociedade durante o período do contrato de concessão.

1.2 Imparidade de ativos

Os ativos que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais. Os ativos sujeitos a amortização são revistos, quanto à imparidade, sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo, menos os gastos para venda e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de caixa).

1.3 Inventários e ajustamentos

Os inventários são constituídos essencialmente por peças de reserva para os equipamentos e materiais diversos. O custo de aquisição das matérias-primas, subsidiárias e de consumo inclui o preço da fatura do fornecedor acrescido dos gastos adicionais de compra, exceto quanto a uma parte dos inventários que foi, em exercícios anteriores, mensurada com base em avaliações técnicas efetuadas internamente e no custo de reposição. A água potável em depósitos no final do exercício não é objeto de contabilização, não sendo, contudo, o seu valor significativo. O método de custeio das saídas de inventários é o Custo Médio Ponderado. Na ausência de elementos que permitam o cálculo do montante real das perdas de valor em Inventários, por referência a critérios de avaliação técnico-comercial, o ajustamento de inventário calculado pela Sociedade assume um carácter genérico (ver Nota 6). No âmbito da reestruturação, a Sociedade continua a ser proprietária dos inventários e a assumir a sua gestão e, mediante requisições, os fornece às subsidiárias, ao preço de custo.

1.4 Investimentos financeiros

Referem-se às participações correspondentes a 3,75% detida na Cabeólica, S.A. e a 100% detidas na ELECTRA Sul, S.A., e na ELECTRA Norte, S.A. A Sociedade exerce influência significativa na primeira, por integrar o Conselho de Administração, e exerce controlo sobre as outras duas, encontrando-se, por isso, as participações valorizadas de acordo com o Método de Equivalência Patrimonial. Segundo este método, o investimento é inicialmente registado pelo seu custo e, posteriormente, ajustado em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte do investidor no capital próprio da participada. Os preceitos contabilísticos vigentes em Cabo Verde não contemplam a preparação e apresentação de contas consolidadas.

1.5 Contas a receber de clientes e outros devedores e imparidade

Os saldos de clientes e devedores são reconhecidos inicialmente pelo seu valor atual ou valor descontado, calculado por referência à taxa de juro média dos financiamentos da Sociedade, deduzido de qualquer perda de imparidade (ver Notas 7 e 9). Os riscos efetivos de cobrança associados às contas a receber de clientes e outros devedores, apurados por referência a critérios de gestão e de avaliação comercial, são objeto de ajustamento por imparidade. A Sociedade utiliza o critério de reconhecer em imparidade 100% dos saldos de clientes vencidos há mais de 12 meses (excluindo Estado e Entidades Publicas).

1.6 Caixa e depósitos bancários

A rubrica de "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço - Passivo Corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos, sendo considerados como caixa e equivalentes na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

1.7 Capital Próprio

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas. A parcela não realizada do capital não é objeto de registo. Quando houver, os custos inerentes à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução das entradas de capital. As prestações acessórias de capital são reconhecidas no Capital Próprio quando não existe prazo de reembolso definido, não estejam sujeitas a juros e cumpram as demais condições de reconhecimento na rubrica de capital próprio.

1.8 Empréstimos Obtidos

Os empréstimos obtidos são reconhecidos inicialmente ao seu valor nominal ou justo valor, quando diferente, deduzido dos respetivos custos de transação, quando incorridos. Os empréstimos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, se aplicável; qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de gastos de transação) e o valor amortizado é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva. Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Sociedade possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

1.9 Imposto único sobre o rendimento e impostos diferidos

Com a publicação da Lei nº 82/VIII/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o Código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos da referida lei, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 25,5%. Os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de 7 anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, embora sujeitos a um máximo de dedução de 50% do resultado do respetivo exercício.

Os resultados fiscais podem ser revistos pela Administração Fiscal por um período de cinco anos, pelo que os resultados fiscais de 2014 a 2018 podem vir a ser corrigidos. O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base tributável. A base tributável dos ativos e passivos é determinada de forma a refletir as consequências de tributação decorrentes da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos. Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados. Havendo, os impostos diferidos são classificados como Não corrente.

1.10 Provisões para riscos e encargos

São constituídas provisões no balanço sempre que a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado e sempre que é provável que uma diminuição, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos venha a ser exigido para liquidar a obrigação.

1.11 Reconhecimento do rédito

(i) Vendas e prestações de serviços

Os proveitos associados à prestação de serviços são reconhecidos em resultados com referência à fase de acabamento da transação à data de balanço. Os proveitos decorrentes das vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador.

(ii) Subsídios

Os subsídios do Governo só são reconhecidos quando existe segurança que a Sociedade cumprirá as condições a eles associadas e que serão recebidos. Os subsídios à exploração, recebidos com o objetivo de compensar a Sociedade por gastos incorridos, são reconhecidos na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que os mesmos visam compensar. Os subsídios ao investimento, recebidos com o objetivo de compensar a Sociedade por investimentos efetuados em ativos tangíveis afetos à produção, são registados na rubrica de Diferimentos (passivo) (ver Nota 18) e reconhecidos em resultados durante a vida útil estimada do respetivo ativo subsidiado (ver Nota 22).

1.12 Gestão de riscos financeiros

A exposição da Sociedade a riscos financeiros não é significativa e inclui principalmente variações de taxas de juro, risco de crédito e risco de liquidez.

(i) Risco cambial

O risco cambial é muito reduzido, dado que (a) existe uma paridade fixa do Escudo face ao Euro, moeda em que são, essencialmente, efetuadas as compras ao estrangeiro, sendo as compras em outras moedas de pouca relevância, e (b) as vendas são realizadas em Cabo Verde.

(ii) Risco da taxa de juro

Os empréstimos vencem juros a taxas variáveis, encontrando-se por isso a Sociedade sujeita ao risco da variação da taxa de juro. Não existem "*swaps*" de taxas de juro.

(iii) Risco de crédito

Desde julho de 2013, a Sociedade passou a contar com dois clientes principais, as suas subsidiárias ELECTRA Sul e a ELECTRA Norte, pelo que existe uma forte concentração de risco de crédito. Pela atividade exercida até 30 de junho de 2013, dispõe ainda de valores a receber de consumidores de energia elétrica e água, em relação aos quais se reconhece riscos de crédito.

(iv) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades de fundos através de facilidades de crédito negociadas. Devido à natureza dinâmica dos seus negócios, a Sociedade tem como objetivo uma gestão flexível de fundos através da manutenção das linhas de crédito disponibilizadas pelos bancos.

A informação relativa à liquidez em cada um dos anos apresenta-se da seguinte forma:

	mESC	
	2018	**2017**
Ativo Corrente	4 222 757	3 572 960
Passivo Corrente	(5 684 898)	(4 266 119)
Fluxos de Caixa das Actividades operacionais	n/d	617 734
	(1 462 141)	(75 425)

O ativo corrente encontra-se deduzido dos Inventários, por admitir-se que parte significativa não será realizável a curto prazo (ver Nota 6), dos Adiantamentos a fornecedores (ver Nota 8) e dos Diferimentos (ver Nota 10). O Passivo corrente encontra-se deduzido dos Diferimentos (ver Nota 18). Não se encontra disponível (n/d) informação sobre os fluxos de caixa das atividades operacionais para o próximo exercício, sendo, contudo, expectável que venham a atingir valores pouco significativos. Porque estão previstos investimentos em Ativos fixos tangíveis no próximo exercício, envolvendo valores significativos, e os juros dos financiamentos ascenderão a cerca de mESC 340 000, a Sociedade poderá recorrer a financiamentos para o reforço da sua tesouraria e conclusão do seu plano

de investimentos. As necessidades de liquidez em 2018 foram supridas com recurso a financiamentos bancários. A Sociedade não utiliza derivativos na gestão dos seus riscos operacionais e financeiros, quer para cobertura, quer para negociação (especulação).

1.13 Créditos e débitos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos e contabilizados em Escudos ao câmbio oficial do Banco de Cabo Verde em vigor na data da transação. As diferenças de câmbio realizadas no exercício, bem como as potenciais apuradas nos saldos existentes na data do Balanço, por referência às taxas de câmbio vigentes nessa data são reconhecidas nos resultados. As transações em moeda estrangeira foram efetuadas, essencialmente, em Euros, cuja paridade para Escudos é fixa (1 Euro equivale a 110$265).

1.14 Especialização de exercícios

Os ganhos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, ou seja, são reconhecidos na medida em que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e ganhos gerados são registadas no balanço nas rubricas de Outras contas a pagar e Outras contas a receber.

1.15 Responsabilidades assumidas para com o pessoal

De acordo com a legislação Cabo-verdiana vigente, os trabalhadores têm anualmente direito a um mês de férias remuneradas, encargo este, que representa um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento. Adicionalmente, a Sociedade garante aos trabalhadores o pagamento de subsídio de férias o que, à semelhança das férias, representa um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento. Esta responsabilidade encontra-se apresentada em balanço na rubrica de Outras contas a pagar (ver Nota 17).

Os trabalhadores da Sociedade encontram-se integralmente abrangidos pelo sistema oficial de previdência social, gerido pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), não assumindo a Sociedade qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma, exceto no caso referido em 1.16 abaixo.

No âmbito dos contratos de Subconcessão e de Estabelecimento de exploração de produção celebrados entre as partes, os trabalhadores afetos aos quadros de produção e de transporte e distribuição foram transferidos para as subsidiárias, com todos os direitos e obrigações que detinham na Sociedade.

1.16 Pensões de reforma

A Sociedade assumiu a responsabilidade para com 1 trabalhador que se encontra atualmente na reforma, sendo-lhe pago a diferença entre a pensão paga pelo INPS e o salário líquido recebido à data de reforma. Devido à imaterialidade dos valores envolvidos, tendo em conta a idade do reformado e valores que aufere (em 2018 e 2017 foram pagos mESC 96, registados na rubrica de Gastos com o pessoal), não foi efetuado o respetivo cálculo atuarial.

1.17 Fornecedores e Outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são registados pelo seu valor nominal ou presente, caso aplicável.

1.18 Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e outros fatores, designadamente em eventos futuros em que se acredita ser expectável virem a ocorrer de acordo com as circunstâncias atuais. As diferenças de estimativa são registadas em rendimentos/gastos do exercício nas rubricas respetivas da natureza do rendimento ou gasto.

NOTA 2 - FLUXOS DE CAIXA

São considerados Caixa e Equivalentes os saldos de Caixa e Depósitos bancários que estejam disponíveis para uso num prazo curto que não exceda os três meses. Adicionalmente, consideram-se também equivalentes de caixa as aplicações financeiras que estejam disponíveis para uso num prazo não superior a três meses e em relação às quais a variação de justo valor não é significativa, assim como os descobertos bancários, que são apresentados no Balanço em Financiamentos Obtidos.

Na Nota 11 é apresentada a conciliação do saldo de Caixa e depósitos bancários no Balanço e o saldo de Caixa e Equivalentes da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

NOTA 3 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nestas rubricas decompõem-se como segue (em mESC):

	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFICIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	MATERIAL DE CARGA E TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	TOTAL GERAL
POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2017							
Valor de aquisição ou reavaliado	204 583	3 444 299	17 120 366	226 203	218 657	234 177	21 448 285
Depreciação acumulada	-	(1 838 847)	(9 822 375)	(187 347)	(216 632)	(55 666)	(12 120 867)
Valor escriturado	**204 583**	**1 605 452**	**7 297 991**	**38 856**	**2 024**	**178 511**	**9 327 417**
VARIAÇÕES EM 2017							
Valor liquido inicial	204 583	1 605 452	7 297 991	38 856	2 024	178 511	9 327 417
Aquisições	14	702 511	2 315 606	-	1 703	85 446	3 105 280
Abates e alienações-valor de aquisição ou reavaliado	-	-	(1 920)	(14 415)	(442)	-	(16 777)
Abates e alienações-depreciação acumulada	-	-	1 776	14 136	442	-	16 354
Reclassificações intra-rúbrica e de intangível (ver nota 4)	-	(44 643)	72 930	(1 819)	-	42 590	69 058
Regularizações	-	(12 019)	(81)	-	-	(14 644)	(26 744)
Depreciação do exercicio (Nota 24)	-	(93 558)	(1 053 325)	(8 902)	(4 659)	(8 782)	(1 169 226)
Regularizações Depreciações acumuladas	-	(1 320)	(2 995)	(5 977)	10 292	-	-
Valor liquido	**204 597**	**2 156 423**	**8 629 982**	**21 879**	**9 360**	**283 122**	**11 305 363**
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017							
Valor de aquisição ou reavaliado	204 597	4 090 148	19 506 901	209 969	219 918	347 570	24 579 102
Depreciação acumulada	-	(1933 725)	(1 0876 919)	(188 090)	(210 557)	(64 448)	(1 3273 739)
Valor escriturado	**204 597**	**2 156 423**	**8 629 982**	**21 879**	**9 360**	**283 122**	**11 305 362**
VARIAÇÕES EM 2018							
Valor liquido inicial	204 597	2 156 423	8 629 982	21 879	9 360	283 122	11 305 362
Aquisições	-	153 860	913 959	2 515	5 936	80 913	1 157 183
Abates e alienações - valor de aquisição ou reavaliado	-	-	-	(4 805)	-	-	(4 805)
Abates e alienações - depreciação acumulada	-	-	-	4 805	-	-	4 805
Reclassificações intra-rúbrica	-	67 426	65 244	1	-	(132 670)	-
Depreciação do exercicio (Nota 24)	-	(104 501)	(863 717)	(6 368)	(4 948)	(19 239)	(998 773)
Valor liquido	**204 597**	**2 273 207**	**8 745 468**	**18 027**	**10 348**	**212 126**	**11 463 772**
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018							
Valor de aquisição ou reavaliado	204 597	4 311 433	20 486 104	207 680	225 854	295 813	25 731 480
Depreciação acumulada	-	(2 038 226)	(11 740 636)	(189 653)	(215 505)	(83 687)	(14 267 707)
Valor escriturado	**204 597**	**2 273 207**	**8 745 468**	**18 027**	**10 348**	**212 126**	**11 463 772**

As adições do ano referem-se, essencialmente, aos investimentos efetuados (i) no projeto de Reforço da capacidade de Produção de Água Potável nas Ilhas do Sal e São Vicente, registados em Equipamento básico, Edifícios e outras construções e Outros ativos fixos tangíveis, nos montantes de mESC 470 500, mESC 100 671 e mESC 29 268, respetivamente, (ii) no projeto em curso de Reforço e Otimização do Sistema de Energia Elétrica na Ilha do Sal, registados em Equipamento básico, no montante de mESC 443 084) e (iii) na construção da Oficina da Central Lazareto, registados em Edifícios e outras construções, no montante de mESC 41 664.

Os abates e alienações dizem, essencialmente, respeito à alienação de 2 viaturas, tendo gerado uma mais-valia de mESC 300.

As principais adições de 2017 compreendiam, essencialmente (a) investimentos efetuados nos Projetos de Reforço da capacidade de Produção e Distribuição de Água Potável nas Ilhas do Sal e São Vicente e de Reforço e Otimização do Sistema de Energia Elétrica na Ilha do Sal, registados nos Equipamentos básicos, Edifícios e outras construções e Outros ativos fixos tangíveis, nos montantes de mESC 2 187 424, mESC 680 224 e mESC 111 995, respetivamente e (b) a aquisição de (i) uma Unidade Dessanilizadora Osmose Inversa, com capacidade de produção diária 1200m3, instalada na Central da

Palmeira – ilha do Sal (mESC 128 182) e (ii) dois grupos eletrogéneos da Caterpillar, com capacidade de produção de 2000 KVA cada, instalada na Central da Palmeira – ilha Sal (mESC 57 431), registadas na rúbrica de Equipamento básico, respetivamente.

Os abates e alienações em 2017 diziam respeito à alienação de 4 viaturas à AdS - Águas de Santiago, no âmbito da transferência do negócio de distribuição de água, na cidade da Praia, e de outras 3 viaturas, tendo gerado uma mais-valia de mESC 350.

Conforme se refere na Nota 14, equipamentos da central de Produção de energia da Palmeira encontram-se penhorados, como garantia de um financiamento obtido, cujo valor contabilístico em 31 de dezembro de 2018 ascende a mESC 6 470.

NOTA 4 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica compreende, essencialmente, os direitos relativos à distribuição de energia e água e saneamento.

Os movimentos ocorridos durante o exercício nestas rubricas decompõem-se como segue (em mESC):

	Distribuição de Energia	Distribuição de Agua	Saneamento	Outros	TOTAL GERAL
POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2017					
Valor de aquisição ou reavaliado	2 047 128	203 691	67 941	358 422	2 677 182
Depreciação acumulada	(605 221)	(57 887)	(20 877)	(150 614)	(834 599)
Valor escriturado	**1 441 907**	**145 804**	**47 064**	**207 808**	**1 842 585**
VARIAÇÕES EM 2017					
Valor liquido inicial	1 441 907	145 804	47 064	207 808	1 842 585
Aquisições	31 943	-	-	115 489	147 432
Transferências	-	-	-	(108 445)	(108 445)
Abates e alienações-valor de aquisição ou reavaliado	-	(94 152)	(66 106)	-	(160 258)
Abates-depreciação acumulada	-	30 450	22 057	-	52 507
Reclassificação para Ativo fixo tangível (ver nota 3)	(69 056)	-	-		(69 056)
Regularizações	-	-	-	(39 824)	(39 824)
Depreciação do exercicio (Nota 24)	(71 061)	(4 993)	(1 183)	(11 913)	(89 150)
Valor liquido	**1 333 733**	**77 109**	**1 832**	**163 115**	**1 575 791**
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017					
Valor de aquisição ou reavaliado	2 010 015	109 539	1 835	325 642	2 447 030
Depreciação acumulada	(676 281)	(32 430)	(3)	(162 526)	(871 239)
Valor escriturado	**1 333 734**	**77 109**	**1 832**	**163 116**	**1 575 791**
VARIAÇÕES EM 2018					
Valor liquido inicial	1 333 734	77 109	1 832	163 116	1 575 791
Aquisições	29 919	-	-	-	29 919
Depreciação do exercicio (Nota 24)	(71 333)	(3 311)	-	(39 886)	(114 530)
Valor liquido	**1 292 320**	**73 798**	**1 832**	**123 230**	**1 491 180**
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018					
Valor de aquisição ou reavaliado	2 039 934	109 539	1 835	325 642	2 476 950
Depreciação acumulada	(747 614)	(35 741)	(3)	(202 412)	(985 770)
Valor escriturado	**1 292 320**	**73 798**	**1 831**	**123 230**	**1 491 180**

As adições do ano referem-se, essencialmente, ao projeto de Migração do Sistema Comercial ELAG para o novo sistema U@cloud, no montante de mESC 26 650.

Em 2017 as adições referiam-se, essencialmente, (i) ao Programa de Redução de Perdas e melhoria de Qualidade de Energia Elétrica (que inclui, (a) o projeto de cadastro de Ativos, (b) o projeto de estudo de seletividade e coordenação das proteções e o (c) Sistema Integrado de Gestão de rede) no montante de mESC 113718 e (ii) ao Projeto *Oret*- Lote 2 - Reforço dos sistemas de Distribuição para as ilhas de Santo Antão, São Nicolau, Boa Vista e Fogo, no montante total de mESC 32 722.

Em 2017, os abates e alienações referiam-se, essencialmente, à transferência de ativos de rede água e saneamento da cidade da Praia para a AdS - Águas de Santiago (ver Nota Informação Geral e Nota 9 (i)).

As regularizações em 2017 compreendiam (i) mESC 17 427 relativos a projetos em curso de exercícios anteriores que foram descontinuados durante o exercício de 2017 (ver Nota 23) e (ii) mESC 22 397 relativos a gastos incorridos com o Sistema de Gestão Comercial que a sociedade espera recuperar da Nova Base (ver Nota 9 (v)).

NOTA 5 - PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Resume-se no quadro seguinte as informações relativas às participações financeiras valorizadas segundo o Método de Equivalência Patrimonial (MEP):

	mESC			
	Cabeólica	Electra Sul	Electra Norte	Total Participação
Saldo em 31.12.2016	16 470	-	625 462	641 932
Quota parte nos resultados de 2017	6 670	-	314 087	320 757
Saldo em 31.12.2017	23 140	-	939 549	962 689
% de Participação	3,75%	100%	100%	
Quota parte nos resultados de 2018	11 411	-	229 337	240 748
Saldo em 31.12.2018	34 552	-	1 168 886	1 203 437
% de Participação	3,75%	100%	100%	

Estes investimentos foram valorizados segundo o MEP porque a Sociedade detém controlo na ELECTRA Sul e na ELECTRA Norte e exerce influência significativa na Cabeólica, por via de participação no Conselho de Administração.

Por apresentar capital próprio negativo, (i) a participação na ELECTRA Sul foi objeto de ajustamento por imparidade e (ii) as perdas por imparidade do saldo a receber desta participada registada na rúbrica de Clientes foram aumentadas em 2018 em mESC 1 011 080, compreendendo o respetivo resultado negativo desta participada no exercício (ver Nota 7). Assim, os Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, no valor de mESC 770 332, evidenciados na demosntração dos resultados resultam dos mESC 1 011 080 referidos acima, deduzidos de mESC 240 748 relativos a quota parte nos resultados de 2018 da Cabeólica e Electra Norte.

Visando uma melhor classificação contabilística, o reforço da imparidade em valores a receber da subsidiária ELECTRA Sul, antes apresentado na Demonstração dos resultados por naturezas na rubrica de Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões), passou a ser apresentado na rubrica de Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos. Em consequência, a Sociedade reexpressou os comparativos de 2017, transferindo o saldo de mESC 1 139 971 entre aquelas rubricas.

As informações financeiras das participadas à data de 31 de Dezembro de 2018 resumem-se como segue (em mESC):

	Cabeólica	Electra Norte	Electra Sul
Total do ativo	5 384 426	2 807 524	4 463 829
Capital próprio	740 847	1 168 886	(5 442 499)
Total do passivo	4 643 579	1 638 637	9 906 328
Rendimentos	1 313 323	6 592 046	8 434 227
Resultado líquido	304 297	229 337	(1 011 080)

NOTA 6 - INVENTÁRIOS

O saldo desta rubrica decompõe-se como se segue:

	mESC	
	2018	2017
Materiais diversos	844 071	793 565
Menos:		
Perdas por imparidade acumuladas	(103 969)	(66 969)
	740 101	726 596

A rubrica de materiais diversos compreende, essencialmente, acessórios para produção, distribuição e comercialização de energia e água.

Conforme referido na Nota 1.3, no âmbito da reestruturação, a Sociedade continua a ser proprietária dos inventários, assume a sua gestão e, mediante requisições, os fornece às subsidiárias, ao preço de custo.

Durante o exercício de 2018, as perdas por imparidade foram aumentadas em mESC 37 000. O saldo em balanço corresponde ao montante necessário para reduzir o valor dos inventários evidenciado no balanço ao respetivo valor realizável líquido, estimado com base em critérios técnicos e de gestão.

NOTA 7 - CLIENTES

Por tipo de clientes, os saldos decompõem-se como segue:

	mESC	
	2018	**2017**
Domésticos	2 443 994	2 482 844
Empresas privadas	367 841	451 177
Autarquias	270 990	276 016
Estado	27 796	28 781
Empresas públicas	11 434	11 438
Clientes aplicação comercial	3 122 056	3 250 256
Adiantamentos de clientes	1 583	(33 544)
Diferença entre a aplicação comercial e saldos contabilísticos	(5 937)	(5 279)
Pagamentos não alocados	(177 451)	(177 532)
Saldos contabilísticos (comparável com a comercial)	2 940 251	3 033 900
Menos: Perdas por Imparidade acumuladas	(2 262 994)	(2 288 183)
Total consumidor final	677 257	745 717
Clientes Partes Relacionadas		
Electra Sul (Nota 30)	8 145 296	6 549 935
Menos: Perdas por Imparidade acumuladas	(5 432 985)	(4 421 905)
	2 712 311	2 128 030
Clientes Diversos		
Outros	505 571	407 564
Total Clientes Diversos	505 571	407 564
Total Clientes	3 895 139	3 281 312

A comparação efetuada entre o saldo ajustado de mESC 2 940 251 (2017: mESC 3 033 900) evidenciado nos registos contabilísticos e o saldo de mESC 3 122 056 (2017: mESC 3 250 256) da aplicação comercial, evidenciou uma diferença líquida de mESC 181 805 (2017: mESC 216 356), dos quais mESC 177 451 (2017: mESC 177 532) se referem a pagamentos de clientes não identificados registados apenas na contabilidade, mESC 1 583 (2017: mESC 33 544, negativos) relacionados com regularização de adiantamentos de clientes registados na contabilidade e mESC 5 937 (2017: mESC 5 279) se encontram em processo de análise.

O saldo de mESC 8 145 296 (2017: mESC 6 550 260) a receber da ELECTRA Sul resulta das seguintes operações:

	mESC	
	2018	2017
Saldo transitado do exercício anterior	6 550 260	4 970 646
Faturação de vendas e prestações de serviços do exercício	6 586 621	6 389 517
Encontro de contas com referência a 31 de dezembro	(4 991 585)	(4 809 903)
Saldo no final do exercício	8 145 296	6 550 260

O encontro de contas de mESC 4 991 585 (2017: mESC 4 809 903) com referência a 31 de dezembro de 2018, compreende (A) mESC 4 157 885 (2017: mESC 3 898 517) referentes aos valores a pagar pela Sociedade relacionados com a faturação dos serviços de produção de energia e água e serviço de cobrança, registados na rubrica de Fornecedores, e (B) mESC 833 700 (2017: mESC 911 386) resultantes do valor líquido entre (i) pagamentos por conta efetuados pela ELECTRA Sul a favor da Sociedade em 2018 e (ii) cobranças de clientes da ELECTRA , SA referentes ao ano de 2018, depositadas em contas bancárias da ELECTRA Sul, por a ELECTRA , SA não dispor de contas bancárias disponíveis, pois estas encontram-se bloqueadas no âmbito do processo de execução fiscal municipal a aguardar julgamento.

A Sociedade detém 100% do capital da ELECTRA Sul, respondendo, por isso, pelas suas obrigações para com terceiros.

A rubrica clientes diversos compreende, essencialmente, a dívida da AEB no montante de mESC 504 127, relativa a fornecimento de energia eólica no âmbito do contrato assinado entre a ELECTRA e a Cabeólica.

A Sociedade adota o critério de reconhecer em imparidade 100% dos saldos de clientes vencidos há mais de 12 meses (excluindo Estado e Entidades Publicas), complementado com uma análise casuística do risco de crédito de alguns clientes, tendo sido classificados sem risco saldos no montante de mESC 133 825 (2017: mESC 194 631), e foi ainda considerado recuperável o valor do IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado incluído nas faturas de clientes do segmento doméstico, estimado em mESC 220 690 (2017: mESC 226 716). Em consequência, tendo por referência os saldos do setor privado com antiguidade superior a um ano em 31 de dezembro de 2018, no montante de mESC 2 811 835 (2017: mESC 2 934 005), segundo a aplicação comercial, deduzidos dos valores atrás referidos e da taxa RTC incluída nas faturas, no montante de mESC 194 326 (2017: mESC 226 716), as perdas por imparidade acumuladas de clientes do setor privado foram revertidas em mESC 25 189 (2017: aumentada a imparidade em mESC 156 349).

Não foram reconhecidas perdas por imparidades relativas às dívidas do Estado (incluindo empresas públicas) e Autarquias dado ser expectativa da Administração que a sua recuperação ocorrerá a curto prazo.

Relativamente à ELECTRA Sul, as perdas por imparidades foram aumentadas em 2018 em mESC 1 011 080, correspondentes ao resultado líquido negativo desta participada em 2018, atendendo a que o saldo a receber desta participada (mESC 8 145 296) excede o montante do Capital próprio negativo da mesma (mESC 5 442 499). Conforme referido na Nota 5, visando uma melhor classificação contabilística o reforço da imparidade em valores a receber da subsidiária ELECTRA Sul é apresentado na demonstração dos resultados na rubrica Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos.

O justo valor das contas a receber não difere do seu valor contabilístico.

NOTA 8 – ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

O saldo desta rubrica compreende:

	mESC	
	2018	2017
Bávaro Motors, SA	6 789	-
Zwart Techniek, BV	4 429	-
Aristides Lima e Silva	4 079	3 590
Napier Turbocharges LTD	1 413	-
Winpower	-	5 145
Watercare, Lda	-	3 859
Fluence Water Israel, Ltd	-	2 073
Outros	305	2 480
	17 015	17 147

Os saldos da *Napier Turbocharges LTD e Zwart Techniek*, BV representam adiantamentos por conta de serviços de manutenção de equipamentos de produção de eletricidade.

O saldo da *Bávaro Motors, SA* representa adiantamento por conta da aquisição de 2 veículos elétrico.

NOTA 9 – OUTRAS CONTAS A RECEBER

		mESC	
		2018	2017
Curto prazo:			
Estado - Activos de Concessão transferidos à AdS (Nota 30)	**(i)**	107 751	107 751
Cabeólica - Ajustamento	**(ii)**	83 504	-
Estado de Cabo Verde - Subconcessão da Boa vista (Nota 30)	**(iii)**	59 965	59 965
Nova Base	**(iv)**	22 397	22 397
Águas de Santiago -AdS		12 592	12 592
AEB	**(v)**	6 351	9 114
ECREE		6 093	-
Emprestimos concedidos ao pessoal	**(vi)**	2 177	2 212
Valores a regularizar		-	37 260
Dividendos a receber da Cabéolica		-	12 405
Outros		14 733	15 354
		315 564	279 048
Menos:			
Perdas por imparidade acumuladas	**(vii)**	(13 437)	(13 437)
		302 127	265 611

(i) Estado de Cabo Verde – Ativos de Concessão

Corresponde aos ativos de rede de distribuição de água e saneamento da cidade da Praia transferidos para AdS - Aguas de Santiago. Conforme previsto na Resolução nº 96/2016, de 16 de setembro, a Sociedade será compensada por eventuais prejuízos resultantes da cessação antecipada pelo Estado de parte da concessão dos serviços de água e saneamento (ver Nota Informação Geral e Nota 4).

(ii) Cabeólica

Compreende a redução do "*escalation*" do preço base aplicável para os exercícios de 2017 (mESC 25 644 – ver Nota 22) e 2018 (mESC 57 860, deduzidos do preço base), relativos ao consumo de energia eólica nos Parques de S. Vicente, Sal e Santiago, a aguardar nota de crédito da Cabeólica.

(iii) Estado de Cabo Verde – subconcessão da Boa Vista

A Sociedade considera ter a receber do Estado de Cabo Verde mESC 59 965 correspondentes ao saldo líquido de ativos intangíveis (redes de distribuição) afetos à Delegação da Boavista que deixaram de se qualificar como ativo (ver Nota 4), em virtude da subconcessão das suas atividades nesta ilha.

(iv) Nova Base

O saldo relaciona-se com gastos incorridos com o Sistema de Gestão Comercial que a Sociedade espera recuperar da Nova Base, no âmbito das negociações em curso entre as assessorias jurídicas das duas entidades.

(v) AEB - Água e Eletricidade de Boa Vista

Corresponde à especialização do valor a receber da AEB, referente à fatura emitida pela Cabeólica relativa ao fornecimento de energia do mês de dezembro, entretanto refaturada à AEB em janeiro de 2019. Um valor a pagar à Cabeólica de igual montante encontra-se incluído na rubrica de Fornecedores (ver Nota 15).

(vi) Empréstimos concedidos ao pessoal

O saldo desta rubrica compreende empréstimos atribuídos aos empregados destinados à (i) assistência na doença, (ii) remodelação de habitação e (iii) fins diversos. Estes empréstimos não vencem juros e têm um período de reembolso que poderá atingir um ano. Devido à sua imaterialidade não se procedeu ao cálculo do seu valor descontado.

(vii) Perdas por imparidade acumuladas

As perdas por imparidade em Outras contas a receber não registaram qualquer movimento nos exercícios de 2018 e 2017.

Os saldos do Estado não foram ajustados por ser convicção da Sociedade que a sua recuperação ocorre a curto prazo.

NOTA 10 – DIFERIMENTOS (Ativo)

O saldo desta rubrica compreende, essencialmente, pagamentos antecipados, em 2018, de prémios de seguros relativos ao primeiro semestre de 2019.

NOTA 11 – CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

O saldo desta rubrica compreende:

	mESC	
	2018	**2017**
Caixa	6 598	6 767
Depósitos à ordem		
Banco Caboverdiano de Negócios	4 636	4 628
Banco Comercial do Atlântico	4 034	4 058
Caixa Económica de Cabo Verde	3 812	4 006
Banco Africano de Investimentos	2 616	2 610
Banco Interatlântico	1 575	1 575
Banco Internacional Cabo Verde	1 565	1 565
Eco Bank	600	773
Novo Banco/CECV	31	31
Banco Efisa	24	24
	18 892	19 270
Total de Disponibilidades	25 491	26 037
Descobertos Bancários	-	(34)
Caixa e equivalentes nos fluxos de caixa	25 491	26 003

O saldo de Caixa inclui essencialmente cobranças do último dia do ano, depositadas em janeiro do ano seguinte.

Os outros recebimentos/pagamentos da atividade operacional no valor de mESC 285 029 (2017: mESC 376 170) evidenciados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, compreendem, essencialmente, pagamentos deduzidos dos recebimentos efetuados durante o exercício pela ELECTRA Norte por conta da ELECTRA SA, no montante de cerca de mESC 213 000 (2017: mESC 284 000).

NOTA 12 – CAPITAL PRÓPRIO

Os movimentos registados em 2018 e em 2017 nesta rubrica encontram-se evidenciados na Demonstração de Alterações no Capital Próprio.

(a) Capital realizado

Em 1999, de acordo com o Decreto-Lei nº 68/98, de 31 de dezembro, que transformou a ELECTRA em sociedade anónima de responsabilidade limitada, o capital social da Sociedade realizado foi fixado na quantia de mESC 600 000. Em 2012 o capital social foi aumentado em mESC 985 262, sendo mESC 722 236 pelo Estado e mESC 263 026 pelo INPS, através de utilização das Prestações acessórias, cujo saldo ascendia a mESC 1 966 740. A parcela remanescente de mESC 981 478 representa prémio de emissão dessas novas ações.

O capital é detido pelas seguintes entidades:

	mESC	%
Estado de Cabo Verde	1 232 236	77,73%
INPS	263 026	16,59%
Municípios de Cabo Verde	90 000	5,68%
	1 585 262	100%

O valor do Capital Próprio da Sociedade em 31 de dezembro de 2018 é negativo em mESC 4 269 050 (2017: mESC 3 424 466), pelo que o Conselho de Administração irá propor aos Acionistas, na próxima Assembleia Geral, a tomada de medidas para a sua resolução.

(b) Outros Instrumentos de Capital Próprio

Compreendem mESC 263 220 referentes a adiantamentos recebidos do Estado no âmbito do contrato de Performance e pagamentos a Obrigacionistas não institucionais, destinados a serem convertidos em capital social.

(c) Prémios de emissão

Resultaram do aumento de capital referido em (a) acima. Apenas podem ser utilizados para aumento de capital e cobertura de prejuízos.

(d) Reservas Legais

De acordo com a legislação vigente, a Reserva legal é dotada com um mínimo de 5% dos lucros líquidos anuais até atingir um montante equivalente a, pelo menos, 20% do capital social. A reserva legal só pode ser utilizada para (i) cobrir a parte do prejuízo acusado no balanço do exercício que não possa ser coberto pela utilização de outras reservas, (ii) cobrir a parte dos prejuízos transitados do exercício que não possam ser cobertos pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas e (iii) incorporação no capital estatutário.

(e) Outras reservas

O saldo desta rubrica resultou do saneamento financeiro a que a Sociedade foi sujeita em 1999 e da transformação da ELECTRA em sociedade anónima, ao abrigo do Decreto-lei Nº 68/98, de 31 de dezembro. Podem ser utilizadas para cobertura de prejuízos ou para incorporação no capital estatutário.

(f) Excedentes de revalorização

O saldo desta rubrica representa o efeito da revalorização dos ativos fixos tangíveis da Delegação da Boavista (ver Nota 3). Os mesmos poderão vir a ser incorporados em aumentos de capital ou coberturas de prejuízos que tenham sido acumulados até 31 de dezembro do ano anterior ao da sua constituição, nos termos do Decreto nº 1/84.

(g) Ajustamentos em ativos financeiros

O saldo desta rubrica resultou de resultados não realizados financeiramente (resultados não atribuídos) respeitantes a resultados imputáveis às participações financeiras detidas na ELECTRA Norte e Cabeólica, sendo mESC 320 757 referentes ao exercício de 2017 (ver Nota 5), deduzidos de mESC 2 601 de dividendos recebidos da Cabeólica (ver aplicação de resultados em h) abaixo) e mESC 523 242 referentes aos exercícios anteriores.

(h) Resultados transitados

O movimento de mESC 1 165 829 registado a débito nesta rubrica resulta da aplicação do resultado líquido negativo e do ajustamento financeiro do exercício de 2017, aprovada em Assembleia Geral, como segue:

	mESC
Ajustamentos em ativos financeiros	318 156
Resultados transitados	847 673
	1 165 829

NOTA 13 – PROVISÕES

A provisão para outros riscos e encargos representa a melhor estimativa possível (baseada em informações dos serviços jurídicos) dos encargos em que a Sociedade poderá eventualmente vir a incorrer a respeito de litígios, de foro laboral, fiscal, danos materiais e humanos e outros, em que é parte interveniente, em curso de tramitação à data do balanço. Os movimentos ocorridos nesta rúbrica decompõem-se como se segue:

	mESC	
	2018	**2017**
Saldo em 1 de janeiro	84 585	98 020
Aumentos	-	629
Reduções	(7 858)	(5 402)
Utilizações	(1 482)	(8 662)
Saldo em 31 de dezembro	75 245	84 585

NOTA 14 - FINANCIAMENTOS OBTIDOS

	2018			2017		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS						
A. Banco Angolano de Investimentos						
Empréstimo - mESC 781 000	83 531	314 843	398 375	77 901	398 050	475 951
B. Banco Comercial do Atlântico						
Descoberto em depósitos à ordem	-	-	-	34	-	34
	83 531	314 843	398 375	77 935	398 050	475 985
C. EMPRÉSTIMOS OBRIGACIONISTAS						
Empréstimo C	-	2 270 249	2 270 249	-	2 270 249	2 270 249
Empréstimo D	480 944	119 236	600 180	240 472	359 707	600 179
Empréstimo E	-	1 816 500	1 816 500	-	1 816 500	1 816 500
	480 944	4 205 985	4 686 929	240 472	4 446 456	4 686 928
D. EMPRÉSTIMOS DE RETROCESSÃO DO ESTADO (Nota 30)						
Projecto Água e Saneamento da Praia - 2ª fase	50 518	17 673	68 191	45 154	23 037	68 191
Dessalinizador Acciona	32 247	290 224	322 471	16 124	306 347	322 471
Extensão da central do Palmarejo	132 651	2 520 360	2 653 010	-	2 653 010	2 653 010
Dessalinizador Uniha	-	714 843	714 843	-	714 843	714 843
Projeto de Recuperação e Reforma do Setor de Electricidade						
Extensão da central do Lazareto	-	1 842 070	1 842 070	-	1 800 843	1 800 843
Extensão da central do Palmarejo	-	2 161 137	2 161 137	-	2 161 137	2 161 137
Projeto Reforço Capacidade de produção de electricidade						
Central única em São Nicolau	-	372 621	372 621	-	372 621	372 621
Central única em Santo Antão	-	651 168	651 168	-	651 168	651 168
Central única no Fogo	-	634 105	634 105	-	634 105	634 105
Reforço Capacidade de produção e distribuição de agua no Sal e São Vicente	-	2 255 095	2 255 094	-	1 846 960	1 846 960
Reforço e Optimização do Sistema de Energia Eléctrica na Ilha do Sal	-	1 537 033	1 537 032	-	1 113 589	1 113 589
	215 416	12 996 327	13 211 741	61 278	12 277 660	12 338 938
	779 891	17 517 155	18 297 047	379 685	17 122 166	17 501 851

Os financiamentos não correntes têm a seguinte maturidade:

	Empréstimos Bancários	Empréstimos Obrigacionistas	Empréstimos do Estado	Total
2020 - 2021	185 615	119 236	1 098 768	1 403 619
2022 - 2023	129 229	-	1 777 239	1 906 467
Após 2023	-	4 086 749	10 120 320	14 207 069
	314 843	4 205 985	12 996 327	17 517 155

A. BANCO ANGOLANO DE INVESTIMENTOS

° Linha de crédito – mESC 781 000

De acordo com o contrato celebrado entre o Banco BAI Cabo Verde, SA. (BAICV), Banco Angolano de Investimentos, S.A. (BAI) e a ELECTRA , SA, em 31 de julho de 2012, a Sociedade converteu um empréstimo, denominado financiamento intercalar no montante de mESC 781 000 para empréstimo de Médio e Longo Prazo.

Este empréstimo vence juros mensais à taxa anual de 7%, contando com uma maturidade de 126 meses.

O empréstimo encontra-se garantido por (i) aval do Estado no montante mESC 390 500 e (ii) hipoteca de primeiro grau sobre a parcela do terreno com todas as benfeitorias edificadas ou edificar, sito na zona da Palmeira - ilha do Sal, onde se situa a Central Elétrica da Palmeira, (iii) Penhor mercantil sobre equipamentos da central de Produção de energia da Palmeira, conforme relatório de avaliação, de 17 de novembro de 2010, no valor global de USD 6 780 000 equivalente a mESC 564 296 a favor do BAICV.

C. EMPRÉSTIMOS OBRIGACIONISTAS

A condição credora da Sociedade para com os acionistas EDP e ADP havia sido adquirida pelo Banco Comercial do Atlântico (BCA) por mESC 4 394 025, tendo este concedido à Sociedade um financiamento de igual montante, destinado à liquidação desse crédito, constituído por três créditos separados e autónomos. Estes créditos foram regularizados com recurso à emissão de três empréstimos obrigacionistas (A, B e C), no montante global de mESC 4 552 352. Tendo dois dos referidos empréstimos vencido em 2013 e 2017 (A e B), respetivamente, a Sociedade liquidou os mesmos com recurso à emissão de dois novos empréstimos obrigacionista (D e, respetivamente). Os termos e condições dos empréstimos obrigacionistas a data do balanço, resumem-se como se segue:

(i) Empréstimo obrigacionista C – mESC 2 270 249

Empréstimo pelo prazo de 20 anos, remunerado à taxa variável semestral calculada entre a maior das taxas EURIBOR a seis meses e a TBA divulgada pelo Banco de Cabo Verde, uma ou outra adicionada de 2,0%. O pagamento de juros deverá ser feito em prestações semestrais e sucessivas, com liquidação integral do empréstimo no final da maturidade, no ano de 2027.

(ii) Empréstimo obrigacionista D – mESC 1 202 360

Empréstimo pelo prazo de 8 anos, remunerado à taxa variável semestral, calculada com base na taxa base anual (TBA) divulgada pelo Banco de Cabo Verde, adicionada de um *spread* de 2,45% (*Floor* de 6,6%). O pagamento de juros deverá ser feito em prestações semestrais e sucessivas. A amortização do principal deveria ser efetuada semestralmente em 10% do valor emitido e a partir do 6º cupão, com início em julho de 2015, tendo sido regularizada em julho de 2017 as prestações vencidas no montante de mESC 601 180. Este empréstimo foi contraído para liquidar o denominado Empréstimo obrigacionista A, no montante de mESC 1 142 405, o qual era remunerado à taxa fixa anual de 6,121%. À data do balanço a parcela de capital vencido e não liquidado ascende a mESC 240 472.

(iii) Empréstimo obrigacionista E – mESC 1 816 500

Empréstimo pelo prazo de 8 anos, remunerado à taxa fixa anual de 5,6%. O pagamento de juros e outras despesas deverá ser feito em prestações semestrais e postecipadas. A amortização do principal será efetuada ao par, de uma só vez, na data de pagamento do 16º cupão (junho/2025). Este empréstimo foi contraído com o objetivo de liquidar o Empréstimo obrigacionista B e uma parcela do Empréstimo obrigacionista D, nos montantes de mESC 1 139 698 e mESC 601 180, respetivamente, sendo o remanescente de mESC 75 622, para implementação de novos projetos de investimentos.

Os empréstimos obrigacionistas encontram-se garantidos por aval do Estado de Cabo Verde.

D. EMPRÉSTIMOS DE RETROCESSÃO DO ESTADO

° Projeto de Água e Saneamento da Praia – 2ª fase

De acordo com o Contrato de Concessão entre o Governo de Cabo Verde e a ELECTRA , assinado em 24 de Maio de 2002, o Estado de Cabo Verde entregou à ELECTRA as obras e equipamentos que constituem a rede de drenagem pública de águas residuais das zonas do Palmarejo e Tira Chapéu e as estações elevatórias de Lém Ferreira e Chã de Areia, realizadas no âmbito da Segunda Fase do Projeto de Água e Saneamento da Praia, inserido no Programa Energia, Água e Saneamento, financiado pelo IDA - Banco Mundial. Em consequência da referida entrega, o Estado de Cabo Verde e a ELECTRA assinaram o respetivo contrato de retrocessão, nos termos do qual o empréstimo, no valor de mESC 68 191, deveria ser amortizado em 15 prestações anuais, após um período de diferimento de 5 anos, e vence juros anuais à taxa EURIBOR acrescida de 0,75%. À data do balanço a parcela de capital vencido e não liquidado ascende a mESC 45 154.

° Dessalinizador Acciona

No quadro do acordo de Empréstimo celebrado entre o Governo de Cabo Verde (GCV) e o Instituto de Crédito Oficial de Espanha (ICO), datado de 18 dezembro de 2009, o referido credor pôs a disposição do GCV, através do Acordo de Empréstimo nº01029008.0, o montante de 3.372.052,50 Euros (três milhões, trezentos e setenta e dois mil, cinquenta e dois euros e cinquenta cêntimos) para financiar a implementação do Projeto de Ampliação da Central Dessalinizadora de Palmarejo. Os equipamentos financiados foram entregues pelo GCV à Sociedade em 23 de março de 2012, tendo as partes celebrado um Empréstimo de Retrocessão, no valor de 2.924.506 Euros (dois milhões, novecentos e vinte e quatro mil, quinhentos e seis euros) nos seguintes termos e condições:

- O empréstimo será amortizado em prestações semestrais, iguais e consecutivas, num período de 20 anos, após um período de graça de 5 anos, a contar a partir da data de início de

funcionamento dos ativos financiados, ou seja, 23 de março de 2012, vencendo-se a primeira em março de 2018 e a última em setembro de 2037.

- Mediante um acordo entre as partes, a ELECTRA SA poderá antecipar a data de reembolso do montante do empréstimo ou apresentar uma outra proposta em termos de maturidade.
- O empréstimo vence juros à taxa anual de 0,65%.

À data do balanço a parcela de capital vencido e não liquidado ascende a mESC 16 124.

° Extensão da Central do Palmarejo

No quadro do acordo de Empréstimo celebrado entre o Governo de Cabo Verde (GCV) e a Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), datado de 5 Março de 2008, o referido credor pôs a disposição do GCV, através do Acordo de Empréstimo nºCAVP1, o montante de 4.468.000.000 JPY (Quatro bilhões, quatrocentos e sessenta e oito milhões yen Japonês) para o financiamento do Projeto de Reforço da Capacidade de Produção, Transporte e Distribuição de Eletricidade na Ilha de Santiago. Os equipamentos financiados foram entregues pelo GCV à Sociedade em dezembro de 2012, tendo as partes celebrado um Empréstimo de Retrocessão, nos seguintes termos e condições:

- O empréstimo será amortizado em prestações semestrais, iguais e consecutivas, num período de 20 anos, após um período de graça de 6 anos, a contar a partir da data de início de funcionamento dos ativos financiados, ou seja 31 de dezembro de 2012, vencendo-se a primeira em junho de 2019 e a última em dezembro de 2038.
- Mediante um acordo entre as partes, a ELECTRA SA poderá antecipar a data de reembolso do montante do acordo de retrocessão ou apresentar uma outra proposta em termos de maturidade.
- O empréstimo vence juros à taxa anual de 0,65%.

° Dessalinizador Uniha

No quadro do acordo de Empréstimo celebrado entre o Governo de Cabo Verde (GCV) e o Governo da Áustria, datado de 26 abril de 2011, o referido credor pôs a disposição do GCV, através do Acordo de Empréstimo nº10PA 701, o montante de 6.482.954,40 Euros (seis milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, novecentos e cinquenta e quatro euros e quarenta cêntimos) para o financiamento do Projeto de Ampliação da Central Dessalinizadora de Palmarejo. Os equipamentos financiados foram entregues pelo GCV à Sociedade em outubro de 2013, tendo as partes celebrado um Empréstimo de Retrocessão,

nos seguintes termos e condições: O empréstimo será amortizado em 27 prestações semestrais, iguais e consecutivas, após um período de graça de 6 anos, a contar a partir da data de início de funcionamento dos ativos financiados, ou seja, em 21 de outubro de 2013, vencendo-se a primeira em março de 2020 e a última em setembro de 2033. Vence juros à taxa anual de 0,65%.

° Projeto de Recuperação e Reforma do Sector de Eletricidade

No quadro do acordo de Empréstimo celebrado entre o Governo de Cabo Verde (GCV) e o Banco Mundial (BM/ IBRD), datado de 03 fevereiro de 2012, o referido credor pôs a disposição do GCV, através do Acordo de Empréstimo nº8115-CV, o montante de € 40.200.000,00 (Quarenta milhões e duzentos mil euros) para a implementação do Projeto de Recuperação e Reforma do Sector de Eletricidade. Dos fundos disponibilizados pelo BM/ IBRD, o GCV compromete – se em ceder, sob forma de retrocessão, à ELECTRA SA, o montante de € 37.500.000,00, correspondente a mESC 4.134.938. No âmbito deste acordo foram já retrocedidos para a Sociedade os projetos relativos às extensões das centrais do Lazareto e Palmarejo, cujo valor total ascende a mESC 4 003 208 (ver quadro acima), nos seguintes termos e condições:

(i) O empréstimo será amortizado em prestações semestrais, iguais e consecutivas, num período de 25 anos, após um período de graça de 5 anos, a contar a partir da data de início de funcionamento dos ativos financiados, que ocorreu em abril de 2015 e maio de 2015, respetivamente.

(ii) Mediante um acordo entre as partes, a ELECTRA SA poderá antecipar a data de reembolso do montante do acordo de retrocessão ou apresentar uma outra proposta em termos de maturidade.

(iii) Seis meses após o encerramento do projeto, os montantes utilizados deverão ser apurados entre ambas as partes e o plano de amortização, que fará parte do presente acordo, será feito pela Direção Geral do tesouro.

(iv) O empréstimo vence juros à taxa Euribor a seis meses acrescida de um *spread* de 1,05%.

° Projetos de reforço da capacidade de produção de eletricidade

No quadro dos acordos de Empréstimos celebrados entre o Governo de Cabo Verde (GCV) e os financiadores (a) OFID – "*OPEC Fund for International Development*", (b) EBID - Banco de Investimento e de Desenvolvimento da CEDEAO e (c) ORET - "*Dutch Development-Related Export Transactions*", datados de 11 de abril de 2008, 20 de novembro de 2012 e 7 de junho de 2013,

respetivamente, os referidos credores puseram a disposição do GCV, através dos Acordos de Empréstimos nº1179PB, nº 0071/AP/LA e CV/WM07093, os montantes de 8 500 000 Euros, 8 747 000 Euros e 3 937 000 Euros, respetivamente, para o financiamento de três centrais únicas nas ilhas de Santo Antão, Fogo e São Nicolau. As centrais foram entregues pelo GCV à Sociedade em julho, outubro e novembro de 2015, respetivamente, não existindo ainda qualquer acordo formal de retrocessão, sendo, no entanto, expectável que terão o mesmo enquadramento que o "Projeto de Recuperação e Reforma do Sector de Eletricidade" atrás referido.

° Projeto de Reforço da capacidade de Produção e Distribuição de Água Potável nas Ilhas do Sal e São Vicente

No quadro do acordo de Empréstimo celebrado entre o Governo de Cabo Verde (GCV) e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), datado de 4 julho de 2011, o referido credor pôs a disposição do GCV, através do Acordo de Empréstimo nº8115-CV, o montante de € 22.200.000,00 (Vinte e dois milhões e duzentos mil Euros) para a implementação do Projeto de Reforço da capacidade de Produção e Distribuição de Água Potável nas Ilhas de Sal e São Vicente, nos seguintes termos e condições:

(i) O empréstimo será amortizado em prestações semestrais, iguais e consecutivas, num período de 15 anos, após um período de graça de 8 anos, sendo que a primeira prestação será paga em 15 de novembro 2020 e a última em 15 de maio 2035.

(ii) Mediante um acordo entre as partes, a ELECTRA SA poderá antecipar a data de reembolso do montante do acordo de retrocessão ou apresentar uma outra proposta em termos de maturidade.

(iii) O empréstimo vence juros sobre a cada parcela desembolsada e acumulada, na base de 360 dias.

(iv) A taxa de Juros será a mesma taxa acordada no empréstimo assinado AFD, seguindo os mesmos procedimentos na sua elaboração. Em 2018, a taxa de juro média aplicada foi de 0,25%.

(v) A Direção Geral do Tesouro encarregará de comunicar a ELECTRA . SA, as taxas recebidas da AFD para cada tranche de desembolso, bem como a taxa consolidada que será aplicada após o período limite dos desembolsos.

° Projeto de Reforço e Otimização do Sistema de Energia Eléctrica na Ilha do Sal

No quadro do acordo de Empréstimo celebrado entre o Governo de Cabo Verde (GCV) e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), datado de 30 novembro de 2015, o referido credor pôs a disposição do GCV, através do Acordo de Empréstimo nº8115-CV, o montante de € 26.000.000,00 (Vinte e seis milhões de Euros) para a implementação do Projeto de Reforço e Otimização do Sistema de Energia Elétrica na Ilha do Sal, nos seguintes termos e condições:

(i) O empréstimo será amortizado em prestações semestrais, iguais e consecutivas, num período de 15 anos, sendo que a primeira prestação será paga em 30 de março 2021 e a última em 15 de março 2035.

(ii) Mediante um acordo entre as partes, a ELECTRA SA poderá antecipar a data de reembolso do montante do acordo de retrocessão ou apresentar uma outra proposta em termos de maturidade.

(iii) O empréstimo vence juros sobre a cada parcela desembolsada e acumulada, na base de 360 dias.

(iv) A taxa de Juros será a mesma taxa acordada no empréstimo assinado AFD, seguindo os mesmos procedimentos na sua elaboração. Em 2018, a taxa de juro média aplicada foi de 0,81%.

(v) A Direção Geral do Tesouro encarregará de comunicar a ELECTRA . SA, as taxas recebidas da AFD para cada tranche de desembolso bem como a taxa consolidada que será aplicada após o período limite dos desembolsos.

NOTA 15 – FORNECEDORES

	mESC	
	2018	2017
ARME	449 625	409 625
Cabeólica (Nota 30)	206 227	193 951
Wartisilla	81 986	43 329
Papattroka	27 117	24 470
Ferdinand Freese	22 257	9 758
Águas e Energia de Boa Vista	-	21 666
Winpower	17 655	-
Barloword Finanzauto	13 504	-
Armasul	13 255	-
Nirosoft	-	12 042
Man Diesel	11 602	8 192
Caterpillar Interm. Power Solutions	9 556	9 556
MTCV - Instalações Técnicas, Lda	8 895	13 244
CME - Construçãoe Manutenção Electromecânica,SA	8 724	-
Electric Wind	6 374	2 579
I.D. E Tecnologies, Ldt	-	5 195
IFH	4 187	4 187
S.T.E.T	-	3 552
ENACOL	3 371	8 137
Primavera Software	2 746	2
Efacec - Maquinas Electricas, SA	-	4 548
Alfa Laval	-	2 194
Só Constroi	1 308	2 137
Lógica -CGI	1 175	2 350
Acciona	610	3 628
Resul	46	747
Outros	237	81
	890 456	786 918

O valor devido à ARME – Agência Reguladora Multissetorial da Economia, totalmente vencido, refere-se à taxa de regulação do sector, no valor anual de mESC 40 000, o qual carece ainda de aprovação do Ministério das Finanças.

A dívida a pagar à Cabeólica resulta de fornecimentos de energia eólica, na Praia, Mindelo, Sal e Boavista, referentes aos meses de novembro e dezembro de 2018.

Os saldos a pagar à *Wartisilla, Papattroka, Man Diesel, Ferdinand Freese* e MTCV relacionam-se, essencialmente, com o fornecimento de peças e materiais elétricos.

O valor devido à CME – Construções e Manutenção Eletrónica, SA, relaciona-se com faturas de serviços de manutenção das linhas aéreas de alta tensão de 60Kv na ilha de Santiago.

NOTA 16 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (Saldo credor)

Os valores incluídos nesta rubrica decompõem-se como segue:

	mESC	
	2018	2017
Não Corrente		
Previdência Social	61 552	-
Corrente		
IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado	1 254 528	918 484
Previdência Social	58 138	170 417
Imposto de selo	31 185	31 185
IRPS - Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares	5 097	2 628
Outras	-	566
	1 348 948	1 123 280
	1 410 500	1 123 280

IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado

O saldo representa o imposto a entregar ao Estado referente ao período de agosto 2015 a dezembro de 2018, estando em mora o montante de mESC 1 248 179.

Previdência social

Representa as contribuições da Sociedade para a previdência social, sendo mESC 6 912 referentes ao exercício de 2018 (2017: mESC 5 408) e os restantes mESC 112 778 relativos a anos anteriores (2017: mESC 165 009). Em março de 2016, as partes assinaram um acordo, nos termos do qual a dívida de mESC 253 214 passa a ser regularizada em 60 prestações mensais, vencendo a primeira em março de 2016 e a última em fevereiro de 2021. Em consequência, procedeu-se à determinação do valor presente deste saldo, por referência à taxa de juro média dos financiamentos da Sociedade (5,26%), tendo o mesmo sido reduzido em mESC, 17 928, registados em Outros rendimentos e ganhos, no exercício de 2016. A respetiva atualização é anualmente registada como Outros gastos e perdas, ascendendo o valor referente a 2018 a mESC 3 263.

As prestações regularizadas em 2018 no âmbito do acordo ascenderam a mESC 55 494.

Imposto de selo

O saldo compreende (i) mESC 31 533 decorrentes do não pagamento regular desde 1992 até 1998 e (ii) mESC 18 298 referentes ao período após 2009, deduzidos de mESC 18 646, no âmbito do encontro de contas com o Estado de Cabo Verde efetuado em 2016.

IRPS - Imposto sobre Rendimento

Corresponde às retenções efetuadas no processamento de remunerações do pessoal referente a dezembro 2018 e pagas em 2019.

NOTA 17 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

		mESC	
		2018	2017
Electra Norte (Nota 30)	(i)	1 009 294	589 756
Juros a pagar	(ii)	376 984	299 260
Estado de Cabo Verde (Nota 30)	(iii)	281 173	281 173
Taxas RTC	(iv)	268 257	270 978
Credores Acrescimos de Gastos	(v)	199 943	23 021
Projecto Redução de Perdas - Linha Credito Portuguesa		146 233	146 233
CIP	(vi)	36 399	36 398
Estado - renda do prédio da sede	(vii)	29 415	27 795
Estimativa dos encargos com férias e subsídio de férias (ver Nota 21 e 1.15)		25 505	21 712
INPS- Instituto Nacional de Previdência Social		20 000	20 000
Camara Municipal do Sal		19 788	19 788
EDP - Electricidade de Portugal		16 540	16 540
Estado - projecto de electrificação de zonas rurais	(viii)	16 477	16 477
MCA - Millennium Challenge Account		13 137	13 137
Estado - fornecimento de potência suplementar		11 674	11 674
AdP - Águas de Portugal		6 616	6 616
Taxas RNCV		4 854	4 854
Remunerações a pagar (ver Nota 21)		4 729	4 425
Intermediarios		2 572	2 572
Camara Municipal Boa Vista		1 918	1 918
Outras Cauções Bancarias		1 063	1 063
Outros, inferiores a mESC 2 000		138 928	129 029
Outros credores contas gerais		2 631 500	1 944 420
Credores por fornecimentos de imobilizado		34 103	31 816
Outras contas a pagar		2 665 602	1 976 236

(i) ELECTRA Norte

O saldo de mESC 1 009 294 (2017: mESC 589 756) a pagar à ELECTRA Norte resulta das seguintes operações:

	mESC	
	2018	**2017**
Saldo transitado do exercício anterior	589 756	305 597
Pagamentos efetuados pela Electra Norte por conta da Electra, SA	2 459 558	1 959 710
Cobranças de clientes da Electra, SA efetuadas pela Electra Norte	(206 276)	(116 405)
Encontro de contas com referência a 31 de dezembro	(1 833 744)	(1 559 146)
Saldo no final do exercício	1 009 294	589 756

As contas bancárias da Sociedade encontram-se bloqueadas no âmbito do processo de execução fiscal municipal, aguardando o julgamento, razão pela qual todos os pagamentos e recebimentos da Sociedade são efetuados nas contas bancárias das subsidiárias ELECTRA Norte e ELECTRA Sul. O encontro de contas de mESC 1 833 744 (2017: mESC 1 559 146) entre as duas entidades, com referência a 31 de dezembro, compreendem (i) mESC 4 566 077 (2017: mESC 3 965 313) relacionados com saldos a receber da ELECTRA Norte, relativos à venda de energia e água por atacado, uso de rede, serviços partilhados e cedências de materiais, registados em clientes e (ii) mESC 2 732 333 (2017: mESC 2 406 167) referentes aos valores a pagar pela Sociedade relacionados com a faturação dos serviços de produção de energia e água e serviços de cobrança, registados na rubrica de Fornecedores.

(ii) Juros a pagar

Compreendem, essencialmente, juros vencidos e especializados relacionados com os seguintes empréstimos (ver Nota 14):

	mESC	
	2018	**2017**
Estado de Cabo Verde (ver Nota 14 (D))	359 680	281 956
Juros de Obrigação (ver Nota 14 (C))	17 304	17 304
	376 984	299 260

(iii) Estado de Cabo Verde

O saldo desta rubrica, sem qualquer movimento nos últimos anos, compreende, essencialmente:

(a) mESC 156 859 referentes a pagamentos efetuados pelo Estado de Cabo Verde por conta da Sociedade a fornecedores pelo fornecimento, instalação e supervisão de montagem dos grupos G3 e G4.

(b) mESC 43 493 correspondentes ao excedente dos pagamentos efetuados pela Direção Geral do Tesouro a título de reembolso do IVA face ao saldo do referido imposto a receber registado pela Sociedade.

(c) mESC 41 076 relativos a uma transferência efetuada pela Direção Geral do Tesouro, havendo expectativa da mesma ser futuramente convertida em Capital.

(d) mESC 12 000 referentes a entrega destinada ao Projeto de construção de 8 perfurações pela empresa *Montero&Ricart*.

(e) mESC 28 925, relativos a uma transferência efetuada pela Direção Geral do Tesouro, para reforço da Iluminação Pública.

Não se encontram acordadas as condições de reembolso da dívida.

(iv) Taxas RTC

O saldo desta rubrica diz respeito às taxas faturadas pela Sociedade a entregar à RTC. As taxas são pagas no mês seguinte ao do seu recebimento do cliente. O total de taxas refaturadas no exercício de 2018, ascendeu a mESC 4 279 (2017: mESC 4 405), sendo a respetiva comissão de 10% sobre as cobranças efetuadas em 2018, no valor de cerca de mESC 396 (2017: mESC 396), registada em Outros rendimentos e ganhos (ver Nota 23).

(v) Credores Acréscimos de Gastos

O saldo de mESC 199 943 (2017: mESC 23 021) refere-se, essencialmente, as faturas com data de 2019 do Projeto de Reforço de Produção de Água na Ilha Sal e em São Vicente, financiado pela AFD.

(vi) CIP - Municípios

Refere-se à Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública e "incide sobre o fornecimento de energia elétrica, sendo devida a título mensal por cada consumidor de energia elétrica

fornecida pela Concessionária" faturados aos clientes de acordo com BO nº4 I Série de 21 de janeiro 2013. Assim, um saldo de igual montante integra a rubrica de Clientes (ver Nota 7), que após cobrado deverá ser feito encontro de contas com os valores faturados de iluminação pública aos municípios.

(vii) Estado – renda do prédio da sede

O saldo desta rubrica corresponde a rendas de parte do edifício da sede, referentes ao período de 2000 a 2018, devidas ao Estado.

(viii) Estado – projeto de eletrificação de zonas rurais

O saldo desta rubrica corresponde à parcela remanescente da comparticipação atribuída pelo Estado, no exercício de 2007, no âmbito do projeto de eletrificação de zonas rurais nas ilhas de Santiago, São Nicolau, Fogo e Maio.

NOTA 18 – DIFERIMENTOS (PASSIVO)

O saldo desta rubrica inclui, essencialmente, (i) mESC 48 768 (2017: mESC 51 873) referente ao excedente dos ativos tangíveis, líquidos, afetos à produção recebida dos Municípios integrados na ELECTRA sobre a participação dos mesmos no capital social da Sociedade, e (ii) mESC 56 461 (2017: mESC 75 002) referentes a subsídios de investimento recebidos do Estado para aquisição de ativos tangíveis também afetos à produção. O valor proporcional das depreciações do exercício é compensado em Outros rendimentos e ganhos (ver Nota 22).

NOTA 19-VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E GASTO COM MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

As vendas por tipo de produto podem ser apresentadas da seguinte forma:

		mESC	
		2018	2017
Partes relacionadas			
Electra Norte			
Electricidade			
KWh por atacado		3 022 402	2 647 971
Uso de rede de electricidade		191 692	188 231
Água			
M3 por atacado		450 975	404 951
Uso de rede de água		94 816	66 792
Cedência de materiais		65 478	46 586
Serviços partilhados		137 417	86 534
		3 962 780	3 441 065
Electra Sul			
Electricidade			
KWh por atacado		4 563 379	4 275 581
Uso de rede de electricidade		218 114	227 569
Água			
M3 por atacado		717 817	698 843
Uso de rede de água		-	109 332
Uso de rede de saneamento		-	67 398
Cedência de materiais		51 730	61 670
Serviços partilhados		173 846	112 662
		5 724 885	5 553 055
	(Nota 30)	9 687 665	8 994 121

Vendas por atacado e uso de rede

Conforme referido na Nota Informação Geral, a Sociedade e as suas subsidiárias celebraram o Contrato de Cedência do Estabelecimento de Exploração de Produção, nos termos do qual foi transferido para as subsidiárias o estabelecimento de exploração de produção de energia elétrica e água dessalinizada e de recolha e tratamento de águas residuais para reutilização.

Nos termos do Contrato assinado entre as partes, o Estabelecimento compreende as seguintes atividades:

a) Planear, produzir e entregar nas redes de transporte e distribuição, conforme for o caso, em qualidade e nos horários definidos entre as Partes, as unidades volumétricas de energia elétrica e de água para consumo humano que vier a ser ordenada pela Cedente;

b) Operar os equipamentos e instalações das unidades produtoras, na forma mais económica, eficiente e eficaz possível.

Nesta base, as vendas às partes relacionadas correspondem aos montantes faturados pela Sociedade à ELECTRA Sul e ELECTRA Norte referentes ao fornecimento de eletricidade e água, no âmbito do Contrato de Fornecimento por Atacado, nos termos do qual estas se comprometem a adquirir à ELECTRA SA toda a energia elétrica e água saídas das centrais de produção e induzidas respetivas redes.

Na formação do preço de compra entram:

i) Os gastos de produção debitados pela ELECTRA Sul e ELECTRA Norte, no âmbito do Contrato de cedência de exploração de produção.
ii) Os gastos dos departamentos da ELECTRA , SA relacionados com as atividades de planeamento e gestão de infraestruturas, do comprador único e da regulação económica, os quais incluem:
    - Gastos de funcionamento dos departamentos;
    - Gastos com pessoal de departamentos;
    - Quota-parte dos custos de serviços partilhados que lhe sejam atribuídos.
iii) Custos e rentabilidade de ativos de produção, os quais incluem:
    - Amortização e depreciação;
    - Rentabilidade do valor líquido dos ativos afetos, fixada em 4,5%.

Pela venda por atacado, a Sociedade faturou às subsidiárias uma média mensal equivalente a 19,01 e 144,18 (2017: valor anual equivalente a 17,58 e 134.45) escudos por cada KWh de energia e tonelada de eletricidade e água vendida, respetivamente. As quantidades totais faturadas durante o ano foram de 398 992 168 KWh (2017: 393 831 175 KWh) de eletricidade e 8 106 322 toneladas (2017: 8 209 700) de água.

Pelo uso de rede de distribuição, a Sociedade faturou às subsidiárias uma média mensal equivalente a 1,35 e 43.67 (2017: valor anual equivalente a1,42 e 33.03) escudos por cada KWh de energia, tonelada de água vendida e m3 de caudal de água tratada, respetivamente. As quantidades totais faturadas durante o ano foram de 303 624 246 KWh (2017: 292 816 470 KWh) de eletricidade e 2 171 243 toneladas de água (2017: 5 332 245 toneladas). Refira-se que não houve faturação pelo uso da rede de água à ELECTRA Sul em 2018, na sequência da transferência da dos serviços de distribuição de água e saneamento para a AdS em 2017.

Cedência de materiais

Representam o custo de materiais diversos de consumo vendidos, ao preço de custo, às duas subsidiárias.

Serviços partilhados

Relacionam-se com valores faturados às duas subsidiárias no âmbito do contrato de prestação de serviços partilhados, em que a Sociedade presta serviços nas áreas de suporte aos negócios e em áreas complementares da gestão.

Os gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas em 2018 e 2017 foram os seguintes:

	mESC	
	2018	**2017**
Custo Produção	5 984 212	5 478 768
Compra de energia	1 193 988	1 074 511
Materiais Diversos	461 326	447 345
Compra de água	761	4 003
(Nota 30)	7 640 288	7 004 627

Variação do Consumo	9,07%	5,65%
Aumento da produção de electricidade	1,10%	7,50%
Aumento/Dimunição da produção de água	-1,26%	18,50%
Consumo de Materiais diversos	3,13%	31,64%

O Custo de produção corresponde aos gastos de produção de eletricidade e água faturados pelas subsidiárias, ELECTRA Sul e ELECTRA Norte, de acordo com os termos do Contrato de cedência de exploração de produção, incluindo:

- Custos de compra de combustível

- Custos de manutenção;

- Gastos de funcionamento dos departamentos de produção;

- Gastos com pessoal de departamentos de produção;

- Quota-parte de custos de serviços partilhados que lhes sejam atribuídos.

NOTA 20 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

		mESC	
		2018	2017
Trabalhos especializados	(i)	341 889	229 929
Conservação e reparação	(ii)	31 815	35 940
Comunicação		24 665	20 298
Seguros	(iii)	23 572	22 526
Vigilância e protecção		10 280	7 179
Serviços bancários	(iv)	6 827	5 082
Rendas e alugures		4 105	3 994
Combustível		3 212	2 489
Material Escritório		2 874	1 883
Comissões a intermediários	(v)	1 541	3 167
Outros		57 154	24 191
		507 934	356 677

(i) Trabalhos especializados

O saldo desta rubrica compreende, essencialmente, (i) mESC 199 944 (2017: mESC 162 237) referentes a serviço assistência técnica contratualizado com a *Wartisilla*, (ii) mESC 96 653 (2017: mESC 34 859) referentes a serviço assistência técnica contratualizado com a Winpower, (iii) mESC 12 924 (2017: mESC 14 098) referente ao serviço de manutenção do sistema comercial, (iv) mESC 8 724 referente a serviços prestados pela CME – Construção e Manutenção Eletromecânica, SA, (v) mESC 7 919 correspondente a serviços de manutenção 12 000 horas da central da Palmeira, Ilha do Sal, por parte da MAN *Energy Solutions*, (vi) mESC 6 648 referente a supervisão de manutenção 15 000 horas dos grupos CAT na Ilha do Sal, central da Palmeira, pelo fornecedor *Barloworld Finanzauto*, (vii) mESC 3 308 (2017: mESC 3 308) relativos à assistência técnica prestada pela *Top Grid* ao sistema SGA (cadastro de ativos), (viii) mESC 2 046 (2017: mESC 3 912) relativos à assistência técnica prestada pela Primavera ao sistema ERP e (ix) mESC 2 173 (2017: mESC 2 605) de serviços de auditoria.

(ii) Conservação e reparação

Relacionam-se com gastos de manutenção e conservação dos equipamentos afetos à produção de eletricidade e água.

(iii) Seguros

Esta rubrica regista os custos relacionados com os serviços de seguros de incêndio das centrais e seguro obrigatório de viaturas.

(iv) Serviços bancários

Compreendem, essencialmente, comissões de serviços prestados pelas instituições financeiras.

(v) Comissões a intermediários

Esta rubrica regista os custos relacionados com os serviços de cobrança prestados pela ELECTRA Norte e ELECTRA Sul, no âmbito do contrato de prestação serviço de cobrança de dívidas.

NOTAS 21- GASTOS COM O PESSOAL

As despesas com o pessoal apresentam a seguinte composição:

	mESC	
	2018	2017
Ordenados e salários	121 314	109 128
Encargos sobre remunerações	29 784	25 752
Subsídio de férias	15 017	11 297
Isenções de horário	14 305	13 681
Subsídio de coordenação	13 563	12 345
Subsídio de natal	10 433	8 764
Remuneração dos órgãos sociais	9 541	10 128
Outros gastos com pessoal	14 056	12 121
	228 013	203 216
Nº Médio de Funcionários	128	115
Nº de Funcionários no final do ano	129	115
Nº de Efectivos	94	91
Nº de Contratados a prazo	35	24

NOTAS 22 – OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Esta rubrica é composta pelos seguintes itens:

	mESC	
	2018	2017
Ajustamento - "*price escalation*" 2017 (ver Nota 9 (ii))	25 644	-
Compensação de depreciações de activos tangíveis subsidiados (ver Notas 1.1, 3 e 18)	18 541	18 541
Outros ganhos imputados ao exercício anterior	14 905	-
Compensação de depreciações de activos tangíveis recebidos dos Municipios (ver Nota 18)	3 105	3 543
Reafacturações - período anterior a 30 de Junho de 2013	2 458	1 458
Alienações	1 671	11 370
Comissão sobre cobrança de taxas de rádio e televisão	396	396
Dividendos	-	12 405
Outros ganhos	6 997	16 901
	73 716	64 614

NOTAS 23 – OUTROS GASTOS E PERDAS

Esta rubrica é composta pelos seguintes itens:

	mESC	
	2018	2017
Taxa de regulação (ver Nota 15)	40 000	40 000
Impostos directos e indirectos	6 985	4 504
Reafacturações - período anterior a 30 de Junho de 2013	3 498	5 981
Regularizações da conta projectos	-	44 171
Outras perdas	14 508	11 410
	64 991	106 066

A Taxa de regulação faturada anualmente pela Entidade Reguladora ascende a mESC 40 000 (ver Nota 15).

Em 2017, as regularizações da conta de projetos compreendiam projetos em curso transitados de exercícios anteriores, que se encontravam registados nas rúbricas de Ativo fixo tangível (mESC 26 744) e Intangível (mESC 17 427), entretanto descontinuados (ver Notas 3 e 4).

NOTA 24 – GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÕES E DE AMORTIZAÇÕES

O saldo de mESC 1 113 302 (2017: mESC 1 258 375) compreende (i) mESC 998 773 (2017: mESC 1 169 225) de depreciação do exercício de ativos fixos tangíveis (ver Nota 3) e (ii) mESC 114 530 (2017: mESC 89 150) de amortizações de ativos intangíveis (ver Nota 4).

NOTA 25 – JUROS E GANHOS SIMILARES OBTIDOS

O valor registado nesta rubrica representa os juros de mora debitados a clientes devido a atrasos na liquidação das faturas.

NOTA 26 – JUROS E PERDAS SIMILARES SUPORTADOS

O saldo desta rubrica compreende, essencialmente, os juros referentes aos seguintes empréstimos (ver Nota 14):

	mESC	
	2018	2017
Empréstimos obrigacionistas	204 805	214 466
Empréstimo do Estado	58 083	67 691
Banco Angolano de Investimentos	30 918	35 139
Bolsa de Valores		
- Custódia de obrigações	2 813	2 792
- Comissão relativa á operação de venda de obrigações	1 500	1 500
- Despesas emissão de obrigações	818	1 273
Outros juros	325	582
	299 262	323 443

NOTA 27 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E IMPOSTOS DIFERIDOS

Conforme referido na Nota 1.8, com a publicação da Lei nº 82/VIII/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o Código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos da referida lei, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 25,5%. Os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de 7 anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, embora sujeitos a um máximo de dedução de 50% do resultado do respetivo exercício.

Os resultados contabilísticos negativos apurados em 2016 (mESC 171 657), 2017 (mESC 847 673) e em 2018 (mESC 866.678) geram impostos diferidos ativos no valor total mESC 418 262, os quais não foram registados devido à imprevisibilidade da sua recuperação.

NOTA 28 – RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO

O resultado básico por ação é calculado dividindo o lucro atribuível aos acionistas pelo número de ações como segue:

	mESC	
	2018	2017
Resultado atribuível aos acionistas (mESC)	(866 678)	(847 673)
Número de ações	1 585	1 585
Resultado por ação básico (ESC)	(547)	(535)

NOTA 29 - GARANTIAS

À presente data, as garantias prestadas pela Sociedade relacionam-se, essencialmente, com financiamentos obtidos, conforme se descreve na Nota 14. Adicionalmente, nos termos da cláusula 18ª do contrato de concessão, a Sociedade deverá entregar ao Estado de Cabo Verde uma garantia bancária correspondente a 2,5% das receitas de exploração do ano anterior ao da assinatura do contrato, o que até esta data ainda não aconteceu.

NOTA 30 - PARTES RELACIONADAS

(i) Excetuando os Municípios e o próprio Estado de Cabo Verde na qualidade de clientes, os principais saldos e transações ocorridas entre a Sociedade, o Estado de Cabo Verde, a ELECTRA Norte, a ELECTRA Sul e a Cabeólica, sumarizam-se como segue (em mESC):

	Balanço					Transações		
	Clientes	Contas a Receber	Contas a Pagar	Fornece-dores	Empréstimos	Vendas e prestação de serviços	Juros	Compras
	(ver Nota 7)	(ver Nota 9)	(ver Nota 17)	(ver Nota 15)	(ver Nota 14)	(ver Nota 19)	(ver Nota 26)	(ver Nota 19)
2018								
Estado	-	167 716	281 173	-	13 211 743	-	58 083	-
Cabéolica	-	-	-	206 227	-	-	-	1 550 404
Electra Norte	-	-	1 009 294	-	-	3 962 780	-	2 372 929
Electra Sul	8 145 296	-	-	-	-	5 724 885	-	3 611 283
	8 145 296	167 716	1 290 467	206 227	13 211 743	9 687 665	58 083	7 534 616
2017								
Estado	-	167 716	281 173	-	12 338 938	-	67 691	-
Cabéolica	-	-	-	193 951	-	-	-	1 376 128
Electra Norte	-	-	589 756	-	-	3 441 065	-	2 090 516
Electra Sul	6 549 935	-	-	-	-	5 553 055	-	3 388 252
	6 549 935	167 716	870 929	193 951	12 338 938	8 994 120	67 691	6 854 896

(ii) Não existem transações com os Administradores.

(iii) As remunerações dos Administradores incluídas na rubrica de Despesas com o pessoal ascendem a mESC 9 541 (2017: mESC 10 128).

NOTA 31 - EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DO BALANÇO

Desde a data do fecho de contas até esta data não se verificou qualquer acontecimento que possa influenciar significativamente as Demonstrações Financeiras apresentadas ou que mereça menção nas Notas.

Entretanto, o "*Roadmap*" relativo ao processo de privatização das empresas públicas, entre as quais a ELECTRA SA, já se encontra em curso sob a responsabilidade do Acionista Estado.

NOTA 32 - OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A APLICAÇÃO DO REGIME DE ACRÉSCIMO

	mESC	
	2018	**2017**
Acréscimo de gastos		
Especialização de juros (ver Nota 17 (ii))	376 984	299 260
Acréscimos de gastos diversos	268 257	23 021
Especialização de Manutenção	-	13 024
Especialização de compra de energia de Dezembro	-	731
	645 241	336 036
Acréscimo de rendimentos		
Acréscimos de rendimentos diversos	1 879	2 722
Diferimentos de gastos		
Seguro	14 663	14 723
Outros	810	810
	15 473	15 533
Diferimentos de rendimentos		
Subsídios de investimento recebidos do Estado (ver Nota 18)	56 461	75 002
Activos tangíveis recebidos dos Municípios (ver Nota 18)	48 768	51 873
Diferimentos de rendimentos diversos	801	801
	106 030	127 676

NOTA 33 - PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS CONTRATUAIS NÃO RECONHECIDOS

Resultante do contrato de concessão a ELECTRA comprometeu-se a efetuar um determinado conjunto de investimentos, não se conseguindo neste momento determinar o montante ainda não realizado.

Em janeiro de 2014, a Sociedade foi condenada, no âmbito do processo de execução fiscal municipal, pelo Tribunal Judicial da Comarca da Praia a pagar ao Município da Praia o montante de mESC 704 311 pela ocupação do solo e subsolo do domínio público municipal e do espaço aéreo do território municipal.

No prazo legal, a Sociedade impugnou o referido processo de execução fiscal junto do Supremo Tribunal de Justiça, pugnando pela inexistência da obrigação de pagamento da quantia exequenda.

Presentemente o processo encontra-se em fase de julgamento, não sendo previsível uma data para o seu desfecho, dado tratar-se de um processo de litigância complexa e inédita nos tribunais em Cabo Verde. Há ainda a possibilidade de recurso ao Tribunal Constitucional. É entendimento da Administração que não é provável que a Sociedade venha a assumir este encargo, até pelo facto do custo de ocupação de espaços municipais nunca ter sido elegível para o cálculo da tarifa pela entidade reguladora. Assim, caso venha a ser condenada a Sociedade entende que será compensada pela via da tarifa ou por outra via.

Por identidade de razão, outros municípios reclamam da Sociedade compensação pelo uso dos seus espaços, não havendo, entretanto, quaisquer decisões judiciais.

NOTA 34 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Não existem divulgações exigidas por diplomas legais.

RELATÓRIOS DO AUDITOR E DO FISCAL ÚNICO

Exercício de 2018

pwc

Relatório do Auditor Independente

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da ELECTRA – Empresa de Electricidade e Água, SA (a Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nas alíneas a) a d) apresentadas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da ELECTRA – Empresa de Electricidade e Água, SA em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro.

Bases para a opinião com reservas

a) Conforme referido na Nota 7 integrante do anexo às demonstrações financeiras, o saldo ajustado das dívidas a receber de clientes do setor privado em 31 de dezembro de 2018, com antiguidade superior a 66 meses, ascendem a 2 617 509 milhares de Escudos (mESC) e as respetivas perdas por imparidades a mESC 2 262 994 (2017: mESC 2 288 183), tendo sido registada uma reversão de 2018 de mESC 25 189 (2017: mESC 156 349) no exercício. Não se encontram reunidas todas as condições que nos permitam concluir sobre a recuperação do saldo de mESC 354 515 não ajustado por imparidade. Acresce ainda o facto de as dívidas em 31 de dezembro de 2018 (a) de Clientes e de Outras contas a receber de entidades públicas e autarquias nos montantes de mESC 310 220 (2017: mESC 316 234) e mESC 167 716 (2017: mESC 167 716), não terem sido objeto de análise de imparidade, pese embora apresentarem antiguidade superior a 66 meses e 12 meses, respetivamente, (b) da Água e Energia de Boavista, SA, entidade maioritariamente pública, no montante de mESC 504 127 (2017: mESC 481 543), cuja recuperabilidade se afigura bastante difícil, não terem sido objeto de análise de imparidade. Não existindo acordos de regularização para esses montantes, consideramos que não se encontram reunidas todas as condições que nos permitem concluir sobre o grau de recuperação dessas dívidas nem sobre o efeito do desfasamento temporal relativo à data prevista para o seu recebimento.

b) A Empresa transferiu para as suas subsidiárias a totalidade das cauções prestadas pelos clientes no ato de assinatura dos contratos de fornecimento de eletricidade e água, quando uma parcela não quantificada, deveria ser regularizada por contrapartida de valores a receber de clientes em situação de incumprimento. Nas circunstâncias, não estamos em condições de determinar o efeito que a obtenção de informação adicional teria nas demonstrações financeiras anexas.

c) A Sociedade não dispõe de um modelo de apuramento dos desvios tarifários e de recuperação dos mesmos, pelo que não estamos em condições de avaliar os efeitos nas demonstrações financeiras anexas associados a esta situação.

d) A Sociedade detém 100% do capital da Electra Sul, Sociedade Unipessoal, S.A. e da Electra Norte, Sociedade Unipessoal, S.A., respondendo, por isso, pelas suas obrigações para com terceiros. Relativamente à Electra Sul, não nos foi possível (a) aferir sobre a razoabilidade do aumento de mESC 202 843 registada no exercício de 2018 e do saldo resultante de mESC 1 925 640 à data do balanço de perdas por imparidade em saldos a receber de clientes do setor privado, (b) aferir sobre a recuperabilidade da dívida em 31 de dezembro de 2018 do cliente Águas de Santiago, Empresa Pública Intermunicipal, SA, no montante de 1 138 820 (2017: mESC 520 725) e (c) avaliar o potencial efeito que a análise e conciliação da diferença não justificada de mESC 81 084 entre o saldo da rubrica de Clientes e o saldo da aplicação comercial que lhe serve de suporte provocaria nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, ambas as subsidiárias apresentam dívidas de entidades públicas e autarquias no montante total de cerca de mESC 1 642 000 (2017: cerca de mESC 1 276 000), com antiguidade elevada e sem qualquer ajustamento por imparidade. Não existindo acordos de regularização para essas dívidas, consideramos que não se encontram reunidas as condições que nos permitem concluir sobre o grau de recuperação das mesmas, nem sobre o efeito do desfasamento temporal relativo à data prevista para o seu recebimento.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Somos independentes da Empresa de acordo com os requisitos do código de ética do International Ethics Standards Board for Accountants (IESBA) e com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Cabo Verde, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nestes requisitos e no código de ética do IESBA.

Incerteza material relacionada com a continuidade

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 foram preparadas segundo o princípio de continuidade normal das atividades da Sociedade no futuro próximo. Contudo, a sua situação económico-financeira naquela data apresentava os seguintes indicadores relevantes:

(i) O capital próprio em 31 de dezembro de 2018 apresenta-se negativo em mESC 4 291 145 (ver Nota 12 integrante do anexo às demonstrações financeiras). De modo a dar cumprimento ao estabelecido no artigo 137º do Código das Empresas Comerciais, é intenção do Conselho de Administração propor na próxima Assembleia Geral a resolução desta situação. No caso de não ser tomada qualquer deliberação pode o acionista ou qualquer credor requerer ao tribunal a dissolução da Sociedade, enquanto aquela situação se mantiver.

(ii) O ativo realizável a curto prazo, no montante de cerca de mESC 1 510 000, excluindo o saldo líquido a receber da Electra Sul, Sociedade Unipessoal, SA, é insuficiente para fazer face às responsabilidades de curto prazo de cerca de mESC 5 740 000 (ver Nota 1.12 (iv) integrante do anexo às demonstrações financeiras). Adicionalmente, os encargos financeiros anuais com os financiamentos ascendem a aproximadamente mESC 300 000 (ver Nota 26 integrante do anexo às demonstrações financeiras).

Neste contexto, a capacidade da Empresa solver os seus compromissos e a evolução futura das suas atividades estão dependentes da manutenção do apoio financeiro do seu acionista, o Estado de Cabo Verde.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Além das matérias descritas na secção "Bases para a Opinião com Reservas" e na secção "Incerteza material relacionada com a continuidade", consideramos que as matérias descritas abaixo são as matérias relevantes de auditoria a comunicar neste relatório.

Matérias relevantes de auditoria	*Síntese da abordagem de auditoria*
Ativos afetos à concessão	
Divulgações relacionadas com os ativos afetos à concessão apresentadas nas Notas 1.1 (ii) e 4 integrantes do anexo às demonstrações financeiras. As atividades de distribuição de energia elétrica e água são exercidas no âmbito de um contrato de concessão celebrado com o Estado de Cabo Verde. Atendendo às caraterísticas da concessão, o tratamento contabilístico dos bens afetos à concessão segue a IFRIC 12 do Internacional Financial Reporting Interpretations Comitee que, entre outros aspetos, estabelece que as obrigações contratuais de manter ou restabelecer as condições das infra-estruturas devem ser reconhecidas e mensuradas de acordo com a melhor estimativa do dispêndio necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço. Para tal a Electra elabora planos de investimento de substituição dos bens da concessão de forma a avaliar o registo das respetivas provisões. Pela relevância e complexidade que a aplicação do IFRIC 12 apresenta e ainda o nível de julgamento em relação aos investimentos de substituição, este tema constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.	A abordagem de auditoria para este tema incluiu, entre outros, a verificação da correta aplicação da IFRIC 12 aos ativos afetos à concessão, em especial a razoabilidade do critério de amortização adotado, a atualização do plano de substituição dos ativos de concessão e a eventual aplicabilidade de uma margem sobre os investimentos de expansão realizados pela Empresa. Verificamos ainda a adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras

Matérias relevantes de auditoria	*Síntese da abordagem de auditoria*
Recuperabilidade dos investimentos em subsidiárias e partes relacionadas	
Divulgações relacionadas com os investimentos financeiros em subsidiárias e saldos e transações com as mesmas e outras partes relacionadas apresentadas nas Notas 1.4, 5 e 30 integrantes do anexo às demonstrações financeiras. A Electra detém participações financeiras no montante de mESC 1 203 437, registadas pelo método de equivalência patrimonial, sendo analisadas a cada data de relato por forma a identificar indícios de imparidade. Na qualidade de entidade dominante, ao deter 100% do capital da Electra Sul, Sociedade Unipessoal, S.A. e da Electra Norte, Sociedade Unipessoal, S.A., responde, por isso, pelas suas obrigações para com terceiros, sendo registada uma provisão sempre que tal se mostre necessário. A Electra transmitiu para as duas subsidiárias o estabelecimento de exploração de transporte e distribuição de energia elétrica e água e de recolha e tratamento de águas residuais para reutilização, através de Contratos de Subconcessão. Complementarmente, as partes celebraram Contratos de Cedência do Estabelecimento de Exploração de Produção, nos termos dos quais é transferida para as duas filiais o estabelecimento de exploração de produção de energia elétrica e água dessalinizada e de recolha e tratamento de águas residuais para reutilização. Fruto destes contratos estabelecem-se diversas transações entre as empresas. Pela sua relevância, complexidade e nível de julgamento este tema constitui uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.	A abordagem de auditoria para este tema incluiu, entre outros, a compreensão e avaliação dos procedimentos de controlo associados aos investimentos financeiros e transações com as subsidiárias, análise de imparidade dos investimentos financeiros e dos saldos a receber das subsidiárias, análise do reconhecimento pela Electra das responsabilidades das suas subsidiárias para com terceiros, bem como a razoabilidade dos saldos e transações com as subsidiárias, enquadrados nos contratos celebrados. Foi ainda verificada a adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras.

Outra informação – relatório de gestão

O órgão de gestão é responsável pela preparação do relatório de gestão. A outra informação compreende o relatório de gestão, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante do relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria sobre as demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do relatório de gestão e, em consequência, considerar se a informação constante do relatório de gestão é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se de qualquer outra forma aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do órgão de gestão e dos encarregados da governação pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade da Empresa para se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha a intenção de liquidar a Empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro da Empresa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;

c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

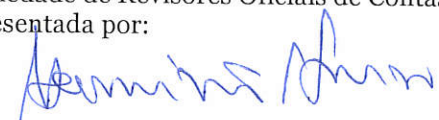
d) concluímos sobre o uso apropriado, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada por nós durante a auditoria.

11 de junho de 2019

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Hermínio António Paulos Afonso, R.O.C.

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da ELECTRA – Empresa de Electricidade e Água, SA, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Empresa e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos. Em particular, alertamos para o facto da Empresa apresentar capital próprio negativo, pelo que recomendamos que sejam tomadas as medidas necessárias para a resolução dessas situações.

Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos o respetivo Relatório do Auditor Independente, em anexo.

No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração de alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo, exceto nos aspetos mencionados no Relatório do Auditor Independente, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa, dos seus resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;

ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados, exceto nos aspetos mencionados no Relatório do Auditor Independente;

iii) o relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Empresa evidenciando os aspetos mais significativos, e o Relatório de governo societário cumpre, no essencial, com o disposto no Regulamento da Auditoria Geral de Mercados de Valores Mobiliários.

iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes do Relatório do Auditor Independente, somos do parecer que:

i) seja aprovado o relatório de gestão;

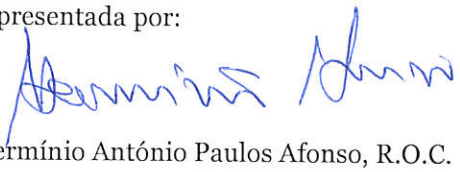
ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;

iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Empresa com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

11 de junho de 2019

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Hermínio António Paulos Afonso, R.O.C.